

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXIII



JANEIRO - FEVEREIRO 1970



Iguatemi, Mato Grosso — Será o futuro
celeiro do Centro-Oeste



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

ÍNDICE

73 Anos	3
A Revolução Agrícola — Sam W. Morris	4
O Embarque de Banana pelo Pôrto de Santos	5
Cultura da Fruta de Conde — Almiro Gonçalves de Castro	6
Reminiscências — Prêmios Honoríficos na Agricultura — Luiz Marques Poliano	7
Mérito Agrícola	10
Mario Penteado de nôvo no IBC	15
A Importação de Gêneros Alimentícios pelo Brasil INDA — No Desenvolvimento Agrário da Nação ...	16
A Foto Internacional	21
Sapos e Sapatos	22
A Lavoura — Há 70 Anos	22
Flôres, sinal de Prosperidade	23
Contribuição Sindical Rural	24
A Natureza	26
Instantâneos de gente da roça — Brio — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	27
Livros e Publicações	28
Mais Escolas de Agricultura — Henrique Pinto da Costa	28
Cooperativas em Países Desenvolvidos e seus objetivos — Maria Heloisa P. de Carvalho	29
Os Percalços da Vida Agroindustrial — José Sampaio Fernandes	32
Opaco — 2	33
Iguatemi — O Futuro celeiro do Centro-Oeste ...	36
Novos Alimentos no Combate à Fome — Aaron M. Altschul	38
Cooperativismo e Humanismo — As Relações com o Estado — Fábio Luz Filho	40
Avicultura Holandesa	42
Preços Pagos pelos Agricultores — 1.º Semestre 1969	43
A Identificação de Raças de Ferrugem do Colmo do Trigo — Ady Raul da Silva	47
Climas de Mato Grosso — Adalberto Serra	51
Homem do Campo — Serzedello Machado	57
A Doutrina Cooperativista como Fator de Educação Agricultura na Guanabara	58
Notícias e Informações	60
Legislação Agrícola	61
O Engenheiro-Agrônomo no Planejamento de Campinas	65
	72

NOSSA CAPA:

Iguatemi, Mato Grosso — O IBRA assentou mil famílias nessa área de 41 mil hectares considerada das mais férteis do País. Será o futuro celeiro do Centro-Oeste.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXIII

Janeiro — Fevereiro — 1970

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUIZ LEITÃO
— FÁBIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo
"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— JOÃO BATISTA LUSARDO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITÃO
JALMIREZ GUIMARÃES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MÁRIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

OCUPANTES

1 — ENNES DE SOUZA
2 — MOURA BRASIL
3 — CAMPOS DA PAZ
4 — BARÃO DE CAPANEMA
5 — ANTONINO FIALHO
6 — WENCESLAO BELLO
7 — SYLVIO RANGEL
8 — PACHECO LEÃO
9 — LAURO MULLER
10 — MIGUEL CALMON
11 — LYRA CASTRO
12 — AUGUSTO RAMOS
13 — SIMÕES LOPES
14 — EDUARDO COTRIM
15 — PEDRO OZÓRIO
16 — TREJANO DE MEDEIROS
17 — PAULINO CAVALCANTI
18 — FERNANDO COSTA
19 — SÉRGIO DE CARVALHO
20 — GUSTAVO DUTRA
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
22 — IGNACIO TOSTA
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
24 — JOSÉ BONIFÁCIO
25 — LUIZ DE QUEIROZ
26 — CARLOS MOREIRA
27 — ALBERTO SAMPAIO
28 — NAVARRO DE ANDRADE
29 — ALBERTO TORRES
30 — SA FORTES
31 — TEODORO PECKOLT
32 — RICARDO DE CARVALHO
33 — BARBOSA RODRIGUES
34 — GONZAGA DE CAMPOS
35 — AMÉRICO BRAGA
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
37 — MELLO LEITÃO
38 — ARISTIDES CAIRE
39 — VITAL BRASIL
40 — GETÚLIO VARGAS

— Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Armênio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Íris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
— Fábio Luz Filho
— Mário Penteado de Faria e Silva
— Honório Monteiro Filho
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckolt
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Frões Abreu
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto
— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

73 ANOS

Mais um aniversário. Mais uma etapa vencida. Mais realizações, e sobretudo mais segurança na senda traçada pelos idealistas de 1897.

Deixemos o que foi feito nesses anos todos e nos voltemos para o que resultou de 1969.

Expandimos a nossa Biblioteca, hoje aberta à consulta pública. Em virtude de convênio com a Confederação Nacional da Agricultura, pudemos dar grande impulso a este importante setor da nossa atividade cultural, com a aquisição de obras novas, ao serviço de encadernação e ao desenvolvimento da secção, que ocupa hoje nada menos de cinco salas. Cêrca de 30.000 volumes, na maioria encadernados, constam dos seus fichários.

Organizamos e publicamos a "Bibliografia Agrícola do Brasil de 1968", que terá o seu seguimento muito melhorado e ampliado em 1969. Os trabalhos estão já muito adiantados, com um avanço sobre 1968 de pelo menos seis meses, tendo em conta a implantação da infra-estrutura do serviço, a partir do ano passado. É trabalho indispensável aos estudiosos da nossa vida agrícola e de há muito reclamado.

Publicamos, sempre melhorada, tanto na parte gráfica quanto na matéria, esta nossa velha e tradicional revista, cujos anos de circulação se contam pelos da sua mantenedora. O seu corpo de redatores e de colaboradores cresce e melhora a cada dia.

A Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", graças aos auxílios recebidos do INDA, e do FFAP, cumpriu a inteiro contento as suas finalidades, tanto na parte do ensino, quanto na da conservação e melhoramento das respectivas instalações, construções e equipamento.

Os serviços administrativos de entidade mereceram especial atenção, para que pudessem atender ao crescente aumento do expediente. O edifício-sede recebeu todos os cuidados visando à sua preservação e utilização, inclusive o aumento de carga de energia elétrica e a modificação da ciclagem.

Em assembléia geral extraordinária, os estatutos foram alterados, não na sua essência, mas para atualizá-los, pela eliminação de disposições gerais e transitórias, já superadas. Também a parte referente às contribuições sociais foi modificada, passando a respectiva fixação, anualmente, a cargo da Diretoria. Em assembléia geral posterior a Diretoria Geral foi acrescida de mais um vice-presidente.

Participou a Sociedade da maioria dos eventos da agricultura brasileira no ano findo e horizontes mais amplos se abrem hoje pela consolidação da vida econômico-financeira da entidade, e sua definitiva afirmação como entidade cultural, de âmbito nacional.

Vamos, assim, dando cobertura, na medida do possível, mas com todo o empenho, aos propósitos que inspiraram a 16 de janeiro do já longínquo ano de 1897 a Ennes de Souza e seus companheiros e sucessores, na sua maioria desaparecidos, mas ainda e cada vez mais presentes em tudo quanto imaginaram ao fundar a Sociedade Nacional de Agricultura.

A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

Sam W. Morris

Especial para A LAVOURA

Uma revolução agrícola está ocorrendo nos Estados Unidos. Técnicos em pesquisas agrícolas informam que tudo está se tornando maior na agricultura norte-americana. As fazendas estão aumentando de tamanho, maior número de máquinas está sendo empregado e, em contrapartida, menos trabalho é aplicado. A maquinaria está-se tornando mais potente, para realizar os trabalhos agrícolas. Há também uma grande premência para terminar em tempo os trabalhos do campo.

Para os agricultores, os problemas estão se tornando maiores também. Em razão de as colheitas maiores estarem deixando mais resíduos, há maior dificuldade em remover o lixo.

O tempo também é muito importante, porque tôdas as fases da agricultura e da colheita têm uma exata programação. E tudo começa com o preparo da terra.

Para os agricultores, as práticas de lavar a terra estão mudando e continuarão a mudar no futuro. Eles sabem que os sistemas de preparo da terra têm de corresponder às condições do solo e dos campos. Em caso contrário, poderão advir-lhes grandes prejuízos.

Novos tipos de equipamento estão apressando a revolução agrícola. Arados automáticos são capazes de resistir aos choques inesperados do contato com pedras e tocos e deixar a terra bem lavrada.

"Os arados conseguiram um grande aperfeiçoamen-

to", disse um engenheiro. "Um arado hoje lava mais terra em um ano do que o arado de há 20 anos conseguia numa vida inteira".

Além da nova concepção do equipamento, a revolução agrícola é caracterizada por uma tendência para lavuras maiores, menos cercas e mais hectares plantados.

A que profundidade a terra deve ser arada? A questão não consegue a unanimidade de opiniões. Técnicos em solo acham que ela deve ser lavrada o bastante para revolver as terras duras e manter a estrutura adequada do solo. Dizem eles que a lavra deve ser feita de tal modo que uma fina camada de terra revolvida fique colocada firmemente sobre as sementes.

Agricultores em muitos lugares dos Estados Unidos acreditam que os sistemas modernos da lavra os levará a plantar com menos viagens sobre o solo. Muitos deles estão usando tratores

de múltiplos usos, que aram a terra, removem raízes e tocos e aplicam fertilizantes ao solo, ao mesmo tempo.

Pesquisadores já estão estudando o uso de vibrações controladas no equipamento, para dar maior vigor às lâminas dos arados, no futuro. Ar comprimido pode também garantir uma limpeza rápida, bem como a redução da grade de lâmina do equipamento. E a redução do trabalho de arar reduzirá, por sua vez, os custos do preparo dos solos para o plantio.

"Apenas os engenheiros projetistas e os pesquisadores agrícolas estão em condições de saber que melhoramentos aparecerão nas técnicas agrícolas, nos próximos cinco anos", afirma um especialista. "Uma coisa é certa: as práticas agrícolas continuam a sofrer transformações. Os agricultores estão sempre procurando técnicas melhores, ou seja, meios mais fáceis de lavar a terra". (IPS)

PROTEÇÃO CONTRA BRUSONE

Está sendo estruturado pelo Instituto Rio-grandense do Arroz um trabalho preventivo para combate à brusone, que tantos prejuízos causou à lavoura gaúcha na safra passada e anteriores. Diversas providências estão sendo tomadas para controle preventivo, com recomendações, principalmente, aos lavoureiros que fazem adubação em cobertura, para uso de produtos de controle.

O EMBARQUE DE BANANA PELO PÔRTO DE SANTOS

Em janeiro de 1969, segundo noticiou a imprensa, a Associação Profissional do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo, enviou ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes um memorial expondo a S. Exa. seus problemas, afirmando: "É lamentável o que se passa presentemente com a banana em nosso pôrto (Santos). Em anos anteriores a fruta sempre se fazia presente no cais, pois era embarcada todos os dias e em tôdas as horas úteis. Em 1966 foram necessários 325 navios, e 339 em 1967, somente para a República Argentina.

Agora êsse movimento tem um decréscimo bastante acentuado devido à fuga da fruta por via rodoviária. Os despachos por estrada de rodagem, antes muito raros, agora são freqüentes. A média semanal é de 20.000 volumes para a Bacia do Prata o que corresponde a 80.000 mensalmente, isto é, um têrço da exportação brasileira para aquêle mercado atualmente.

Organizou a Associação o quadro seguinte:

Ano	Buenos Aires	Montevidéu	Total
1960	10.020.590	1.599.865	11.620.455
1961	10.637.683	1.567.257	12.204.940
1962	8.837.395	1.397.597	10.234.992
1963	8.237.379	674.457	8.011.836
1964	8.730.110	165.731	8.895.841
1965	10.002.729	—	10.002.729
1966	8.901.097	—	8.901.097
1967	7.429.703	—	7.429.703
1968	6.689.327	—	6.689.327
1969	3.307.993	—	3.307.993

Os dados de 1969 são correspondentes ao 1.º semestre, e segundo os exportado-

res no primeiro semestre é maior o volume de exportação no ano.

Os números provam que no ano de 1969 não atingiremos à cifra de 6.000.000 de volumes. Isso comparado com 1961, ano mais alto com 12.449.587 volumes, significa que perdemos 50% de nossas divisas com a banana.

Calcula ela ainda em menos 150 navios que deviam carregar fruta em 1969.

Não parece serem razoáveis as queixas dos senhores exportadores de banana, porque é desnecessário dizer que o pôrto vive em função da tonelagem de mercadorias a movimentar, e, assim, é de seu primordial interesse obter a maior tonelagem possível de mercadorias a carregar e descarregar.

Antes de 1946 a Cia. Docas se interessou em melhorar as condições de embarque da banana no pôrto e para isso importou da Inglaterra aparelhos especiais para receber os cachos de banana dos vagões e entregá-los nos porões dos navios sem choques, porque êsses aparelhos

eram constituídos por bôlsas de lona recebendo cada uma um cacho de banana. No po-

rão os estivadores retiravam os cachos e os empilhavam.

Êsses aparelhos não foram muito usados pelos exportadores, a não ser pela "Blue Star Line" quando ela possuía bananais em S. Sebastião e transportava os cachos em chatas, até Santos, onde usando a aparelhagem especial, os carregava em seus próprios navios.

Essa aparelhagem não teve, como devia ter, grande uso pelos exportadores, não se acelerando assim o embarque de bananas, pois cada um dêles tinha capacidade para embarcar 2.000 cachos por hora, sem que êles sofressem choques ou compressões.

A banana vinha até pouco tempo em vagões da E.F. Sorocabana *sem prévio exame de sua qualidade*, exame êsse feito na hora da descarga dos vagões, emperrando o serviço e retardando-o.

Assim era tal a confusão no embarque da banana pelos produtores, que até cobras eram encontradas quando da retirada dos cachos dos vagões.

Os cachos que não apresentavam condições para serem exportados, ficavam nos vagões, com inúteis despesas de transporte para os exportadores.

A entrega dos vagões pela estrada de ferro era feita sem a menor indicação de navio e destino e nome de seu exportador.

A separação dos vagões por exportador era feita pela Cia. Docas, após o recebimento dêles em suas linhas.

O transporte marítimo da banana era feito em navios cargueiros, colocado o produto nos porões sem ventilação apropriada ou nos con-

CULTURA DA FRUTA DE CONDE

(Annona squamosa L.)

Trata-se de uma das fruteiras que, quando bem tratada, proporciona a maior rentabilidade obtida por área. Sua produtividade depende no entretanto de uma série de fatores relacionados com a planta, solo, clima e inimigos naturais. As zonas de maior cultivo do Estado localizam-se próximas ao litoral nas regiões da Pedra de Guaratiba e Sepetiba, onde a cultura encontra ótimas condições de solo e clima. A variedade "sem caroço" originária do Ceará, não encontrou boa aceitação entre os fruticultores do Esta-

veses, sujeito que ficava ao sol e à chuva.

Como foi dito anteriormente, a Cia. Docas nunca se recusou a cooperar com os exportadores de banana. Estes não formaram uma organização que tratasse do transporte de seus produtos desde os bananais até os portos de destino.

Últimamente houve uma melhoria nos transportes de banana dos centros produtores para o cais, que se realiza em caminhões onde os cachos só são carregados após prévio exame, encontrando-se em condições para serem exportados.

A diminuição da exportação da banana tem a nosso ver dois motivos sérios a acentuá-la: a plantação de grandes bananais na própria Argentina e a importação por este país da fruta produzida no Equador. São dados que nossas autoridades podem averiguar.

A Cia. Docas de Santos, no cumprimento de seu dever, está pronta a estudar o assunto e tomar as providências necessárias em harmonia com os exportadores.

Engenheiro-Agrônomo
Almiro Gonçalves
de Castro

do, por apresentar frutos pequenos e que se amassam facilmente no transporte.

Propagação — A fruteira de conde é usualmente propagada por sementes. Essas são semeadas diretamente em laminados ou em canteiros previamente preparados. Esses canteiros deverão ser localizados em faixas de terreno com boa drenagem, preferentemente arenosos e bem revolvidos.

As sementes deverão receber tratamento prévio e plantadas com espaçamento de 10 cm entre elas e de 20 cm entre as linhas. Ao atingirem as mudas a altura média de 30 cm e durante o período de pausa vegetativa da planta, observado nos meses de julho ou agosto, são transplantadas sem perigo para o local definitivo. As mudas semeadas em polietileno, poderão ser levadas em qualquer ocasião para o local definitivo, preferindo-se no entanto o início da estação chuvosa (setembro ou outubro).

A enxertia poderá também ser adotada pelo processo de borbulha, quando se deseja multiplicar variedades de destacado valor agroeconômico.

Estêrco de galinha bem curtido	...	20 kg
Sulfato de amônio	250 gramas
Superfosfato	200 "
Cloreto de potássio	1 kg

De 3 em 3 anos, é bom efetuar uma calagem do terreno com calcáreo dolomítico, na base de 3 kg por pé.

Solos — A fruteira de conde só se desenvolve convenientemente nos solos bem drenados, dando preferência pelos solos arenosos. Esses deverão ser preparados com bastante antecedência.

Espaçamento — Nos solos de média fertilidade preferir o espaçamento de 5 X 5 metros, e nos solos pobres de 4 X 4 metros.

Coveamento — Abrem-se covas de 50 X 50 X 50 cm, que deverão ser adubadas com dez litros de adubo de galinha bem curtido e meio quilo de farinhas de ossos.

Tratos culturais — Antes do início da brotação, que se dá na primavera, deve-se capinar toda a vegetação concorrente. Nos terrenos de boa fertilidade, podem-se adotar, durante os dois primeiros anos, culturas intercalares de ciclo curto ou o mamoeiro, que deverá ser eliminado no fim do segundo ano.

A adubação é efetuada, preferivelmente no início das águas, isto é, nos meses de setembro ou outubro. Durante os primeiros anos, a adubação é feita em redor da planta, a uma profundidade de uns 15 cm cavada por fora da projeção da copa. Mais tarde, os adubos serão distribuídos em sulcos de uns 20 cm, entre as linhas.

Na adubação do frutal em produção, recomenda-se por árvore e por ano, a seguinte mistura:

(BOLETIM TÉCNICO n.º 1
— maio/1968)

Prêmios Honoríficos na Agricultura

O tema já comporta um artigete dentro do quadro de nossas reminiscências embora se trate de assunto relativamente novo.

Ao que sabemos, o prêmio honorífico regular mais antigo da nossa agricultura é o *Ildefonso Simões Lopes*, representado por u'a medalha de ouro, tendo ao anverso a efígie, em 3/4, à direita, daquele antigo Ministro da Agricultura, circundada pela legenda indicativa do galardão.

No anverso, a dedicatória "Ao 1.º aluno da Escola Nacional de Agronomia (ou de Veterinária) Medalha de ..." (a ser completada pelo ano). Em orla, "Ministério da Agricultura — CNEPA — Universidade Rural".

Este prêmio correspondia a uma homenagem de velhos e dedicados funcionários do Ministério da Agricultura ao seu antigo titular. Foi na ocasião instituído um fundo de cinco apólices da Dívida Pública Federal (valor nominal de Cr\$ 1.000,00) para o seu custeio, anualmente. Estas apólices, que tiveram, mais tarde, acrescidas ao seu valor os juros de 1.075 cruzeiros (antigos), foram recolhidas ao Tesouro Nacional (Processo n.º 149.437-1947, do M.A.).

Com a criação do cruzeiro novo, no Governo Castello Branco, aquelas apólices, mesmo que ainda hoje permanecessem em carteira, vinculadas ao prêmio, valeriam praticamente nada, pois os cinco contos de réis iniciais, sem os juros (hoje apenas cinco cruzeiros novos), corresponderiam ao valor aproximado de três carteiros de cigarros nacionais, dos mais caros, seja dito.

Houve alunos, ao que nos consta, que foram distinguidos com o prêmio, mas a medalha de ouro, por falta de verba, não o acompanhou (caso Geraldo Goulart da Silveira).

Foi aí que o então diretor da Escola Nacional de Veterinária, Dr. Guilherme Hermsdorff, após entendimento com o DASP, visando ao restabelecimento da Medalha, conseguiu do Governo a inclusão no orçamento do Ministério da Agricultura, para as Escolas de Veterinária e de Agronomia, de uma verba de 1.500 cruzeiros para cada uma.

Em 1947, porém, em virtude da contenção das despesas, tais recursos não constaram das tabelas orçamentárias, o que levou a Sociedade Nacional de Agricultura a entender-se com o Ministério da Agricultura, e a responsabilizar-se pelas despesas, fazendo cunhar dois exemplares de ouro na Casa da Moeda,

posteriormente entregues em sessão solene ao Engenheiro-Agrônomo Francisco de Paula Storino e ao Médico Veterinário Matheus Nelly Notaroberto, primeiros colocados nas turmas daquele ano.

O *Prêmio Ennes de Souza*, instituído pela Sociedade Nacional de Agricultura em 1956, se traduz numa medalha de ouro, acompanhada de pergaminho iluminado e de uma ajuda de custo para viagem e estadia, no caso de serem os agraciados residentes fora do Rio. Em verdade, veio ocupar a lacuna deixada pela supressão do "Simões Lopes".

O patrono é o fundador da Sociedade. Destinava-se ao agrônomo e ao veterinário indicados pelas respectivas Faculdades de todo o país, classificados entre os três primeiros na turma do ano anterior que, inscrevendo-se, submetessem à Sociedade trabalho original, da sua autoria, dentro de término anualmente fixado pela entidade. Esses trabalhos seriam a seguir apreciados por Comissões de Veterinários e de Agrônomos, compostas de três profissionais de reconhecida competência e integradas ainda por um elemento, cada uma, designado pelas respectivas entidades representativas da profissão, no caso as Sociedades Brasileiras de Agronomia e de Veterinária.

O prêmio foi distribuído em 1957 e 1958 mas, devido a dificuldades oriundas da desvalorização da moeda, que reduziu consideravelmente o poder aquisitivo da Sociedade, viu-se a Diretoria obrigada a temporariamente suspender a sua concessão. Tudo indica que voltará a ser concedido brevemente.

A *Benemérita Ordem da Árvore* é outro prêmio que pode, pela sua afinidade, ser incluído no setor e foi criado pela aprovação, no plenário do I Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Curitiba, em setembro de 1955.

A deliberação consta de ata da reunião e a condecoração vem sendo, ao que estamos informados, concedida a pessoas de reconhecido mérito pela sua atuação em prol do reflorestamento, pelo seu amor e proteção à Árvore e, de modo geral, pela preservação da Natureza.

Não sabemos se existe ato do Governo oficializando-a.

Medalha do Mérito Agrícola funciona desde 1960, inclusive. Foi criada em virtude de indicação da delegação de São Paulo ao plenário da IV Conferência Rural de Fortaleza, em 1959.

A resolução foi mais tarde entregue ao Dr. Raul Cardoso de Mello Filho para que lhe desse corpo, tendo este, por sua vez, indicado o autor destas linhas para a tarefa, de que se desincumbiu, redigindo não só o Regulamento mais tarde oficializado pelo Decreto Federal n.º 48.577 de 22 de julho de 1960, como também organizando o modelo da insígnia e o Regimento Interno.

Os primeiros agraciados o foram em Brasília, a 28 de julho daquele ano, como participação da então Confederação Rural Brasileira às comemorações do centenário do Ministério da Agricultura.

A distribuição é feita através de um Conselho composto de representantes de cada um dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Agricultura, Confederação Nacional de Agricultura, Sociedade Nacional de Agricultura, Associação Brasileira de Agronomia, Associação Brasileira de Veterinária, Associação Brasileira de Química, Confederação Rural Brasileira, Serviço Social Rural (substituído pelo INDA) e Associação Brasileira de Imprensa, presidida pelo Presidente da Confederação, com voto de qualidade.

A medalha não comporta graus ou classes, mas Secções: Ação Social, Lavoura, Pecuária, Ciência e Divulgação Agrícola. A distribuição é anual, sendo somente contemplada uma personalidade em cada Secção, portanto, cinco no máximo por ano.

Dadas as características de sua distribuição parcimoniosa e limitada, é indubitavelmente o mais cobiçado e elevado prêmio honorífico no campo da atividade rural brasileira.

Destaques na Agricultura é um dos mais recentes prêmios, surgido há cerca de 8 anos, por iniciativa de um grupo de jornalistas especializados em noticiário agropecuário, e visando a pessoas que se distinguiram na atividade rural.

Foi criado na ocasião um "Comité", com os seus trabalhos coordenados por um presidente indicado pelos demais, e duas ou três distribuições de diplomas foram já realizadas no salão nobre da Sociedade Nacional de Agricultura, cedido para este fim ao referido "Comité".

Com a criação da Associação Brasileira de Informação Rural — ABIR — ficou a entidade incumbida dos "Destaques". Em 1968 realizou-se a eleição das personalidades "destacadas", com a entrega dos respectivos diplomas. Não lhe conhecemos a organização, nem se existe qualquer norma ou regimento escrito.

A *Benemerência Agrícola* foi criada pela Confederação Nacional da Agricultura em sessão do respectivo Conselho, de 19 de julho de 1968.

Destina-se "a brasileiros que, pela sua ação destacada e meritória, em benefício da lavoura e criação, na administração pública, se tornaram merecedores do agradecimento da classe rural", de acordo com o regulamento. É uma medalha que comporta três classes: ouro, prata com aro de ouro e prata, todas pendentes de colar de fita em púrpura, orla de branco.

Deste prêmio não houve ainda nenhuma distribuição.

A *Medalha Nacional do Mérito Agrônômico* é muito recente, pois que instituída pelo VI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado no dia 12 de outubro de 1969, em Porto Alegre.

A *Medalha do Mérito Fernando Costa* é prêmio instituído pela Associação dos Servidores da Agricultura, para distinguir dedicações e serviços à Agricultura. Consta de uma medalha de prata pendente de um fitel azul e branco, tendo no anverso a efígie à direita do titular que dá nome à medalha, circundada pela legenda "Mérito Ministro Fernando Costa"; no campo, à frente, as datas "1937-1941". No reverso, parte do pavilhão principal da Universidade Rural, com este nome no exergo. É de recente criação.

O Engenheiro-Agrônomo José Calil, presidente da Sociedade Paulista de Agronomia, foi o primeiro agraciado com a dita condecoração. Fica a notícia, embora não conhecidas ainda, por nós, as normas a que obedece a distribuição desse prêmio honorífico no âmbito agrônômico brasileiro.

O *Mérito Pecuário* é a condecoração mais recente no Brasil, e será privativamente distribuída "cada dois anos, aos pecuaristas e técnicos em raças zebuínas que melhor trabalho desenvolverem em pesquisas experimentais para a melhoria e produtividade do gado zebu, no território nacional."

Foi instituída pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, e será outorgada após julgamento dos nomes indicados pelas associações regionais de criadores desse gado e pelas entidades oficiais. Notícia nos jornais informa ("O Globo", 9-12-69) a respeito do mecanismo da escolha.

Não será de estranhar-se que talvez em futuro próximo os que não sejam técnicos e criadores de raças zebuínas também venham a criar a sua condecoração privativa.

— X —

Quando publicamos, em 1943, "Ordens Honoríficas do Brasil" (Rio, Imp. Nac. 1943, 324 págs., in 4.º), existiam no País somente as Ordens do Mérito Militar, do Mérito Naval e do Cruzeiro do Sul (esta para estrangeiros). Ainda não havia sido criado o Mérito Aero-náutico, cujo advento preconizávamos naquele trabalho, quando não fôsse por outro motivo, por uma questão de coerência. A instituição do Mérito Civil também se impunha, sendo esta a principal razão do trabalho em causa, organizado em atenção a pedido do saudoso e ilustre General Francisco José Pinto, então Chefe da Casa Militar do Presidente Getúlio Vargas.

Vieram os Méritos Naval e Civil e, atrás deles, dezenas, talvez centenas de outras "Ordens" "Medalhas", "Diplomas", símbolos de toda natureza oficiais ou não, que hoje inundam o mercado dessa "moeda de honra" que paga sem dar dinheiro e dá quitação de serviços e dedicações, sem precisar dar emprego.

Somos favoráveis a essa forma de agradecimento. Nós próprios estruturamos algumas delas e no livro citado, justificamos este nosso pensamento: "os homens que modificaram, no Brasil, em 1889, a estrutura política do Estado, entenderam que com a Monarquia deveria desaparecer tudo o que, mesmo ao de leve a suscitasse. Esqueceram-se mo-

AGRÔNOMOS SUGEREM TÉCNICO PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A Sociedade Paulista de Agronomia representou ao General Emilio Garrastazu Médici congratulando-se com a sua escolha para Presidente da República.

Secundando deliberação aprovada no VI Congresso Brasileiro de Agronomia aquela entidade dirigiu um apêlo no sentido de ser nomeado um engenheiro-agrônomo para as elevadas funções de Ministro da Agricultura.

O texto completo da representação é o seguinte:

"A Sociedade Paulista de Agronomia, entidade civil representativa de aproxi-

madamente 2.200 profissionais da livre empresa e do serviço público, que dedicam suas atividades nos campos do ensino, da experimentação e pesquisa, e da promoção e assistência, tem a subida honra de cumprimentar Vossa Excelência, congratulando-se com a escolha do insigne patricio para Presidente de nossa gloriosa Pátria.

A Diretoria desta Sociedade, secundando a deliberação aprovada pelo Plenário do VI Congresso Brasileiro de Agronomia, faz um veemente apêlo a Vossa Excelência no sentido de adotar o critério técnico no

preenchimento das elevadas funções de Ministro da Agricultura, bem como para as dos órgãos vinculados a essa Pasta, todos êles eminentemente técnicos, que deveriam ser ocupados preferivelmente por Engenheiros-Agrônomos.

Na presente conjuntura, em que todos os brasileiros devem unir-se irrestritamente em torno de Vossa Excelência, para colaborar nas imensas tarefas impostas pelo desenvolvimento nacional, a classe agrônômica paulista coloca-se à sua inteira disposição para cumprir com o seu dever de brasilidade."

VOCÊ SABIA?

Que o **café** estimula as faculdades da imaginação e da memória?

Que o **café** é a mais benéfica das bebidas para o coração dos adultos?

Que o **café** aumenta a resistência física aos ruídos das grandes cidades, atenuando os impactos sobre o sistema nervoso?

Que o **café** combate a embriaguez e as náuseas, fortifica as vias respiratórias e melhora a voz?

Que o famoso médico William Harvey legou ao Colégio de Médicos de Londres o maior tesouro existente em seu laboratório: 25 quilos de café?

(De uma publicação do IBC)

mentâneamente de que as Nações não podem relegar por simples decretos antigas e estimadas tradições, cumprindo-lhes, ao contrário, lançar e firmar raízes no passado, para daí retirarem a seiva que alimentará o patriotismo, fomentará o orgulho cívico, estimulará e manterá sempre vivo o amor à Pátria. Mas, com os títulos de nobreza, que não eram de sangue — mas militar, política, artística e rural — aboliram-se pela Constituição republicana as dignidades das ordens honoríficas, cujas veneras por tantos anos brilham sobre o peito de nossos soldados, de nossos homens de Estado, de nossos artistas e cientistas — todos destacados artífices da grandeza nacional no Império."

E acrescentávamos: "A condecoração corresponde a uma maneira inteligente de premiar bons serviços sem ônus material para o país; se os homens que merecessem muito da coisa pública recebessem a recompensa em poder, ficariam em condições de oprimir a liberdade; se lhes fôsse dado em riquezas o

prêmio de seus serviços, tornar-se-iam extraordinariamente onerosos; foi então engenhoso e de bom aviso o invento de u'a moeda que contentasse os servidores do Estado sem aquêles inconvenientes", afirma Jacques Bresson, em seu "Précis Historique des Ordres de Chevalerie".

É que tais prêmios não pugnam com qualquer regime ou forma de governo. Usam-nos indiferentemente as repúblicas e as monarquias; servem-se deles tanto liberais quanto socialistas, inclusive na democracia americana.

Para terminar, queremos deixar registrado o nosso ponto de vista, segundo o qual êstes prêmios são valorizados na razão direta da parcimônia, até mesmo da avareza com que são distribuídos, tornando-se, em caso contrário, vulgares. Mas isto depende da rigidez das normas e dos critérios constantes dos instrumentos que os criaram, sobretudo imperpersonalizando o mais possível a sua outorga, a fim de que cresçam de valor perante o público e em especial perante quem os ostentem.



Mesa que presidiu os trabalhos. Discursa o presidente da C.N.A., Senador Flávio da Costa Britto

MÉRITO AGRÍCOLA

Realizou-se a 12 de dezembro, no salão nobre da Sociedade Nacional de Agricultura, para este fim cedido à Confederação Nacional da Agricultura, a sessão solene para entrega das condecorações do Mérito Agrícola, com que foram agraciadas as cinco personalidades que, em 1969, foram escolhidas pelo respectivo Conselho.

Foram galardoados com o já tradicional prêmio honorífico da classe rural os Srs. Kurt Repsold (Ação Social); Jaime Moreira Lins de Almeida (Ciência); Gervásio Tadashi Inoue (Divulgação); Senador José Ermírio de Moraes (Lavoura); Lamartine Mendes (Criação).

Presidiu a sessão o Senador Flávio Britto, Presidente da CNA e, como tal, do Conselho do Mérito Agrícola; estiveram presentes os Srs. Luiz Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura; Fábio Yassuda, da Indústria e Comércio; representantes dos Srs. Ministro do Trabalho e do Planejamento; Reinaldo Santana, Secretário da Agricultura do Estado da Guanabara; Luiz Si-

mões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; General Carlos de Moraes, Presidente do IBRA; Fortunato Pires Junior, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Carlos Buhr, representante do Secretário de Turismo do Estado; os membros do Conselho do Mérito Agrícola, Srs. Luiz Guimarães Junior (Ministério da Agricultura); Luiz Marques Poliano (Sociedade Nacional de Agricultura); Ennio Luiz Leitão (Associação Brasileira de Química); Ademar Moura de Azevedo (Confederação Nacional da Agricultura); José Serzedelo Macha-

do (Associação Brasileira de Imprensa); Virgílio Galassi (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário); Gilberto Castro de Oliveira (Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária).

Abertos os trabalhos, perante uma grande assistência, que lotava completamente o auditório, o Secretário do Conselho, Sr. Gastão Lamounier fez a apresentação de cada um dos laureados, lendo sucintas biografias e aos quais foi entregue, sob calorosos aplausos, as medalhas e respectivos diplomas, em pergaminho ricamente caligrafados.

Falou, agradecendo, em nome dos homenageados, o Senador José Ermírio de Moraes, que pronunciou o seguinte discurso:

MÉRITO AGRÍCOLA...

Possuímos uma nação privilegiada, a quinta em área territorial no mundo e a segunda em área agrícola. A bacia amazônica, que contém cerca de 20% da água doce do mundo, com 6.100.000 km², dos quais cerca de 4.000.000 pertencem ao nosso país, abrangendo 10 unidades da Federação, está ainda completamente inaproveitada. Temos cerca de 80% de área agrícola, salientando-se que 58% do nosso território situa-se a menos de 300 metros de altitude.

Grandes áreas do país têm sofrido distorções, com enormes dificuldades para a agricultura.

Possuímos uma costa com 7.408 km de extensão. O nosso território representa 47,3% da América Latina e 1,7% da Terra.

A população do país já atinge a 95 milhões de habitantes que precisam ser educados e tratados, o que exige maiores verbas para os orçamentos da educação e da saúde. Com uma população rural de cerca de 60%, com um baixo padrão de vida, é preciso muito trabalho, muita compreensão, mui-

to sacrifício e muita dedicação para tirar a nação do caminho do subdesenvolvimento, pois nos países adiantados esta população não vai além de 6% a 8%.

É um compromisso muito difícil, porém sempre acreditei no brasileiro. Precisamos perder o comodismo, o desperdício e o sistema de copiar de outros países o que está errado, aplicando a nossa consciência e a nossa inteligência na formação de líderes, de homens capazes, que pensem no Brasil antes de pensar nos seus problemas pessoais.

Esta geração não pode ter consciências alugadas, nem estar envolvida com "tecnicismo" e sim com "tecnicismo". Ela precisa ser forte, estudiosa, fora de cogitações das badernas e dos envoltórios de interesse de outros países, cuidando apenas, e unicamente, dos interesses do Brasil.

Tenho dito inúmeras vezes que é muito mais difícil educar do que instruir. É para este ponto que chamo a atenção dos pais e das autoridades, pois a base primordial de um país é levantar o nível educacional e cultural do seu povo, para que trabalhe com vontade e com coragem, para que esta nação cresça rapidamente e possa falar de igual para igual em qualquer parte do mundo onde se apresentar.

Precisamos nos compenetrar que uma grande parte dos nossos agricultores ainda possui educação específica inadequada, quase sempre por incapacidade financeira para melhorar os seus conhecimentos.

É preciso levar a universidade ao campo, proporcionando conhecimentos mais amplos ao lavrador. Ele obterá melhores colheitas se souber aplicar adequadamente os fertilizantes para a correção do solo, pois o NITROGENIO é absorvido depois de atingir o PH de 5, chega ao ótimo rendimento entre 6 e 8; a assimilação do FÓSFORO é intensificada pelo solo quando o PH é de 6, melhorando até 6,6; o POTÁSSIO é o mais fácil de ser absorvido de todos os fertilizantes, pois com PH de 5,5 já alcança um aproveitamento de 50%, chegando ao máximo quando atinge o PH de 6.

Felizmente, o consumo de fertilizantes no Brasil, em NPK, passou de 221.352 tons. em 1959 para 542.806 em 1968, e a importação brasileira passou de 124.436 tons. para 334.396 no mesmo período.

Espera-se que com as facilidades criadas pelo atual Governo, o consumo de fertilizantes aumente rapidamente, que os nossos fabricantes de fertilizantes não sejam gananciosos e produzam a preços razoáveis, a fim de encorajar o setor mais importante da vida do país.

O mundo inteiro caminha atualmente para um vasto conhecimento de aplicação de isótopos na agricultura. Temos acompanhado a aplicação de rádioisótopos numa plantação de arroz, que fez com que o seu rendimento fosse aumentado 27 vezes. Na França e nos Estados Unidos, e em muitos outros países, a duração das frutas e legumes, com essa aplicação, aumentou consideravelmente, proporcionando uma economia colossal. Por esse tratamento, frutas que duravam apenas 4 dias, já atingem a mais de 20 dias e os tomates mantêm-se perfeitamente frescos durante dois meses. O mesmo não



O Ministro Cirne Lima, da Agricultura, entrega o Diploma do Mérito Agrícola ao Dr. Jaime Lins, Secção Ciências.



O sr. Lamartine Mendes, Secção Criação, sendo cumprimentado pelo Tesoureiro da C.N.A., Dr. Loureiro Borges.

altera, de forma alguma, nem o gosto dos frutos, nem dos legumes, e não traz dificuldades ao consumo.

Um trabalho da Bayer mostra que os insetos, as ervas daninhas, doenças, reduziram a produção mundial de milho, que deveria ser de cerca de 329.500.000 t, para 218.600.000. O mesmo dá-se com o algodão, cuja colheita mundial prevista era de 16.750.000 t, porém restaram apenas 11.000.000.

A razão de muitos países cresceram rapidamente tem sido o gasto que fazem em pesquisas, pois somente os Estados Unidos gastam 20 bilhões de dólares por ano, enquanto os países europeus somente agora estão executando um programa de pesquisas mais eficiente, visto que até há pouco tempo gastavam apenas 5 bilhões de dólares. Desta maneira, países como a Alemanha, Inglaterra e Holanda perderam a liderança para os Estados Unidos, que atualmente possuem três vezes mais cientistas e engenheiros trabalhando em pesquisas, quando as populações dos Estados Unidos e do oeste europeu são equivalentes.

Comparando-se os nossos rendimentos de produção por hectare com outros países, temos os seguintes índices:

Países Baixos	920
Bélgica	830
Dinamarca	770
Alemanha	640
Brasil — não atinge a	100

e quanto à produção por trabalhador temos:

Nova Zelândia — 1.º lugar com	730
Austrália	770
Estados Unidos	520
Canadá	360

Desta parte, não possuímos dados sobre o Brasil, mas podemos afirmar que os nossos índices são baixíssimos.

Na cana-de-açúcar dá-se o mesmo fenômeno que nas outras culturas. As estatísticas que temos mostram os seguintes rendimentos:

Guiana Inglesa	93,33 tons. p/hectare
Hawaí	85,43 "
Peru	80,32 "
Colômbia	64,86 "
Pôrto Rico	61,78 "
Brasil	apenas 43,44 "

Dentro do País, podemos citar as seguintes rentabilidades para:

ALGODÃO — cujas variedades são enormes:

Ceará	183 kgs. p/hectare
Pernambuco	221 "
Paraíba	279 "
R. G. do Norte	337 "
Bahia	513 "
Paraná	995 "
São Paulo	1.340 "

MILHO —

Maranhão	624 kgs. p/hectare
Ceará	660 "
Pernambuco	661 "
Bahia	939 "
R. G. do Sul	1.125 "
Minas Gerais	1.229 "
São Paulo	1.396 "
Paraná	1.517 "

Espera-se que a safra atual de trigo seja superior a 900.000 toneladas. De acordo com o Boletim dos Moageiros do Rio Grande do Sul, a variedade de maior rendimento em 1968 foi a AP-15, com 1.352 kgs. p/hectare, seguido de S-333 com 1.231 kgs., a C-25 com 1.167 e as outras abaixo da faixa de 1.000 kgs. p/hectare.

O rendimento médio da nossa safra anterior foi de apenas 721 kgs. p/hectare, enquanto na Dinamarca, Itália, Jugoslávia e Paquistão o mesmo variou de 3.000 a 6.000 kgs. p/hectare. A Índia, que foi um país grandemente importador, produziu 16.527.000 tons., prevenindo-se que em 1971 já estará auto-suficiente; a Itália, que é um país mediterrâneo, atingiu a 9.590.000 tons. e até o Paquistão, país asiático e pobre, em apenas três anos atingiu sua auto-suficiência ao produzir 6.477.000 tons. mais do dobro, portanto, do consumo do Brasil, que foi de 3.000.000 de toneladas.

Preclamamos ter muito cuidado com o trigo, porquanto a safra mundial que está sendo colhida em 1969 é relativamente grande, cerca de 7,3% maior do que a de 67/68, porém com a auto-suficiência do Paquistão, Índia e União Soviética — cuja produção é a maior do mundo com 77.419.000 tons. — e com o aumento de produção da China Continental, que já atingiu a 28.000.000 de toneladas, a exportação de trigo dos países produtores não atingirá a 40 milhões de toneladas, contra 60 milhões do ano passado. O que quer dizer que o Brasil precisa examinar cuidadosamente esse problema, pois não faltarão propostas para induzir a nossa diminuição de plantio de trigo. Sabemos muito bem o que já sofremos, especialmente depois da segunda guerra mundial, quando ficamos sem trigo em virtude dos altos preços pagos pelos países europeus, que não haviam realizado plantio.

As vendas, que no passado eram feitas a longo prazo, passaram a ser feitas à vista, porque com a falta de trigo no mundo, todas as vantagens oferecidas com as vendas a longo prazo desapareceram.

A produção mundial de arroz se eleva a 250 milhões de toneladas por ano, com a média de 2 tons. p/hectare. No Brasil, essa produção é de cerca de 6.800.000 toneladas, porém o seu rendimento não che-

1.º lugar na produção de café, feijão e banana;

3.º lugar em cacau, açúcar, milho e soja;

5.º lugar em algodão, fumo e amendoim;

8.º lugar em arroz.

No Nordeste, 515.000 hectares de terra são ocupados com o plantio de cana, que produzem cerca de 20 milhões de sacas de açúcar. Já fizemos uma comparação da produtividade do Brasil com outros países, mas calculando-se dentro do próprio país, temos um hectare de terra na Zona da Mata rendendo cerca de 40 tons. em 16 meses e para produzir são necessários 3,6 homem/dia, enquanto no Estado de São Paulo este último índice é de 1,2 e no Hawaí de 0,27.

Uma das garantias de produção agrícola efetiva está na irrigação, pois o México já conta com mais de 3 milhões de hectares de terras irrigadas, a Espanha também está com cerca de 3 milhões, e o próprio Paquistão já está desenvolvendo amplamente esse setor.

Ha países como o Egito e Taiwan que colhem três safras por ano por causa da irrigação, dando uma rentabilidade imensa por área cultivada. No Nordeste, por ser zona de grande variação pluviométrica, um dos pontos mais importantes a serem estudados, com urgência, é o da irrigação, quer seja pela utilização dos açúdes, dos rios ou de poços artesianos. Esta providência, auxiliada por uma técnica moderna aperfeiçoada, faria cessar essa desigualdade tão grande que existe na produtividade entre o Nordeste e o Sul.

Temos condições de formar a nação agrícola mais importante do mundo. Os países adiantados se governam pela lógica das estatísticas, o que nós não temos; procuram graduar o seu desperdício na conformidade da permissão de sua infra-estrutura. Nós não, sequer conhecemos a nossa infra-estrutura e nos colocamos a produzir muitas vezes mal e desordenadamente, para que circule, de maneira vã e imoderada, um dinheiro que poderia conseguir melhor destino.

Com o saneamento de áreas adequadas para a plantação de produtos como café, soja, algodão, milho, cacau, trigo, cana-de-açúcar, arroz, amendoim, sisal e outros de primeira necessidade, evitamos o desperdício de tempo e elevadas despesas no plantio.

Infelizmente, nos notabilizamos pela vocação improvisadora. O nosso esbanjamento está na falta de administração da coisa, a tendência paternalista influenciando na organização de equipes e a falta absoluta de senso prático na montagem de sistemas de trabalho. O sistema burocrático dá poderes plenos a Sua Majestade O PAPEL, sem ater-se aos objetivos de rendimento. A mentalidade burocrática dá como vitória a publicação de um despacho quando um processo, que tramitou durante longo tempo, cansou todo mundo, chega ao fim da linha. Não se cuida, entretanto, de criar lucros para a administração, lucros em dinheiro, em técnica, em aprimoramento, em desenvolvimento que se incorpore à Nação, sempre através de concessões burocráticas. O serviço público, descoroçoado e mal pago, é apenas um regimento de dedicados, porque o sistema arcaico lhe impõe a rotina e o desperdício. Não lhe

basta a honestidade e o zelo, pois a estrutura sofre um mal de atrofia não debelado.

Um dos fatores essenciais para o desenvolvimento agrícola, aliás não só no Brasil, como em todo o mundo, está na aplicação do cooperativismo em larga escala. No discurso que fez em Belo Horizonte, no dia 2 deste mês, na abertura do IV Congresso Nacional de Cooperativismo, demonstrei o que se passa em todo o mundo e o Brasil não pode ser diferente, pois trata-se de país civilizado e em desenvolvimento. Precisamos fazer as cooperativas funcionarem com toda urgência, e serem bem administradas, no interesse exclusivo dos cooperados e não dos seus diretores.

Com uma organização cooperativista bem formada, teremos condições da mais alta importância para desenvolver a nossa produção agrícola com rapidez e em nível superior, pelo menos acima do nosso crescimento populacional.

A conservação dos produtos agrícolas é outro ponto de importância econômica. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, anualmente se perde 11% da produção estadunidense de frutas. O especialista Pierre Vidal calcula que a Europa Ocidental perde cada ano 120 milhões de toneladas de batatas, das quais 15 milhões na França.

O mesmo acontece com os legumes, carnes e peixes.

O desperdício da produção agrícola brasileira foi calculado em 10% pelo balanço alimentar realizado em 1964. Em 1965, São Paulo perdeu 17% de sua produção de laranjas ou seja, 200.000 toneladas; em Minas Gerais calcula-se que a perda da produção agrícola, por técnica inadequada de plantio e de colheita, armazenagem e distribuição, seja da ordem de 20%.

A humanidade caminha hoje para o uso principal de proteínas, que é um dos fatores primordiais para o bom funcionamento do cérebro. O mar cobre 71% da superfície da Terra, porém fornece apenas 12% de todas as proteínas que consumimos.

As proteínas vegetais são 7 vezes mais pobres do que as animais. Por isto tem-se procurado aumentar a quantidade e a qualidade de carnes, peixes, leite, soja, assim como de outras fontes menos convencionais, como as sementes oleaginosas, concentrado de peixe e alimentos sintéticos. Entretanto, por serem as proteínas vegetais mais facilmente obtidas, no F.A.O. tem preferido incentivar o enriquecimento delas, mas só com um genética muito melhorada é que se pode produzir vegetais ricos em proteínas, como é o caso do milho opaco e do prosem, semente desenvolvida pela Produtora Nacional de Sementes do México, que contém um rendimento de 20% a mais do que as sementes sorgo importadas dos Estados Unidos por aquele país. Aliás, na questão de sementes, o México tem feito um excelente trabalho, tendo já desenvolvido uma grande variedade de sementes de trigo, entre elas o trigo anão, que está sendo vendido a vários países.

Assim, fica evidenciado que a produção agrícola precisa ser disciplinada para se obterem maiores safras de produtos melhorados, principalmente de alimentos mais ricos em proteínas vitais à vida da população, e a preços mais acessíveis. Não é possível termos um

produto de 1.ª necessidade, como a farinha, rica em proteínas, para o consumo popular, taxada com I.C.M. e I.P.I. em 24% do seu valor.

Um dos exemplos de produção inadequada no Brasil é a da mandioca, da qual somos o maior produtor do mundo, com 27.268.000 toneladas, vindo a Indonésia em 2.º lugar com 12.500.000 e o Paraguai em 3.º lugar com 1.460.000. Entretanto, esse produto, consumido entre as camadas mais pobres, não contém as proteínas necessárias à alimentação do homem.

O consumo do pescado também deve ser sensivelmente aumentado em nosso país, por ser grande fonte de proteínas, a preços relativamente baixos. O Brasil ocupa o 11.º lugar no mundo no setor da pesca, apesar da costa imensa e das condições favoráveis. Nossa produção, em 1963, não chegou a atingir 700.000 toneladas.

O Peru é atualmente o maior produtor no setor da pesca, com quase 10.100.000 toneladas, vindo o Japão em 2.º lugar com 7.800.000, em 3.º a União Soviética com 6.000.000 e em 4.º a China Continental com 5.800.000. É de se notar que até a Islândia já suplantou o Brasil, com mais de 1.000.000 de toneladas.

A atividade agro-pastoril ocupa um importante papel no produto nacional bruto, carregando para a indústria da alimentação uma sólida infra-estrutura de apoio a essa industrialização.

Considerando-se que 72% das matérias primas alimentícias consumidas pelo homem são de origem vegetal e 28% de origem animal, torna-se muito importante um aprofundado estudo para que a agricultura se desenvolva de maneira a proporcionar ao agricultor uma renda razoável e não como está acontecendo como o lavrador brasileiro. Se compararmos o período de janeiro de 1967 a igual mês de 1969, e tomando-se o índice de 100 para a primeira data, para o recebido e pago neste janeiro os números são 125 e 144,6.

Para que se tenha uma idéia da situação, tomemos, por exemplo, a agricultura paulista, a maior do país, cujo índice de renda bruta era de 97 em 1960 e que baixou para 92 em 1968. Por outro lado, tomando-se como 100 o índice comum para o recebido e pago pela agricultura paulista, de 1948 a 1952, temos, em 1968, 10.532 para o recebido em 24 produtos principais, enquanto o pago foi de 14.801.

Dá-se ao lavrador nível mais alto na compra dos artigos de que necessita do que para a venda dos seus produtos, deixando-o, portanto, cada vez mais pobre. Felizmente, o Governo já fixou uma taxa mínima de preços antes da época de plantio, e assim o lavrador terá uma base para realizar o seu trabalho, tendo em vista uma renda razoável para a sua produção.

O operário brasileiro despende cerca de 45% do seu salário em alimentação — nos Estados Unidos, a cifra do operário é de 22,43% —, 25% em aluguel e consumo de energia, restando-lhe apenas 20% para vestuário, transporte, medicamentos e outros gastos de 1.ª necessidade. Por esses dados, chega-se à conclusão de que esse operário, evidentemente, só poderá ter um baixo rendimento de trabalho.

No meu discurso de 28/10/69, no Senado, sob o título "Condições Essenciais para a Independência

Econômica do Brasil", no Item 22, eu dizia: "Orientar de forma que os salários sejam aumentados sempre um pouco acima do índice do custo de vida, para que o trabalhador possa fazer uma pequena poupança, sendo absolutamente necessário que, concomitantemente, dêem-se condições para que haja eficiência e aumento da rentabilidade no trabalho, para evitar a inflação".

Como exemplo, citaremos a comparação entre Pôrto Rico e os Estados Unidos. Tomando-se o índice de 100 para 1950, verifica-se que em Pôrto Rico os salários aumentaram em 1960 para 180 e em 1965 para 190, mas a produção aumentou somente de 127 para 135. Nos Estados Unidos, no mesmo período os salários subiram de 147 para 163, porém a produção aumentou de 170 para 220.

O abastecimento insuficiente é o maior causador da inflação afetando, principalmente, os grupos de baixo poder aquisitivo. Equacionado aos juros altos que a agricultura paga hoje, muito dificilmente conteremos a nossa inflação, a exemplo do que fez o México, cujo índice inflacionário foi de apenas 1% no ano passado e que já há 15 anos mantém a sua moeda estável, na proporção 12,5 pesos p/dólar, o que levou o Fundo Monetário Internacional a considerá-lo uma das moedas mais sólidas do mundo.

O PNB do México é da ordem de 25 bilhões de dólares, com uma renda anual per capita de 480 dólares; enquanto o do Brasil, considerando-se que somos quase o dobro de habitantes, é de apenas 29 bilhões de dólares e com uma renda de 338 dólares per capita, sendo que algumas estatísticas do exterior ainda fornecem dados bem inferiores a esses.

O Brasil supera a Argentina com vantagem na produção de aço, de energia elétrica, cimento, veículos, motores, construção naval, papel de imprensa, minério de ferro, etc.; entretanto, aquela nação, com 24 milhões de habitantes, produz um P.I.B. per capita de cerca de 900 dólares, isto porque a Argentina supera o Brasil na produção de petróleo bruto e na indústria de alimentos em geral.

Os dados do CEPAL impressionam quanto à desigualdade na repartição de renda entre ricos e pobres, quando informam que já em 1960 80% da população brasileira ganhava menos do que a renda per capita do país. O México, que naquela época estava incluído na faixa do atraso, hoje conta com um maior número de pessoas do que nós com renda superior a 1.000 dólares anuais.

O México está classificado como um país de elevado crescimento agropecuário, enquanto o Brasil está na classificação de crescimento médio.

A industrialização dos produtos agrícolas é da mais alta importância, não somente para os produtores, como também para o país, pois aumenta a quantidade de mão-de-obra e dá-lhe maior renda.

De acordo com o relatório da F.A.O., 85% da produção mundial de alimentos está em 15% da população e dentro de 20 anos 90% dos alimentos da Terra estará em mãos de 10% dos seres humanos, acrescentando que 60% do globo terrestre consome abaixo de 2.200 calorias, o que significa um autêntico regime da fome.

Ao mesmo tempo, devemos observar que um terço da população do mundo ganha quatro quintos da renda mundial, o que significa que, se não houver modificações urgentes nesse sistema que impeça as nações subdesenvolvidas, por falta de conhecimentos, falta de financiamentos adequados e por falta de uma técnica aprimorada, o excesso de população do mundo não terá condições de vida mínimas para viver com eficiência, educação e saúde.

Política, econômica e socialmente, o mundo está dividido em três grupos: o capitalista, o socialista e o chamado "terceiro mundo", este último ocupando mais da metade da superfície habitável da Terra, o dobro da dos primeiros, com 47% da população, pouco mais de 2,5 vezes a daqueles, e com crescimento mais acelerado, prevenindo-se que, no final do século, contará com dois terços da população mundial. Para evitar dificuldades entre as nações no futuro, é preciso que esse terceiro mundo seja desenvolvido produtiva e tecnicamente, para eliminar a fome que certamente virá se não forem tomadas providências adequadas.

Na assembléia geral do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, foi salientado por muitos países que o nacionalismo surge agora sob diversas formas. Alguns problemas de profundidade foram levantados, e mesmo a estrutura e o critério de prioridade dos dois grandes organismos sofreram severas críticas. Com muita razão, porque o controle excessivo de um dinheiro tomado emprestado, muitas vezes para comprar equipamentos no exterior, deve ser feito de maneira a atender as reais necessidades de cada país e assim estabeleceu-se na assembléia um diálogo novo e profícuo.

É assim que as nações em desenvolvimento devem proceder, pois muitas vezes providências unilaterais são tomadas, que não consultam os seus interesses econômicos e sociais.

Sempre fui contra pedinchar, porque todo dinheiro tomado emprestado tem que ser pago. Só devemos exigir do Governo é que esse dinheiro seja aplicado em programas rentáveis, como tem sido feito pelo México, cujo exemplo não podemos deixar de salientar.

Convém citar que a maior porcentagem dos empréstimos do B.I.D. nos anos de 1961/68, isto é, cerca de 22,6% do total de 632.700.000 dólares, foram destinados à agricultura.

Num estudo feito recentemente em Nova Iorque, verificou-se que as vendas do comércio varejista dos Estados Unidos, nos últimos seis meses diminuíram, e a razão é a relutância individual de comprar a crédito. Ora, se isto acontece lá, onde os juros talvez não ultrapassem a 10% ao ano, quanto não estará perdendo o consumidor brasileiro, por falta de apoio do Governo, uma vez que os juros no Brasil variam entre 3% e 4% ao mês.

É preciso diminuir a ganância dos banqueiros e controlar as especulações na Bolsa de Títulos. Consta que mais de 2.000 rapazes, que ainda estão estudando, estão integrados nessas especulações, ga-

nhando somas absurdas na venda de títulos, muitas vezes com prejuízo para os compradores, como, aliás, tem acontecido ultimamente. Esses rapazes não sabem que estão estragando o seu futuro, vicliando-se num jogo de Bolsa prejudicial ao desenvolvimento do país, pois o que ganharam no primeiro semestre deste ano já acostuma um homem a trabalhar pouco e ganhar muito. Mas, como todo jogo, esse também é incerto...

Precisamos valorizar o brasileiro, pagando-lhe melhores salários, dando-lhe melhores condições de vida, para que ele possa produzir eficientemente. A produção de alimentos nos países como Inglaterra, Japão, Estados Unidos e França cresce à razão de 1,5% ao ano e no Brasil essa produção tem aumentado em menos de 0,5% ao ano.

Orgulhamo-nos do nosso país, mas é preciso que o desperdício, o comodismo e a especulação desapareçam por completo da nossa terra, para que juntos possamos formar uma nação poderosa, como fizeram recentemente os alemães e os japoneses. Nosso país tem um potencial imenso em terras agrícolas e minerais e tem condições de tornar-se, dentro de uma década, se nós assim o desejarmos, altamente produtivo e desenvolvido.

Somente poderemos atingir esse objetivo formando uma geração sã de líderes e não de empregados de outros povos, líderes autênticos da nossa nacionalidade e do nosso desenvolvimento econômico.

Devemos criar em todo o país um sentimento de brasilidade, para que todos os estrangeiros e seus descendentes, que aqui vêm residir e lutar conosco, se orgulhem de pertencer a esta nação, pois com a união de todos, certamente teremos condições de formar uma nação forte, respeitada e amiga de seus amigos.

Coube-me a incumbência de falar em nome de todos os agraciados que hoje terão a insigne honra de ser contemplados com a Medalha do Conselho do Mérito Agrícola. São eles:

AÇÃO SOCIAL — Engenheiro Agrônomo Dr. Kurt Repsold, diplomado em 1918 pela Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de São Bento, Estado de Pernambuco. Funcionário aposentado do Ministério da Agricultura, onde exerceu os mais elevados cargos, mercê de sua comprovada honorabilidade e capacidade funcional, tendo sido, inclusive, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e Membro do Conselho do Fundo Federal Agropecuário. Durante 20 anos ininterruptos exerceu a função de 1.º Tesoureiro da Sociedade Nacional da Agricultura. Ainda hoje presta bons serviços à classe rural patronal, tendo sido um dos fundadores da atual Confederação Nacional da Agricultura.

CIÊNCIA — Professor Dr. Jayme Moreira Lins de Almeida, médico veterinário, diplomado em 1933 e laureado pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro. Cientista dos mais con-

ceituados, uma vida admirável de investigações e pesquisas no campo da ciência e para o desenvolvimento da pecuária. Professor catedrático dos mais eméritos, exerceu mais de 21 postos de responsabilidade na vida administrativa brasileira, tendo representado o Brasil em diversos congressos no exterior. Membro de diversas associações científicas, publicou diversos trabalhos, inclusive obras didáticas.

DIVULGAÇÃO — Dr. Gervásio Tadaschi Inoue,

bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, um grande nome do cooperativismo nacional, tem dedicado grande interesse no campo da divulgação, sendo de destacar caber-lhe a primazia da introdução da divulgação especializada, inclusive dirigir e orientar um dos maiores veículos de divulgação publicado neste país: a Revista COPER-COTIA, que trata de assuntos diversos ligados à agropecuária. Pertence a numerosas entidades dedicadas ao cooperativismo, sendo presidente de algumas delas. Dirige as revistas "Mundo Econômico" e "Arco-Iris", esta uma revista especializada em assuntos cooperativistas.

PECUARIA — Sr. Lamartine Mendes,

fazendeiro, agricultor e principalmente criador, natural de Uberaba, cabe-lhe o privilégio de ter vislumbrado a importância do zebu para o Brasil, tendo sido o introdutor dessa raça em diversos estados do Brasil, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Percorreu o País de norte a sul, a pé, a cavalo e até de barco, tendo conseguido mercado para os seus reprodutores desde o Rio Grande do Sul até a Ilha de Marajó, passando pela Bahia, Maranhão, indo de uma feita até o Peru, onde entregou de presente ao governo daquele país um casal de gado zebu. Foi o grande pioneiro do gado zebu. É hoje um grande proprietário, possuindo 15 fazendas em Minas Gerais, Mato Grosso e Pará, possuindo mais de 1.000 vacas Nelore registradas. É um dos grandes nomes da pecuária nacional.

LAVOURA — a mim, coube a medalha referente à lavoura.

Em nome de todos os agraciados, agradeço a presença aqui dos senhores:

dr. Lulz Fernando Cirne de Lima, Ministro da Agricultura, dr. Fábio Rioldi Yassuda, Ministro da Indústria e Comércio, dr. Júlio de Carvalho Barata, Ministro do Trabalho,

— (ministro aposentado do Supremo Tribunal do Trabalho),

e de todos aqueles que compareceram a esta cerimônia, proporcionando-nos um conforto moral pela imensa luta de trabalho que temos enfrentado, e no qual continuaremos empenhados ainda com mais vigor, pensando somente na formação de um Brasil melhor, de um Brasil forte, o que temos a certeza de que conseguiremos com o nosso trabalho e com a ajuda de Deus!



O Secretário-Geral da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor desta revista e o Presidente Mário Penteadado se abraçam. Vê-se, ao fundo, o Dr. Raul Cardoso, Chefe do Gabinete da primeira gestão do atual Presidente.

MARIO PENTEADO

De nôvo no IBC

Assumi a presidência do Instituto Brasileiro do Café, a 26 de fevereiro último, o sócio titular da Sociedade Nacional de Agricultura Dr. Mário Penteadado de Faria e Silva, velho amigo desta Casa e profundo conhecedor dos problemas agrícolas e econômicos do nosso principal produto de exportação.

Foi uma escolha feliz do Governo do Presidente Médici e estamos certos que o primeiro e atual presidente da Autarquia dará o mais acertado encaminhamento aos complexos aspectos que envolvem não só a cultura como a comercialização do café brasileiro.

O seu discurso de posse nós o transcrevemos, na íntegra:

"Recebo das mãos de Jaime Nogueira Miranda, ilustre cafeicultor e cooperativista, a presidência de uma Casa que já teve a honra de dirigir há 17 anos, como seu primeiro presidente.

Sou homem da Revolução e como tal não me caberia recusar a tarefa, nos termos da missão em que foi colocada pelo Exmo. Sr. Presidente da República e pelo Exmo. Ministro da Indústria e do Comércio.

Nasci em fazenda de café e aí me criei; conheço os seus problemas, por que eles são parte integrantes de minha vida.

Quero deixar claro que me situo dentro da estrutura representativa da agricultura brasileira como alguém que acredita no cooperativismo e nos benefícios que o seu desenvolvimento traz ao País e aos produtores.

Os desdobramentos da política do café já foram definidos pelo Ministro Marcos Vinícius no seu discurso de posse. Ao Instituto Brasileiro do Café cabe a execução do programa traçado em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Indústria e do Comércio.

Carlos Viçava e João Leão Satamini Neto, que comigo se empossam na direção da Autarquia, são os primeiros integrantes da equipe que trabalhará unida visando àqueles objetivos. O acervo de conhecimento que trazem do contato com as coisas do café os credenciam ao respeito de todos.

Nós trabalharemos com o verdadeiro sentido de equipe e mantendo a mais íntima colaboração com todos os órgãos da República integrados na problemática do café. Sob a égide do Ministério da Indústria e do Comércio afinado com as demais autoridades, conseguiremos alcançar com rapidez e segurança as soluções mais altas para consecução da política cafeeira.

Aos servidores desta Casa, muitos dos quais já me conhecem, e a todos os demais, a manifestação de minha confiança em que cooperarão com melhor do seu trabalho para o sucesso da equipe. E prevalecerá, sempre, enquanto aqui estivermos, o interesse do Brasil. Muito obrigado.

Estiveram presentes à transmissão dos cargos, além do Ministro da Indústria e Comércio, o Diretor-Executivo da OIC, Sr. Alexandre Beltrão; o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Sr. José Pécora, o Sr. Paulo Meneses, representando o Governador Paulo Pimentel, do Paraná; outras autoridades e funcionários.

A Importação de Gêneros Alimentícios pelo Brasil

Um país como o Brasil, com uma densidade de população de cerca de 10 habitantes por quilômetro quadrado, com um território que é todo agricultável, com 8.000 km de costa, com uma população rural ao redor de 50% do total, deveria ser um grande exportador de gêneros alimentícios e muito pe-

queno importador desses gêneros e de bebidas feitas à base de produtos agrícolas.

Não é isto o que acontece. O País gasta elevadas somas na importação de gêneros alimentícios, que em valores absolutos estão crescendo embora tendam a declinar levemente em termos relativos em virtude do forte in-

cremento das importações ocorridos nos últimos anos.

A maior parcela da importação de gêneros alimentícios, cabe ao trigo, porém os demais estão se aproximando do valor do trigo.

Quadro 1. Valor total das importações e os gastos em gêneros alimentícios e bebidas, no quinquênio 1964/68, em milhões de dólares.

Anos	Total das importações	Gêneros alimentícios e bebidas	Trigo	Gêneros alimentícios menos trigo	Gên. alim. % do total de import.	G. A. — trigo em % total importado
1964	1.263	298	209	89	23,6	7,0
1965	1.096	213	135	78	19,4	7,1
1966	1.496	276	170	106	18,4	7,1
1967	1.667	326	181	145	19,5	8,7
1968	2.132	334	183	151	15,7	7,1

* Dados dos Anuários Estatísticos do IBGE, 1967 e 1969.

As importações de gêneros alimentícios e bebidas já alcançaram o valor de 334 milhões de dólares, e apesar de ser o ano de 1968 o de maior valor das importações do decênio, eles compreenderam 15,7% do total. Dêsse total 8,6 são devidos ao trigo e aos outros itens 7,1%.

As importações de gêneros alimentícios e bebidas consumiram 41% dos dólares recebidos pelo País em 1968 com as exportações de café.

Deixando de lado o trigo, que constitui um problema especial, convém nos determos na análise de onde fo-

ram gastos 151 milhões de dólares em gêneros alimentícios e bebidas.

Quadro 2. Valor das importações de gêneros alimentícios e bebidas, menos trigo, no quinquênio de 1964/68, em milhares de dólares.

Anos	Bebidas	Produtos da pesca	Produtos animais	Cereais menos trigo	Frutas	Especiarias	Outros	Forragens
64	1.720	13.837	13.098	17.424	16.937	750	23.262	980
65	1.007	11.375	7.483	17.522	16.797	920	21.729	448
66	1.448	19.868	10.779	21.764	20.624	1334	29.101	1.273
67	3.816	26.200	12.792	30.441	31.507	1066	37.963	1.803
68	7.595	27.114	11.170	25.168	42.281	1747	33.334	2.586

* Dados dos Anuários Estatísticos do IBGE, 1967 e 1969.

Verifica-se que as frutas, os produtos da pesca, os cereais e os produtos animais são os que mais oneram o País nas importações.

Os gêneros alimentícios e as bebidas tiveram os seus

valores de importação muito maiores nos anos de 66, 67 e 68 do que nos anos de 64 e 65, acompanhando a tendência geral das importações que nos anos de 64 e 65 foram contidas, no que resul-

taram em grandes saldos na balança comercial de 167 e 499 milhões de dólares respectivamente e que também houve em 1966 quando as restrições começaram a ser abolidas, no valor de 245 mi-

lhões de dólares. As grandes importações às quais também corresponderam elevações nas exportações porém em menor ritmo, resultaram em 1967 num deficit na balança comercial de 13 milhões de dólares, para, em 1968 se registrar o maior deficit comercial do decênio: 251 milhões de dólares.

O maior aumento relativo foi nas bebidas, que foi da ordem de 5 vezes, mas o maior em milhões de dólares foi o das frutas, que passou de cerca de 17 para 42 milhões de dólares.

Cabe examinar com mais detalhes a situação das frutas que são importadas e exportadas. São importadas principalmente maçãs e pêras e exportadas castanha-do-pará e suco de laranja.

O grande aumento nas importações de frutas deve-se especialmente ao de maçãs da Argentina que passaram de pouco mais de 10 milhões de dólares para 25 milhões.

O Brasil vinha obtendo saldos na exportação de frutas ao redor de 14 milhões de dólares e passou a ter deficits em 1967 e 1968, apesar do aumento obtido com a exportação de suco de laranja que, passou de 1,4 em 1964 para 11,6 milhões de dólares em 1968.

Este fato chama a atenção para a necessidade de ser examinada a situação da importação de maçãs da Argentina, país com o qual a nossa balança comercial está com deficit cada vez mais

acentuado sendo de 3,8 milhões em 1966, de 25,6 em 1967 e de 33,9 em 1968.

O aumento de consumo deve-se ao preço baixo que a maçã está chegando ao Brasil em virtude de acordo comercial, e à falta de produção nacional.

A produção nacional de maçãs é possível no Sul do País dependendo porém de um programa de pesquisas especialmente de criação de variedades e de zoneamento.

A segunda categoria em valor é a dos produtos da pesca.

Quadro 3. Valor da importação e exportação de produtos da pesca no quinquênio 1964/68, em milhares de dólares.

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1964	2.880	13.837	10.957
1965	4.826	11.375	6.549
1966	5.169	19.868	14.699
1967	5.145	26.200	21.155
1968	10.182	27.114	16.932

* Dados dos Anuários Estatísticos do IBGE, anos de 1967 e 1969.

É realmente surpreendente que o País com um litoral tão extenso, com a sua população nele concentrada importe produtos da pesca e pouco exporte, com um deficit de 17 milhões de dólares.

Foi pois uma medida acertada a concessão de incen-

tivos fiscais à indústria da pesca e nota-se que as exportações cresceram em 1967 de 5 para 10 milhões de dólares e aumentos maiores deverão ser esperados à medida que as companhias se organizem e desenvolvam.

A terceira categoria em valor corresponde a de cereais (excluindo-se o trigo). Nela predominam com aproximadamente a metade do total os cereais preparados, consistindo de cereais em flocos, vindo a seguir os gastos com malte.

A quarta categoria em valor é constituída de produtos animais e nela o leite em pó é responsável pela quase totalidade do valor das importações.

Com exceção da pesca e seus produtos para a qual o Governo já está dando atenção especial através de incentivos fiscais, há necessidade de providências nos outros setores, além do trigo que constitui um problema nacional do vulto do petróleo.

A. R. S.



CONSTRUTORA SABARIS LTDA.

INSTALAÇÕES COMERCIAIS
DECORAÇÕES DE INTERIORES

RUA SANTANA, 127

TELS.: 243-4363 - 243-8603

INDA

No Desenvolvimento Agrário da Nação

O INDA NO AMAZONAS

O INDA, como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, prossegue no seu programa de integração da Amazônia, cumprindo os programas prioritários do Governo Federal.

Na última semana o Sr. José William Girão Frota, Chefe do Gabinete da Presidência do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário apresentando o Presidente do órgão, dr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, viajou para o Amazonas e em Manaus, assinou convênio e fez entrega de verbas, atendendo às programações previstas para o corrente ano.

Objetivando o treinamento de líderes rurais e a mobilização da juventude rural, em solenidade no Palácio Rio Negro, com o Governador do Estado, dr. Danilo Areosa, assinou dois convênios atendendo o primeiro aos municípios de Coari, Tefé, Itacoatiara, Maués e Parintins, e o segundo destinado ao levantamento das condições agro-sócio-econômicas do município de Manacapuru. Os valores são de NCR\$ 100 mil e NCR\$ 148.870,00, respectivamente. Estiveram presentes ao ato o Delegado Regional do INDA, sr. José Ribamar Bentes Siqueira; Paulo de Almeida Machado, diretor do INPA, Hugo Bezerra Brandit, Secretário da Produção do Estado, José Sílvio de Souza, Secretário Executivo da ACAR-AM, além de assessores e personalidades.

No COMANDO MILITAR do Amazonas, com o Gen. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, informou da aprovação dos convênios em prosseguimento da programação do INDA, com as Unidades Militares de Fronteiras. Sendo um dos convênios no valor de NCR\$ 240.422,00, para instalação da Granja Militar do Amazonas, como suporte das granjas já localizadas nas unidades de Rio Branco, Guajará-Mirim, Pôrto Velho, Boa Vista; e das que virão a ser instaladas em Ipiranga, Japurá, Cucuí, Forte Príncipe, Palmeira e Estirão. E o segundo no valor de NCR\$ 65.970,00 para complementar o programa de mecanização agrícola naquelas unidades.

O sr. José William Girão Frota, na sede da Delegacia Regional do Estado fez entrega ao Presidente da Associação dos Agrônomo do Amazonas da guia de transferência do auxílio de NCR\$ 40 mil destinados à construção da sede própria da entidade, prometida, pelo sr. Dix-Huit, quando de sua visita àquele Estado.

Ao cumprir sua missão, o Chefe do Gabinete da Presidência do INDA, sr. Girão Frota, destacou à imprensa a ênfase do Governo do Presidente Médici às atividades agropecuárias através do Ministério da Agricultura, cujo titular — disse — o Ministro Cirne Maia vem procurando corresponder, prestigiando e emprestando todo apoio aos órgãos vinculados à sua Pasta,

sendo o INDA um exemplo entre os demais.

II SIMPÓSIO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

No mês de março, nos dias 18 a 20, será instalado em Brasília o "II Simpósio de Eletrificação Rural", organizado pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, como decorrência das atribuições que lhe estão afetas na conjuntura nacional e da execução do Plano Nacional de Eletrificação Rural.

A experiência obtida no "I Simpósio", realizado em 1967, faz conferir as avaliações de resultados e experiências que robustecem na importância da Eletrificação Rural na esteira do desenvolvimento econômico, social, educacional e agropecuário do País. E é do resultado daquele encontro nacional que se estruturou o II Simpósio, para o qual o INDA já convocou todos os participantes do anterior, como integrantes de quaisquer órgãos ou entidades particulares e governamentais interessados no desenvolvimento do programa.

PROGRAMA

O programa estabelecido será o seguinte: 18.3.70 —, Das 8 às 10h 30min, inscrições, das 10h 30m às 12h, solenidade de abertura; das 12 às 14h, almoço; das 14 às 18h, mesas de trabalho; das 18 às 20h, jantar e das 20h 30m às 22h 30m, mesas de trabalho.

No dia 19: de 9 às 12h, mesas de trabalho; de 12 às 14h, almoço; de 14 às 18h, mesas de trabalho; de 18 s 20h, jantar; e de 20h 30m às 22h 30m, mesas de trabalho.

No dia 20: de 9 às 12h, 18h 30m., Sessão Plenária; às 14h, almoço; de 14 às 18h 30m., Sessão Plenária; às 21h., banquete de encerramento.

GRANJAS MILITARES

O Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — aprovou a celebração de convênio, no valor total de.... NCR\$377.850,00, com o Grupamento de Elementos de Fronteira — GEF, para implantação de Granjas Militares junto ao seguintes Pelotões de Fronteiras: Ipiranga, Japurá, Cucuí, Forte Príncipe da Beira, Palmeiras e Estirão do Equador.

INDA FIRMA CONVÊNIO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará NCR\$ 620 mil na execução do projeto de eletrificação rural do Município de Carnaubais, no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, será firmado convênio com a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste — CERNE — que se encarregará da execução do trabalho.

INDA AJUDOU ENSINO AGRÍCOLA COM NCR\$ 3,6 MILHÕES

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, órgão

Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

vinculado ao Ministério da Agricultura, aplicou no desenvolvimento do ensino de pesquisas agrológicas e agropecuárias e no desenvolvimento do ensino no meio rural, o total de 3.686 mil cruzeiros novos. Foram firmados convênios e acôrdos de assistência com 40 estabelecimentos em todos os Estados da Nação, particularmente nas regiões onde o ensino é mais deficiente. Os grandes centros de ensino, como as universidades e as modestas escolas parquiais, que também trabalham no ensino agrícola, receberam assistência financeira do INDA.

INDA INAUGURA OBRAS E ENTREGA RECURSOS NO RS

O Presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado Maia, viajou para o Rio Grande do Sul onde participará da inauguração de diversas obras de eletrificação rural e efetuará entrega de recursos destinados pela Autarquia para a dinamização de diversos setores do desenvolvimento agrário dentre os quais sindicalismo rural, ensino agrícola e eletrificação rural.

Em Bagé, como convidado de honra do prefeito, o presidente do Instituto Nacional



do Desenvolvimento Agrário comparecerá à inauguração da eletrificação rural de Colônia Nova e de trechos do Ginásio Agrícola Assis Brasil, beneficiando 180 propriedades. Serão entregues pelo sr. Dix-Huit Rosado recursos no valor de NCR\$ 70.000,00 destinados ao Sindicato Rural de Itaquí; NCR\$ 151.394,61 para aplicação no programa de eletrificação rural de Bagé (Projeto Aceguá) e mais os recursos de NCR\$ 176.642,00 relativos a convênio entre a autarquia e a Secretaria de Educação gaúcha e que serão empregados em benefício do Ginásio Agrícola de São Nicolau.

COOPERATIVISMO

O incentivo ao cooperativismo permitiu ao INDA a aplicação de NCR\$ 1.115.000,00 em recursos, incrementando a instalação de novas unidades cooperativas, melhoria das já existentes, bem como a instalação de centros produtivos

e administração de cursos de orientação de tôdas as práticas do sistema e maior fiscalização por parte dos órgãos competentes. Os valores distribuídos aos diversos Estados para difusão e assistência ao Cooperativismo contemplam o Amazonas com.. 40.000; Amapá, NCR\$ 40.000,00. Aos demais componentes da União incluem-se, com importâncias em cruzeiros novos, Bahia, com 70 mil; Ceará, 50 mil; Espírito Santo, 60 mil; Goiás, 30 mil; Maranhão 30 mil; Minas Gerais, 40 mil; Paraíba, 60 mil; Paraná, 70 mil; Pará, 30 mil; Pernambuco 100 mil; Piauí, 60 mil; Rio Grande do Norte, 65 mil; Rio Grande do Sul, 100 mil; Rio de Janeiro, 30 mil; Santa Catarina, 70 mil; Sergipe, 60 mil; Alagoas, 30 mil; Mato Grosso, 30 mil; Roraima, 20 mil; Rondônia, 20 mil; e São Paulo, 50 mil.

INDA APLICA

NCR\$ 30,8 MILHÕES

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, — instalou, até agora, 5 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica na zona agrícola do País. Na execução do seu programa de eletrificação rural empregou mais de NCR\$ 30,8 milhões, beneficiando diretamente 75 mil agricultores que trabalham 5 mil propriedades.

Minas, com NCR\$ 7,450 milhões, foi mais beneficiado. Seguem-se o Rio Grande do Sul, com NCR\$ 2,9 milhões; Rio Grande do Norte, NCR\$ 2,498 milhões; Santa Catarina, NCR\$ 2.050 milhões; São Paulo, NCR\$ 1.959 milhão; Paraná, NCR\$ 1.816 milhão; Mato Grosso, NCR\$ 1.800 milhão; Ceará, NCR\$ 1.611 milhão; Alagoas,

NCR\$ 1.325 milhão; Paraíba, NCR\$ 1.623 milhão; Goiás, NCR\$ 1.163 milhão; Sergipe, NCR\$ 850 mil; Piauí, NCR\$ 786 mil; Espírito Santo, NCR\$ 530 mil; Maranhão, 520 mil; Bahia, NCR\$ 359 mil; Pará, NCR\$ 300 mil; Brasília, NCR\$ 100 mil; e Rio de Janeiro, NCR\$ 360 mil.

ELETRIFICAÇÃO RURAL EM MINAS GERAIS

O Instituto do Desenvolvimento Agrário aprovou celebração de convênio com a ERMIG — Cia. Eletrificação Rural de Minas Gerais S/A para execução de obras de eletrificação rural no Município de São Pedro dos Ferros, no Estado montanhês.

O INDA contribuirá com recursos financeiros no valor de oitocentos mil cruzeiros novos.

MANUTENÇÃO DE ESCOLAS RURAIS

Contribuição financeira de NCR\$ 3.500,00 foi aprovada pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário destinada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arcoverde, Estado de Pernambuco. Os recursos a serem liberados pela autarquia objetivam atender à manutenção das escolas rurais daquele sindicato.

Estudantes de Mossoró ganham alojamentos na Escola de Agricultura

A Escola Superior de Agricultura de Mossoró, no Rio Grande do Norte, constrói quatro alojamentos-modêlo para os seus estudantes. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário decidiu colaborar na execução do projeto. O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia aprovou resolução concedendo a verba de

NCR\$ 55 mil para os trabalhos.

Eletrificação Rural no Ceará

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará NCR\$ 731.421.03 na execução de projetos de eletrificação rural nas regiões de Redenção, Lages, Amanari, Tanques, Água Verde, Sapupara, Fleixeiros, Acarapé e Genipapo, no Estado do Ceará. O trabalho será executado pela Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará. O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA firmou convênio nesse sentido.

Seminário de Zebu

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário ajudou com NCR\$ 5 mil, a Associação Brasileira de Criações de Zebu na realização do Primeiro Seminário Nacional de Pecuária.

Escola Agrícola em Goiás

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará NCR\$ 200 mil na construção de uma Escola Técnica Agrícola em Itumbira, no Estado de Goiás. Nesse sentido, foi firmado um convênio com o governo daquele Estado, comprometendo-se este a aplicar importância idêntica.

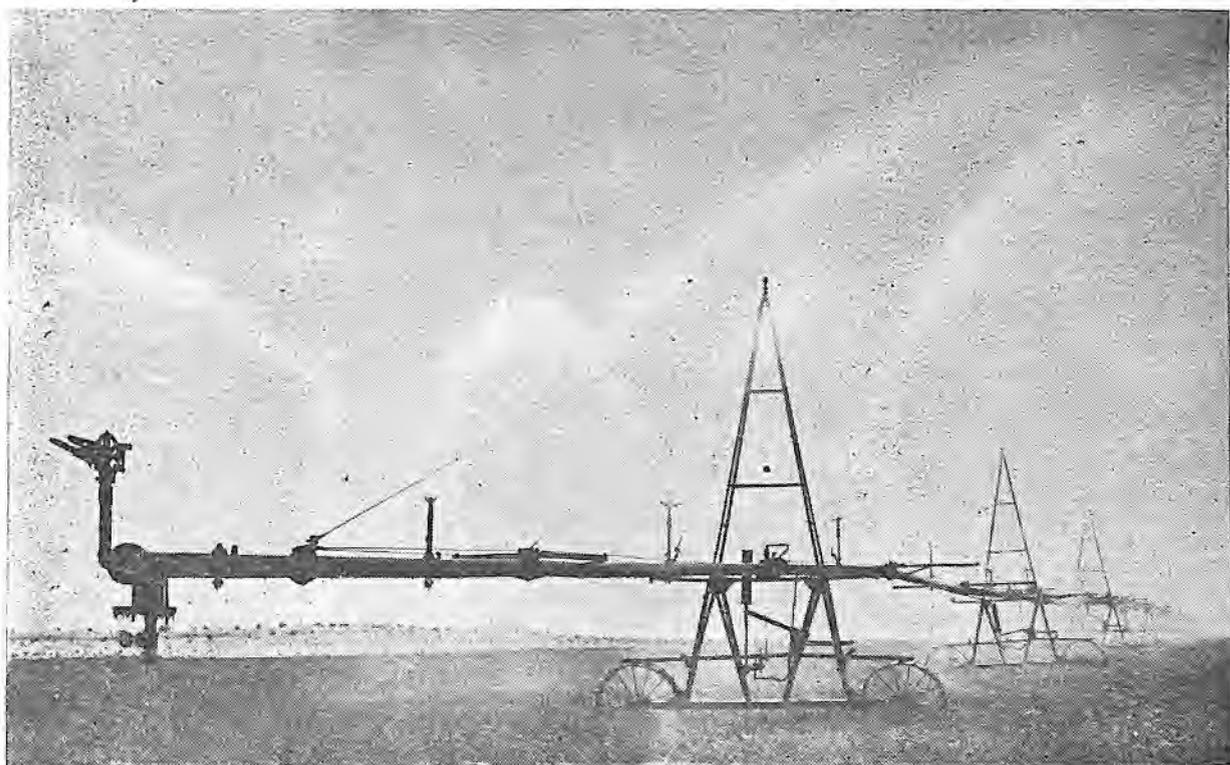
Comunidades rurais

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará NCR\$ 8 mil na implantação de um programa de desenvolvimento de comunidades rurais e cooperativismo no Vale do Pageú, no Nordeste.

Hospital de Bovinos

A Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura vai construir um hospital de bovinos para o gado dos seus associados. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário contribuirá com 70 mil cruzeiros novos para a execução do projeto.

A FOTO INTERNACIONAL



O problema da irrigação torna-se cada vez mais importante em face das mudanças climáticas em várias áreas dos Estados Unidos e do mundo. Novos métodos e processos são adotados e novos instrumentos postos a serviço da agricultura em geral. Um dos modelos de borriador moderno é que nos mostra o clichê: sistema de irrigação autopropulsório em montagem contínua, usado no Arizona e capaz de aspergir mais de cinco mil litros de água por minuto, tornando a irrigação rápida, eficiente e realmente fecunda. (Foto IPS, especial para a LAVOURA).

SAPOS E SAPATOS

A propósito do artigo sob o título acima, publicado no número de maio-junho o Redator-chefe desta revista recebeu do Dr. Alceu Magnanini, Diretor do Departamento de Pesquisas e Conservação da Natureza (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — DN), com data de 8 de dezembro de 1969, o seguinte ofício:

— Dr. Luiz Marques Poliano — DE. Diretor-Responsável e Redator-Chefe da Revista "A Lavoura". Sr. Redator-Chefe,

Lemos neste DN com muita atenção o artigo "Sapos e Sapatos", publicado na "A Lavoura", Ano LXXII (maio-junho) 1969 e desejo apresentar a V. Sa. as congratulações pela propriedade de expressões e de palavras que foram usadas. O ponto de vista tão bem exposto por V. Sa. representa fielmente não apenas a minha própria opinião, como a dos poucos e esforçados técnicos que compõem este Departamento.

Em processos que transitam por este Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza (DN), sempre nos manifestamos contrários à exportação de peles e couros de anfíbios, em bruto ou não.

Desejo participar a V. Sa. que, face à sua informação de que: "o Sr. Encarregado da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, no Recife, deduz que a venda para o estrangeiro de artigos manufaturados com a pele de anfíbios e répteis é perfeitamente legal", estou encaminhando ofício ao Diretor do Departamento de Co-

mercialização do IBDF, solicitando que aquele Encarregado seja informado que apenas é legal o comércio de animais silvestres (e seus produtos), quando forem originados de criadouros devidamente legalizados, conforme Portaria n.º 253 do Presidente do IBDF. Para mim isso significa que quem quiser exportar sapos, peles, etc. terá que criá-los especialmente em criadouros legalmente registrados".

Que as providências anunciadas pela ilustre e atuante autoridade surtam efeito, são os melhores votos de "A Lavoura".

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Janeiro de 1900

A Lavoura, Wenceslão Bello; Descobrimiento do Brasil; Congresso de Agricultura e Indústria Rural — Regulamento; Centro da Lavoura do Café no Brasil; Propaganda para o aumento do consumo do café no exterior; As próximas plantações, W. Bello; A lagarta cornuta do fumo, Gustavo D'Utra; Falsificação do café no exterior, Paulo M. C. Fladrich; A Indústria Açucareira na Espanha, Adolpho Morales de los Rios; A Sullá, Germano Vert; Crônica Agrícola; Preços Correntes; Variedades; Preparo das passas na Argélia; Crédito agrícola; Pequena lavoura; Distinções Honoríficas; A floricultura no Japão; Inimigo do cafeeiro.

Fevereiro

O Café e a França, Wenceslão Bello; A Seleção e os seus efeitos sobre as plantas; Henry L. Vilmorim, trad. Dr. G. Vert.; Estrumeira Perret, W. Bello; Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura; Das cercas ou tapumes, A. C.; Alcoolização dos vinhos, W. Bello; A Sociedade Alemã de Agricultura, Paulo M. C. Fladrich; Contabilidade Rural, F.L.; Crônica Agrícola, A.J.; Variedades; Patriotismo inteligente; O ensino agrícola na Itália, Produção de açúcar, Comércio de passas.



A produção de flôres e plantas ornamentais é fonte de riqueza de várias regiões norte-americanas. O Estado de New Jersey, também chamado o Estado Jardim, é uma dessas famosas áreas, em que as culturas florísticas e de plantas ornamentais assumem grandes proporções. O clichê nos mostra uma estufa para o preparo técnico dessas culturas que se expandem cada vez mais. (A Foto Internacional Press Service especial para "A Lavoura").

Flôres, Sinal de Prosperidade

As flôres não são apenas um ornamento. Representam, também, um sinal de riqueza e de prosperidade para os povos que as compram. É o que acontece na Europa ocidental, região grandemente industrializada, onde as importações de ramos de flôres quadruplicou em 15 anos, atingindo hoje em dia o valor total de 100 milhões de dólares por ano.

Esta cifra foi fornecida pelo sr. Dieter Link (Alemanha Federal) especialista em horticultura da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, em relatório apresentado à Conferência da FAO sobre a Comercialização e Exportação

de Frutas e Legumes, recentemente realizada em Roma.

"No fim da segunda guerra mundial — declarou o técnico internacional — o comércio de flôres na Europa praticamente não existia. Agora, porém, este comércio tornou-se próspero e segue em plena expansão."

A República Federal Alemã é o maior importador de flôres da Europa Ocidental, com 67% das importações, seguida pela Suíça, Suécia, França, Reino Unido, Áustria e Noruega. Paris e Londres, entretanto, são as duas cidades da Europa que mais flôres importam. A primeira compra 30 milhões de dólares por ano, e a capital britânica 28 milhões.

As flôres mais comumente importadas são os cravos e as rosas (cêrca de 50%), seguindo-se as tulipas e os crisântemos. O período de comércio mais intenso ocorre no inverno, de novembro a maio.

Quanto ao consumo individual, êle é mais elevado na Dinamarca; os dinamarqueses compram, em média, 16 dólares de flôres por pessoa, por ano. A seguir, vêm os noruegueses, os holandeses, os belgas, os franceses, os italianos e os ingleses.

Alguns países europeus, porém, são também exportadores de flôres. A Holanda é o primeiro deles, com 60% do total, seguida pela Itália, com 33%.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

Os Ministros do Trabalho e da Agricultura, Srs. Júlio Barata e Cirne Lima, assinaram, a 20 de janeiro, portaria fixando a forma de recolhimento da contribuição sindical devida pelo pequeno proprietário e pelos trabalhadores rurais, cujo texto, na íntegra, publicamos abaixo.

“Considerando que o Decreto-Lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969, atribui ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), a partir do exercício de 1970, o lançamento e cobrança da contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômicas da agricultura;

Considerando que essa contribuição deverá ser recolhida juntamente com imposto territorial rural que recair sobre o imóvel cadastrado;

Considerando que é necessário fixar-se a forma de recolhimento da contribuição sindical devida pelo pequeno proprietário rural, quando conceituado como trabalhador;

Considerando a necessidade de uniformizar as normas de procedimento do IBRA e das Delegacias Regionais do Trabalho na execução da lei;

Considerando que continua na estrita competência do Ministério do Trabalho e Previdência Social dirimir dúvidas sobre a filiação sindical dos trabalhadores e empregadores rurais, cumprindo-lhe, ademais, baixar normas de procedimento;

Considerando que é propósito do enquadramento da atividade rural possibilitar, tanto quanto possível, a homogeneidade de interesse dos integrantes, quer dos sindicatos profissionais, quer das categorias econômicas;

Considerando que, em inúmeras pequenas propriedades, a condição do agricultor e suas aspirações se assemelham às dos trabalhadores em geral, mas, em não

menor número de outras, as condições de vida e trabalho já caracterizam a empresa rural, enfocando os interesses da economia agrícola;

Considerando que o IBRA está vinculado ao Ministério da Agricultura;

Resolvem:

Art. 1.º — Para a cobrança da contribuição sindical, nos termos do Decreto-Lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969, o IBRA, a partir do exercício de 1970, lançará os contribuintes, para crédito das entidades sindicais do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — ou do plano da Confederação Nacional da Agricultura — CNA.

Art. 2.º — Os lançamentos de que trata o artigo anterior obedecerão os seguintes critérios:

I — Pertencem ao plano da Contag:

a) as contribuições devidas pelos trabalhadores rurais assalariados, descontadas dos respectivos salários pelos empregadores, na forma prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho e lançadas nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969;

b) as contribuições dos trabalhadores, como tal definidos no art. 1.º, inciso I, alínea b, do Decreto-Lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969, devidas na forma do artigo 580, alínea b, da Consolidação das Leis do Trabalho, e recolhidas diretamente pelos devedores;

c) as contribuições dos que prestam serviços como safrista, parceiro, auxiliar, colono, agregado ou qualquer outra forma que exclua pagamento certo mensal, calculadas na forma do inciso anterior, e recolhidas pelos empresários locadores do serviço.

II — Pertencem ao plano da CNA as contribuições devidas pelos empregadores e a dos que, com ou sem em-

pregados, empreendam, a qualquer título, atividade rural em área superior ao módulo rural ou outro limite que seja fixado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, calculadas na forma do art. 1.º da Lei n.º 4.755, de 16 de agosto de 1965.

§ 1.º — Para os efeitos de classificação do contribuinte de que trata a letra b do inciso I deste artigo, consideram-se membros da família rural apenas os parentes em linha reta de contribuinte e as pessoas que estejam legalmente sob sua dependência.

§ 2.º — As contribuições de que trata este artigo serão sempre recolhidas juntamente com o imposto territorial rural do imóvel a que se referir a atividade do contribuinte ou do trabalhador.

Art. 3.º — É facultado aos contribuintes encaminhar ao IBRA aditamento a sua declaração cadastral, quando necessário a esclarecer condições de trabalho e exploração do imóvel, que possibilitem a retificação do lançamento da contribuição sindical.

Art. 4.º — Os proprietários rurais, cujas condições de exploração do imóvel comportem menor número de empregados do que decorrente da aplicação do disposto no *caput* do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969, poderão requerer ao IBRA, justificadamente, a redução do lançamento para enquadrá-lo nas reais condições do trabalho assalariado.

Art. 5.º — O IBRA, *ex officio*, procederá à revisão da divisão modular das propriedades regionais ainda em regime de exploração extensiva da pecuária, em campos e pastagens nativas, a fim de enquadrar os lançamentos e a cobrança de que trata o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969, nas reais necessidades da mão-de-obra.

Art. 6.º — Ocorrendo dúvida na aplicação a casos individuais do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 789, de 1969, o contribuinte ou a entidade sindical com jurisdição na área, poderão suscitar-lá perante o Delegado Regional do Trabalho da respectiva região.

§ 1.º — Os processos a que se refere este artigo serão sumários e deverão encerrar-se no prazo de 15 dias de sua instauração, cientes da decisão os interessados e o IBRA.

§ 2.º — Será considerado como elemento preponderante para a solução da dúvida a opção manifestada pelo contribuinte.

§ 3.º — Os representantes da categoria profissional e econômica, integrantes da comissão permanente de que trata o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 789, serão indicados ao Delegado do Trabalho por ofício das respectivas federações ou, na falta destas, pelas confederações pertinentes.

§ 4.º — No caso da entidade sindical não fazer a indicação de representante até o prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento da solicitação, ou este indicado não comparecer às reuniões previamente marcadas, a comissão opinará pelos demais membros presentes.

Art. 7.º — Em cada exercício, as federações das atividades profissionais e econômicas da agricultura fornecerão ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) relação dos órgãos que lhe são filiados, participantes da contribuição sindical, a fim de possibilitar os respectivos créditos.

Parágrafo único. Caberá às entidades de grau superior restituir às entidades de grau inferior quaisquer créditos decorrentes de enganos ou lacunas contidas em suas informações.

Art. 8.º — O lançamento e a cobrança da contribuição sindical efetuados pelo IBRA obedecerão ao disposto na presente Portaria.

Art. 9.º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Companhia Curvelina Agro - Industrial

Curvelo — Minas Gerais

Fabricante de torta de caroço de algodão "Curvelana" para gado leiteiro.

Fornecedora preferida pelos associados das seguintes Cooperativas:

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CURVELO LIMITADA.

COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS "CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM" LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE ALÉM PARAÍBA LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE PARÁ DE MINAS LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE SETE LAGOAS LTDA.

Pedidos para:

Avenida Antonio Olinto, 1008 — Curvelo — M. Gerais

Avenida Rio Branco, 52 - 16.º andar - R. Janeiro - GB

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Assembléia Geral Ordinária

1.ª e 2.ª Convocações

Ficam os Senhores Sócios convocados para a Assembléia Geral Ordinária que se realizará na sede da Sociedade a 27 de abril do corrente ano, às 15 horas, para a seguinte ordem do dia:

- a) Relatório do Presidente;
- b) Parecer da Comissão de Contas (1969)
- c) Interesses Sociais.

Caso não haja número na 1.ª convocação, ficam, desde já, convocados os senhores sócios para o dia 11 de maio, às mesmas horas, no mesmo local e para a mesma ordem do dia, quando a reunião se realizará com qualquer número.

as). Luiz Simões Lopes — Presidente

A NATUREZA

Acolhendo a sugestão da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, abaixo transcrevemos o artigo publicado pelo "Jornal do Brasil", do Rio, pelo grande interesse que encerra para o Brasil.

Daqui, solicitamos em especial a atenção das autoridades municipais de todo o país para o grito de alarma que tal artigo representa, e para as responsabilidades que recaem sôbre a geração atual. se não as advertências contidas no referido artigo.

"Apesar de tôdas as advertências dos técnicos e das providências dos organismos internacionais, nossa civilização caminha, a passos largos, para a autodestruição, na medida em que o homem violenta a natureza. O tom apocalíptico das previsões do professor Jean Dorst, do Museu de História Natural de Paris, nos põe diante de uma evidência aterradora: partiu-se o elo da cadeia que mantém o equilíbrio entre plantas e animais. A devastação das matas, o desvio das águas, a poluição do ar e numerosas outras conseqüências da luta que o homem trava com a natureza acabarão por exterminar ambos os contendores, já que o primeiro não pode sobreviver sem a segunda.

Se o homem conseguisse resistir nessa "magnífica desolação" em que está transformando a Terra — mesmo depois de haver experimentado a autêntica desolação da Lua — teria por companhia, apenas como símbolo de uma civilização que roeu os seus próprios ossos, a figura abjeta do rato. Na medida em que destrói florestas, muda o curso dos rios e enche a atmosfera de gases tóxicos, o homem extingue espécimes da fauna e da flora, favorecendo simultaneamente a proliferação de animais nocivos como os ratos que, em nosso País, já elegeram Brasília como a sua capital, porque ali o clima é hostil aos gatos e o ambiente é propício à procriação.

Os dados mais recentes indicam que o Rio de Janeiro dispõe atualmente de dois ratos para cada habitante, mas dentro de dois anos os 8 milhões recenseados tendem a elevar-se para 170 milhões, de acôrdo com as estimativas do próprio Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Ainda não chegamos a ocupar a Amazônia, onde dispomos de um dos maiores parques de reservas naturais do mundo, e muitas dessas reservas já estão ameaçadas de desaparecimento. Não são apenas os peixinhos de aquário, gentilmente contrabandeados para o exterior em embalagens galantes, que estão correndo perigo: é o próprio pirarucu, êmulo do bacalhau, e cuja carne, de comprovada qualidade e inequívoco valor nutritivo, poderia reduzir bastante o índice das importações do similar estrangeiro.

Mas, seria por demais bairrista querer situar o problema apenas do ângulo brasileiro. É o mundo inteiro, afinal, que assiste, em pânico, ao seu extermínio, em ritmo de ano 2001. Os exotismos da moda e o aprimoramento gastronômico dos habitantes das grandes metrópoles estão conseguindo dar cabo de animais selvagens, como os crocodilos, que são submetidos à condição de adornos femininos, e o escargot, que conseguiu, embora sem pressa, imiscuir-se nos cardápios dos restaurantes requintados.

Não faz muito tempo, es-

pecialistas internacionais, reunidos sob os auspícios da UNESCO, chamaram a atenção dos Governos para o perigo da poluição das águas, diante do alto teor de toxinas constatado em sucessivas análises realizadas nos mais diversos pontos do globo; a Organização das Nações Unidas tem incentivado campanhas contra o uso indiscriminado de inseticidas; movimentos de âmbito internacional têm sido organizados com o objetivo de sustar o emprêgo de gases venenosos na chamada guerra bacteriológica; os ecologistas já estão cansados de advertir a humanidade para o crime que contra si própria vem sendo perpetrado.

Conquanto as perspectivas não sejam nada alentadoras, sobretudo porque, desde agora, já estamos preocupados com o problema da fome, que ronda a explosão demográfica, não queremos ser tão pessimistas ainda como o cientista francês. Se os bisões e os tigres de Bengala estão hoje humilhados, no curto espaço de uma jaula, como atração ornamental para as crianças que visitam os jardins zoológicos, há ainda muitas espécies a salvar, não apenas no reino animal, como no vegetal, de que homens e bichos dependem para garantir a sobrevivência recíproca. É tempo ainda, de fazer algo para salvar o único bem que pode nos salvar, a todos: a natureza." (Transcrito de "Jornal do Brasil" 9-9-1969).

BRIO

D. Carminha

Ilustração de Luís Sá



Crescêncio, no eito, ia, avançado sôbre o pessoal. Verificando que isto era usual, o fazendeiro decidiu premiar tão bom empregado, determinando, ao capataz, lhe comunicasse, por ocasião do pagamento semanal, que estava aumentado.

Dia seguinte, domingo, ao chegar à varanda da residência colonial, dá com Crescêncio que, respeitoso, cumprimenta-o, dando sinais de que desejaria falar-lhe. Acena-lhe o patrão para que se aproxime e pergunta o que quer. Com a simplicidade do homem do campo, na sua maneira mansa de dizer as coisas foi despejando: "Se aceito a sua paga é para dar tudo o que posso. Se o sr. me aumenta, sem eu pedir, é porque pretende que eu faça mais. Se eu fizer mais, racho os peitos. Se rachar os peitos, eu morro. Coitados dos meus filhinhos e da Joana... Como sou homem de vergonha, vou embora."

Livros e Publicações

COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SANTA CATARINA

Por Paulo Fernando Lago e Agnaldo Gouvêa — Estudos Brasileiros n.º 26 — Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — 1968 — 121 páginas.

INTRODUÇÃO A ZOOTECNIA

Prof. Octavio Domingues — Edições SIA — n.º 25 (3.ª Edição, revista e melhorada) Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1968 — 392 páginas.

AQUÁRIO DO LAR

Publicação do SIA (Edições

EIGRA) — 5.ª Edição — 1969 — 14 páginas.

LAVOURAS ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS

Publicações do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 114 páginas — Anos de 1966 e 1967 — Publicado em março de 1968.

APOSTILAS DO CURSO ESPECIAL DE COOPERATIVISMO RURAL

Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho — Publicação da Escola de Horticultura

"Wencesláo Bello" da Sociedade Nacional de Agricultura — Av. Brasil n.º 9.727 — Penha — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara — Custo NCr\$ 5,00.

PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO E LÃ

Boletim Informativo da Fundação "Getúlio Vargas" — 1.º Semestre — 22 páginas — Julho/1969.

PREÇO MÉDIO DO BOI GORDO E LÃ

Boletim Informativo da Fundação "Getúlio Vargas" — 2.º Semestre de 1968 — 24 páginas — Abril de 1968.

MAIS ESCOLAS DE AGRICULTURA

Há uns 6 meses tivemos em mãos um recorte de jornal em que o articulista tornava a público que um engenheiro agrônomo do Ceará resolveu, depois de muito "pensar", ser chofer de táxi. Não é que a profissão de chofer seja ingloria ou vergonhosa. O que se lastima é que um engenheiro agrônomo não consiga no seu Estado natal uma oportunidade dentro da sua profissão.

No momento, recebemos novo recorte em que propunha o Rotary Clube de Lafaiete criar naquele município uma escola de agricultura, aproveitando as instalações da antiga coudelaria. Não queremos dar lições ao Rotary. Gostaríamos, porém, de dar algumas informações pessoalmente, levadas a conside-

Eng.º Agr.º Henrique
Pinto da Costa

ração no Congresso Nacional de engenheiros agrônomos, em Pôrto Alegre.

Temos atualmente na Sociedade Mineira de engenheiros agrônomos quase 1.000 associados. Nossas escolas, de Lavras e Viçosa, formam por ano perto de 180 engenheiros agrônomos. Lavras já completou o cinqüentenário. Com uma simples matemática, podemos ver que não precisamos de escolas, e sim de ambiente para trabalhar.

Somos um dos diretores da Sociedade Mineira de engenheiros agrônomos, onde quase que diariamente vão colegas solicitar ajuda para arrumarmos emprego.

Somos um dos diretores da Federação das Associações de engenheiros agrônomos do Brasil, e tem a nossa ditória lutado por um melhor lugar no cenário agrícola do Brasil, do engenheiro agrônomo. O que necessitamos, isto sim, é que hajam condições para que os formados nas duas escolas mineiras permaneçam em Minas.

Está acontecendo que grandes técnicos engenheiros agrônomos estão engrandecendo os Estados vizinhos, em detrimento da nossa tão precária agricultura.

Cooperativas em países desenvolvidos e seus objetivos

Conforme tivemos oportunidade de mencionar a respeito do estágio realizado na Universidade de Wisconsin, E.E.UU., sob o patrocínio da USAID, consideramos de bom alvitre documentar algumas das impressões que nos foram transmitidas.

O Seminário, que teve a duração aproximada de 6 meses, contou com 40 participantes procedentes de diferentes países. Inicialmente tivemos um estágio em Washington para que nos familiarizássemos com o sistema de vida americano e tivemos uma idéia geral sobre algumas características daquele País seus objetivos aspectos políticos e responsabilidades dos administradores.

Após essa experiência, seguimos para a Universidade de Wisconsin, onde frequentamos as aulas durante 14 semanas, tendo sido o curso dividido em 2 (duas) etapas: a *teórica* e a *prática*. A primeira constou de 20 matérias ministradas não só por professores da referida Universidade, como de outros departamentos ligados ao cooperativismo, e apresentadas às aulas sob a forma de palestras e testes, com discussões em grupos e exibição de "slides" e filmes. Durante as aulas, foi-nos permitidos trocar idéias sobre assuntos de interesses de cada país, externando pontos de vista com relação ao cooperativismo e às suas dificuldades para desenvolvê-lo.

Como no momento o que nos está interessando é justamente a segunda parte, isto é, a prática, que constou de experiência em campo, ou seja, funcionamento de cooperativas, deixaremos para outra oportunidade o falar-mos sobre o método de ensino, e das visitas a refinarias, redes telefônicas, escolas, movimento em Bancos, etc.

Maria Heloisa Penalva
de Carvalho

I — INTRODUÇÃO

As organizações cooperativas em países desenvolvidos têm atuação importante, como seja a de manter os preços dos gêneros de primeira necessidade, impedindo que os mesmos sejam aumentados pelas companhias particulares, dos quais depende a população para sobreviver. Por isso, desfrutam aquelas entidades de ótimo conceito e prestígio junto à população, sendo consideradas as mais importantes empresas do local. A prova disso é que, em meios onde essas organizações não existem, os preços variam, embora com pequenas diferenças mas que muito significam.

Participam da vida da comunidade e são líderes dos projetos de atividades locais, sendo o sistema de ensino feito através de seu auxílio, concorrendo para que os estabelecimentos se mantenham bem instalados e preparados, não só para transmitir os ensinamentos teóricos como também o prático, desde ofício de marcenaria, até aos cursos de economia doméstica, com aparelhagem completa para projeção de "slides" e filmes para melhor fixação das matérias e restaurantes com alimentação orientada por Dietético. Preocupam-se com a cultura, ajudando a amplá-la, por meio de bibliotecas especializadas. Contri-

buem financeiramente para as associações esportivas escolares, incentivando-as. Organizam reuniões e variados tipos de recreação nos clubes, das quais todos participam.

II — COMO FUNCIONAM AS COOPERATIVAS

Das cooperativas por nós visitadas podemos citar uma das importantes, onde tivemos nosso primeiro contacto com esse tipo de organização americana, de cuja experiência concluímos que o critério adotado para seu funcionamento é quase uniforme, variando apenas em gênero. No local, foi-nos permitido examinar os seguintes documentos: Estatutos; Balanços; Livros Contábeis; Manual da Fundação do Gerente; Livro de Normas Empregatícias; da Cooperativa; Política de Ação da Cooperativa e Relatórios Financeiros.

Antes de entrarmos no âmbito que desejamos, apresentaremos o resumo de como e por que surgira a empresa:

"Em 1927, os fazendeiros atravessavam a fase da passagem do *cavalo ao trator*, gerando a necessidade de combustível para as máquinas agrícolas. Assim, 25 agricultores uniram-se e organizaram a Cooperativa de óleo combustível, apenas com a contribuição de US\$ 25,00 de cada um deles."

Dessa época para cá a cooperativa vem-se desenvolvendo e aumentando cada vez mais o seu volume de negócios, havendo mudanças nas funções de ano para ano, relacionadas com a economia geral e de acordo com as necessidades que vêm surgindo.

Regem-se por estatutos que tratam dos deveres dos gerentes, de sua capacidade e eficiência para administrar e saber aplicar o auxílio financeiro; conseguir instalações adequadas e ter habilidade para comprar e vender.

O movimento dessas organizações resume-se em:

- a) Administrativo;
- b) Comercial;
- c) Contábil e posição de "Caixa".

Administrativo — A cooperativa é estruturada em vários departamentos, possuindo cada um deles um gerente subordinado ao Gerente-Geral. São assim distribuídas as funções para que este possa dedicar maior parte do tempo de trabalho em relações públicas, consideradas de grande importância para a entidade. Cabe-lhe, também, representá-la nas atividades comunitárias. Segundo informações obtidas, aproximadamente 70% do seu expediente é dedicado ao exercício dessas funções, inclusive com os associados despertando esse sistema, interesses mútuos, em relação à comunidade e no público em geral.

A cooperativa publica, mensalmente, uma circular que é enviada aos seus membros, relatando aspectos mais importantes de suas atividades, informando sobre novos produtos, reuniões, saídas de empregados etc.

A política empregatícia é pré-estabelecida e igual para todos. Cada empregado recebe um exemplar contendo informações a respeito de sua situação, como funcionário da entidade. A regulamentação de benefícios é estabelecida pela Junta de Diretoria que integra a *Política de Ação*. Incluem-se o fornecimento de uniformes; concessão de abono por motivo de doença; seguro contra acidentes do trabalho; pagamentos compensadores de horas extras de trabalho, mormente em dias feriados.

A seleção de empregados é feita através de entrevistas entre o Gerente e o candidato, aquele procurando medir a capacidade profissional e experiência anterior do interessado. Uma vez admitido,

este é encaminhado a departamentos especializados, onde amplia os conhecimentos e é treinado recebendo instruções adequadas para cada função que exerça ou venha a exercer. Com essa experiência adquirida poderá, no futuro, ocupar cargos de maior responsabilidade, chegando mesmo a Gerente.

Comercial — Os empréstimos são obtidos através de Bancos especializados, que têm como pontos fundamentais para análise dos pedidos:

- 1 — conhecer a idoneidade moral de quem solicita;
- 2 — posição financeira e ritmo de progresso;
- 3 — capacidade de pagamento;
- 4 — os propósitos de cada empréstimo, isto é, a sua finalidade;
- 5 — a garantia que o interessado oferece, pois não concebem que alguém assumira um compromisso sem ter capacidade para liquidá-lo.

A modalidade dos empréstimos varia de acordo com o sistema e exigências de cada Banco:

- 1 — sob hipoteca das instalações ou penhor da produção;
- 2 — operações somente com as cooperativas agrícolas, aceitando como garantia contas a receber. O Banco, no entanto, evita esse tipo de operação;
- 3 — limitação dos empréstimos até 50% do ativo da cooperativa.

São exigidos balancetes das cooperativas que mantêm financiamento e quando verificam que há alguma irregularidade ou desequilíbrio financeiro, o Banco entra em contacto com a Junta de Diretoria, enviando um de seus elementos especializados para verificar qual o problema, qual o setor que não está funcionando satisfatoriamente.

O planejamento para financiamentos a curto e a longo prazo na cooperativa é elaborado na Gerência, com a colaboração dos departamentos, inclusive as peças orçamentárias dentro da política "a priori" estabelecida por aquela Junta.

Esse planejamento é submetido a esta.

Contabilidade e posição de "Caixa" — O sistema é eletrônico, fornecendo as posições das contas imediatamente e procedendo ao apinhado dos dados diários para fins de controle e balancete mensal, através do qual o Gerente tem visão diária da posição de "Caixa".

Procede-se à auditoria uma vez por ano, após o encerramento do Balanço. O Relatório financeiro é enviado à Gerência e apresentado à Junta Diretora, na reunião mensal, servindo, como retrospecto das atividades, durante o período. Anualmente é lido e distribuído idêntico exemplar que abrange todas as atividades do exercício, sendo em seguida distribuídas cópias suas aos membros, podendo ainda ser usado o mesmo como ponto de partida para justificar qualquer nova atitude da Junta.

III — SUMÁRIO

A organização de uma cooperativa depende de inúmeros fatores postos em prática que, entregues a pessoas especializadas atingirão os objetivos.

Tanto nos EE.UU. quanto em outros países também desenvolvidos, têm por finalidade funcionar para atenderem aos interesses da coletividade. Sendo essa a principal razão de ser da sua existência.

O desenvolvimento econômico e o social daquele País muito deve ao cooperativismo que vem agindo com regularidade na maioria dos setores responsáveis pelo bem-estar da população, atuando não só no campo agrícola, mas ainda, propugnando para que a população desfrute de total conforto e segurança, tornando possível o acompanhamento do dinamismo da vida quotidiana. Só mesmo através do sistema de eletrificação, redes telefônicas e meios de habitação funcionando com eficiência poderia existir tranquilidade.

A *eletricidade* é baratíssima, podendo-se abusar do consumo de luz, uso de aparelhos elétricos e desfrutar de tudo mais que dependa desse sistema. Não fôsse isso, tornar-se-ia impossível o di-

namismo e mecanização no desenvolvimento geral.

Telefone também acessível a todos. Até mesmo os que têm curta permanência no País podem adquiri-lo com facilidade. Funciona com precisão e é distribuído mediante razoável jóia parcelada e mais pequenas mensalidades ou taxas.

Moradia. A sua aquisição é feita através das cooperativas de habitação, que distribuem casas pré-fabricadas, com diversas áreas, completamente equipadas, prontas para serem habitadas.

Eis aí um resumo do que é o cooperativismo adquirido através de disciplina, educação, cultura e trabalho, englobado tudo isso no verdadeiro senso de responsabilidade. É justamente o resultado da preparação da comunidade, desde a mais tenra idade.

IV — *Dificuldades de Propagação das Idéias Cooperativas no Nosso Meio Rural*

As dificuldades de propagação destas idéias em nosso País, como sabemos, têm sido diversas. A começar pelo baixo nível de educação nas zonas rurais, onde se concentra alta porcentagem de analfabetos. E o ignorância torna o "caboclo" bastante desconfiado e individualista, gerando nele forte tendência ao isolacionismo. Assim, o número de associados é de modo geral reduzido. Outra grande deficiência é a falta de pessoas capazes e com tino para administrar. Na sua maioria dirigidas por um grupo de leigos e açambarcadores, as cooperativas vêm visando quase sempre o lucro. Muitas são usadas para negociações que possam resolver problemas econômicos de grupos ou de indivíduos isoladamente, os quais se aproveitam da posição que desfrutam para desvirtuar empréstimos conseguidos, aplicando-os em negócios de caráter pessoal ou para fazer promoções políticas.

A prova do que dissemos é que, dado o número de cooperativas existente em nosso País com a finalidade de amparar o produtor e desenvolver a produção, seria de se conseguir estabilizar os

preços dos gêneros de primeira necessidade, não fôsse o abuso ou o desvirtuamento ilícito do crédito liberado.

O Governo, que vem lutando pelo engrandecimento e progresso do Brasil e que muito tem conseguido, tanto é que se pode sentir o desenvolvimento onde quer que estejamos, também no campo do crédito cooperativo poderia imprimir maior expansão aos empréstimos e aperfeiçoar os métodos de distribuição de verbas, colocando nos departamentos responsáveis pelo deferimento de empréstimos financeiros às cooperativas, dirigentes sagazes, conhecedores da matéria, com técnica administrativa e econômica, evitando-se assim a distribuição de financiamentos a entidades mal dirigidas, sem a necessária orientação e em

situação de insolvência, ou que se ressintam da falta de direção capacitada.

V — *CONCLUSÃO*

De tudo isso concluímos que as causas do sucesso são:

- boa administração;
- contrôlo de preços;
- qualidade da prestação de serviço.

Assim como as causas do insucesso são decorrentes de:

- falta de administração;
- negligência;
- desonestidade.

Com a integração de elementos incompetentes e estranhos à profissão, formar-se-ão sociedades de finalidade puramente mercantil, levando mesmo à ruína os empreendimentos.

Em 20-11-69

Companhia Agrícola e Industrial Magalhães

AÇÚCAR = ÁLCOOL ANIDRO E POTÁVEL

SEDE:

Praça Pio X, 98 — Gr. 704 — Tel.: 243-3415

Rio de Janeiro — Est. da Guanabara

USINAS BARCELOS

Barcelos — Estado do Rio

Os Percalços da Vida Agroindustrial

José Sampaio Fernandes
Diretor Técnico da SNA

Como em todos os ramos da atividade humana, mas talvez com menos compensações, a vida do homem do campo e dos que a ela estão ligados por dela se utilizarem nas suas atividades, sofre o impacto de contratempos, os quais, muitas vezes, não pode dar remédio, porque este está fora do seu alcance.

Há dias, creio que no dia 21 ou 22 de janeiro último, telegramas na imprensa diária davam conta de que a safra de pêssegos da região de Pelotas estava para ser atirada fora, porque as fábricas que a industrializavam deixaram de receber a tempo, apesar dos compromissos, 200 toneladas de fôlha-de-Flandres, prometida por Volta Redonda.

A notícia acrescentava que algumas enormes quantidades de produtos da safra anterior não tinham tido escoamento porque, acrescentava a notícia, similares dos nossos amigos da Argentina e do Uruguai entravam no País gozando de certos favores, que lhes permitiam uma concorrência vitoriosa nos mercados de consumo do Brasil.

Ignoro até que ponto a notícia é verdadeira. Li-a num dos dias citados no "Jornal do Brasil". Mas o fato é, não só possível como provável, pois basta uma pequena causa para que a vida de toda uma região seja afetada.

E a região de Pelotas — Rio Grande, grande zona frutícola das margens da Lagoa dos Patos é, efetivamente, grande produtora de conservas de pêssegos, além de outras, inclusive prove-

nientes da riqueza pesqueira da costa gaúcha.

Lembro-me, em 1936, em Livramento, de ter visto a facilidade com que se adquiriam conservas dos magníficos pêssegos duros, de polpa carnuda e grande tamanho, provindos de Rivera. E a preços irrisórios. Naturalmente a entrada de tais produtos não era muito legal, dadas as facilidades fronteiriças, o que não é o caso atual, que apenas demonstra alto custo do produto nacional, que não pode competir.

No número de janeiro da revista francesa "Panorama Dujour D'Hui" leio um desabafo de agricultores franceses, decididos há dez anos a se concentrarem na produção agroindustrial de um ou dois produtos frutícolas, em vez de se dedicarem a uma policultura, que ameaçava fazê-los morrer de fome. Lançaram-se à produção maciça de maçãs e pêras. Uma sociedade, a SAFER (Sociedade de Organização Territorial de Estabelecimentos Agrícolas), os reuniu e organizou, fundando também a CUMA (Cooperativa de Utilização de Material Agrícola), para facilitar as tarefas. Não vou me alongar. Vamos aos resultados: A primeira colheita, no ano passado (pois as fruteiras levam anos a entrar em safra), dada a existência de muita fruta, para sanear o mercado, houve necessidade de destruir. Em vez de lucros, uma "safra de rancores, de amarguras" e a reprovação... porque jogava-se fora, enquanto os bialfrenses morriam de fome...

Há 35 anos, fazia-se o mesmo com o trigo, queimado nas fornalhas das máquinas ferroviárias argentinas, e entre nós o café, carneiros na Austrália...

Mas veio 1969... Uma verdadeira catástrofe. Geadas precoces reduziram de 40 a 90% as safras de pêras. Ficaram as maçãs. Mas o mercado afundou totalmente (daí, talvez o aparecimento de muita maçã francesa no nosso mercado no fim do ano passado), pois as plantações se haviam multiplicado não só na França, mas em todo o Mercado Comum Europeu. E, desesperados, perguntam: E, agora, que faremos?

É assim a agricultura: É muito mais fácil vegetar ou ser funcionário...

A LAVOURA

73 ANOS

A mais antiga revista
Agrícola em circulação
no Brasil

OPACO — 2

Êste milho vai revolucionar a criação de porcos

Em 1970 a Agrocerec vai produzir e colocar no mercado brasileiro cerca de 100 toneladas de sementes de milho Opaco-2. Êste tipo de milho, de alto valor nutritivo, promete revolucionar a criação de porcos no Brasil.

O valor do milho Opaco-2 está na qualidade de sua proteína, principalmente da glutelina, que contém a lisina e o triptofano, dois aminoácidos essenciais para a nutrição.

DESCOBERTA

O valor alimentício do Opaco-2 foi descoberto em novembro de 1963 por Lynn Bates, um estudante graduado da Universidade de Purdue, no Estado de Indiana (Estados Unidos). Precisando elaborar uma tese de pós-graduação, pediu sugestão ao seu professor de bioquímica, Oliver Nelson. Êste recomendou que fizesse um estudo sobre os defeitos do milho.

Entre os defeitos estava o grão de milho opaco. Bates ao analisar o teor de aminoácidos, numa rotina de pesquisa, verificou que os índices de lisina e triptofano eram superiores aos comumente encontrados no milho. Pensando tratar-se de erro, consultou seu professor e ambos fizeram uma segunda análise, que confirmou o resultado.

Para tirar a dúvida os dois resolveram experimentar essas sementes na alimentação de ratos. Os resultados foram espetaculares, isto é, os ratos alimentados com milho Opaco-2, comparados



Ambos têm a mesma idade, mas o leitão da esquerda foi alimentado com Opaco-2

com outros alimentos com milho normal, em condições técnicas experimentais perfeitas, apresentaram um ganho de peso 370 por cento superior.

À vista disso, resolveram fazer experiências com leitões. Usaram três tipos de rações, sendo duas com milho híbrido comum e outra com Opaco-2. Para ser possível a comparação, numa das rações com híbrido comum foi feita a adição de torta de soja para igualar a proteína ao nível da ração com Opaco-2.

Os leitões alimentados com milho Opaco-2 tiveram, ao fim de quatro semanas, um ganho médio de 427 gramas por dia, enquanto que os alimentados com milho híbrido comum apresentaram um ganho médio de 118 gramas.

Já na ração que recebeu a adição de soja, o ganho médio diário de peso foi de 423 gramas. Isto mostrou que a diferença em favor do Opaco-2 era devida à maior quantidade de lisina e triptofano nêle existente.

HISTÓRIAS

Mas a história do milho Opaco-2 começou um pouco antes. Em 1935, os cientistas Singleton e Jones, de Illinois, identificaram o gene opaco, um fator que caracteriza êsse tipo de milho. Contudo, a descoberta ficou nisso, e até os trabalhos de Lynn, êsse fator era considerado defeito, fato que motivou sua pesquisa original.

Porém, muitos acreditam ainda que civilizações incas das Américas conheciam um

milho rico em proteína de boa qualidade. Esse milho seria a base alimentar dessa gente, pois nos Andes não existia caça abundante e as pastagens eram escassas e pobres. Havia a lhama, mas esse animal era poupado, pois os índios o consideravam sagrado. Praticamente sobravam apenas os peixes que conseguissem pescar, como fornecedores de proteína, substância indispensável ao crescimento e à vida dos tecidos animais.

Como então esse milho desapareceu? Existem várias explicações que indicam essa ocorrência. Uma se baseia no fato de que ocorrem no milho alguns mutantes, isto é, grãos coloridos que lhe dão aparência pitoresca. Dada a preferência dos índios pelas coisas coloridas é possível que passassem a plantar apenas esses grãos. Assim, a característica de grãos brilhantes e coloridos foi sendo preservada em detrimento dos grãos claros e feios, precursores do Opaco-2.

Essa teoria pode ser confirmada, pois é sabido que até há pouco tempo os melhoristas do milho, nos seus trabalhos de seleção procuravam eliminar os "defeitos", isto é, os grãos claros e opacos das espigas.

Outra explicação se baseia numa experiência realizada na Universidade Federal de Viçosa, com ensaios sobre germinação do milho a várias temperaturas. O único tipo que germinou a 10 graus centígrados foi uma linhagem maia com "sangue" Opaco-2, o que indicaria sua adaptação ao frio das grandes altitudes andinas.

QUALIDADE

Onde está o valor do Opaco-2 para provocar uma revolução na criação de porcos? Em linhas gerais explicamos que esse valor está na qualidade de sua proteína.

Entre os vários tipos de proteína existentes no milho destaca-se a glutelina, que se caracteriza por possuir dois aminoácidos essenciais — lisina e triptofano — que contribuem para o crescimento dos animais. Enquanto no milho comum o nível de glutelina é de 29 por cento, no Opaco-2 sobe para

39 por cento. Testes realizados indicaram que o milho comum tem 0,24 por cento de lisina e 0,09 por cento de triptofano. Por outro lado o milho Opaco-2 tem 0,49 por cento do primeiro aminoácido e 0,15 por cento do segundo, ou seja, o dobro de lisina e dois terços a mais de triptofano.

Comprovado o valor do milho Opaco-2, começou a "corrida" para produção de maior número de sementes. A Agroceres entrou nesse trabalho em 1965, quando recebeu da Universidade de Purdue, por intermédio da Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa (convênio Purdue-Viçosa), 30 grãos de milho opaco produzido nos Estados Unidos.

O professor Gladstone Drummond — responsável por nossas pesquisas nesse setor — pôs-se a campo, fazendo duas gerações puras de milho Opaco-2. Uma foi produzida no Paraná, e outra em Goiás, onde o inverno não é muito frio e a empresa tem irrigação.

Através desse trabalho intenso de pesquisas, já em 1970 a Agroceres oferecerá ao mercado brasileiro cerca de 100 toneladas de sementes de híbrido opaco.

PIONEIROS

Ao que se sabe, é a primeira vez que são produzidos híbridos opacos em regiões tropicais. Nos Estados Unidos já existem essas espécies de sementes, mas seus técnicos não tiveram que lutar com os problemas que os nossos enfrentaram e, além disso, o material era déles.

Outras entidades, como a Universidade Rural de Minas Gerais, o Instituto Agrônomo de Campinas e a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz", iniciaram na mesma época seus trabalhos para transferir o gene opaco para material brasileiro. Entretanto o trabalho dessas instituições difere do executado pela Agroceres. Elas estão tentando ganhar tempo transferindo o gene opaco para populações sintéticas, como maia, asteca. Portanto, a Agroceres será a primeira organização a colocar híbridos com fator Opaco-2 nas sementes.

NOSSO TESTE

Na fase de pesquisas, a Agroceres realizou testes com Opaco-2 em Goiânia, sob a orientação de Lourival Pacheco, nosso agrônomo de Inhumas. Os dados obtidos coincidem perfeitamente com outros observados em Viçosa, Jacarézinho, e na Colômbia.

Foi realizada uma experiência com leitões empregando três tipos de rações, sendo uma com milho Opaco-2 e duas com milho híbrido. A exemplo da experiência de Purdue, uma das rações com milho híbrido foi enriquecida com soja, para manter igual o seu nível de proteína com o da ração de Opaco-2.

Os porcos que receberam ração de Opaco-2 tiveram ao fim de quatro semanas um ganho médio de peso de 463 gramas por dia, enquanto a ração com milho híbrido apresentou um ganho médio de 71 gramas por dia. Por outro lado, o tratamento de milho híbrido adicionado de soja mostrou um ganho de peso de 192 gramas por dia. Esses dados significam que porcos alimentados com ração contendo milho Opaco-2 apresentaram um ganho de peso superior a 600 por cento.

Quanto aos índices de conversão alimentar, isto é, quantidade de ração consumida para se conseguir um quilo de ganho de peso, as três rações apresentaram os seguintes resultados: os porcos alimentados com ração de milho Opaco-2 precisavam de 3,544 quilos de ração para cada quilo de carne produzido, no entanto para os porcos alimentados com milho híbrido eram necessários 9,337 quilos e para a ração de milho híbrido mais soja 5,090 quilos. Como se vê a ração contendo milho Opaco-2 apresentou o melhor índice de conversão, em consequência foi menor a quantidade de ração necessária para produzir cada quilo de carne.

PESQUISAS

Estes fatos indicam que a alimentação de porcos vai sofrer uma radical transformação, principalmente no Brasil, onde as vantagens da ração balanceada ainda não

são conhecidas. Para que o milho Opaco-2 seja realidade, a Agroceres está envolvida num amplo programa de pesquisa e divulgação.

Deve ser salientado que as pesquisas feitas pela Agroceres são custeadas com recursos próprios, sem receber qualquer tipo de subvenção. Além disso, a empresa colabora com outras instituições, principalmente através de fornecimento de sementes de milho Opaco-2, para testes com porcos, ratos, coelhos e até peixes.

DEMONSTRAÇÕES

Embora o valor do milho Opaco-2 seja reconhecido, existem ainda muitos problemas para sua aceitação pelos produtores. Não podemos considerar um problema mais importante que o outro, pois todos são obstáculos a serem vencidos. E para tanto os técnicos da Agroceres estão envidando todos os seus esforços.

O aspecto da semente do milho Opaco-2 é um detalhe desfavorável. Ele é um milho feio e sem brilho. Mas esperamos superar essa desvantagem através de demonstrações do seu valor alimentício. Assim, as primeiras 100 toneladas de semente produzidas pela Agroceres serão distribuídas a clientes selecionados, especialmente aos que se dedicam à produção de porcos. Paralelamente, serão montadas demonstrações do valor alimentício, comparando o milho Opaco-2 com o milho normal. E procuraremos fazer com que maior número de pessoas verifique tais resultados. Dada a diferença espetacular entre o milho Opaco-2 em relação aos milhos comuns, acreditamos que não será difícil a adoção da nova semente.

ENDOSPERMA

Uma dificuldade técnica que os técnicos têm enfrentado é quanto à maneira de lidar com a semente. O endosperma opaco, a parte central do milho, é muito mole, se esfarinha e quebra com facilidade. Estão sendo feitas experiências para verificar o comportamento desse milho nas máquinas de be-



A foto mostra a diferença entre as espigas de milho híbrido (esquerda) e milho Opaco-2 (direita). No centro espiga com segregação de Opaco-2

nefício tradicionalmente utilizadas pela Agroceres.

DENSIDADE

O problema do peso específico é outra dificuldade técnica que está sendo contornada através de esclarecimentos ao agricultor. Como o milho Opaco-2 é mais leve que o milho normal, isto é uma desvantagem para a produção por área. E como o nosso agricultor é muito ciioso, e com muita razão, do quanto pode produzir, ele fica meio desconfiado quanto à adoção do Opaco-2.

Mas como existe uma grande variação genética em relação a esse problema do peso específico — ou densidade — nós esperamos produzir, por seleção genética, um híbrido que praticamente dê por área a mesma produção que nossos híbridos atuais.

ANÁLISE

A análise do teor de aminoácidos, principalmente lisina e triptofano, para fins de seleção, ainda é um problema a ser vencido. Não temos condições de fazer aqui no Brasil esse trabalho, embora possamos determinar com facilidade a porcentagem de proteína bruta contida em nosso milho Opaco-2.

Estamos estudando possibilidades químicas de executar esse trabalho em futuro próximo, mas no momento temos que mandar as sementes para os Estados Uni-

dos, o que nos causa transtornos além de ser uma operação bastante cara.

REVOLUÇÃO

O milho Opaco-2 não vai servir só para engordar porco. Sua utilização na alimentação humana talvez venha a se constituir na revolução do século em matéria de nutrição. Ainda é cedo para analisar os efeitos sociológicos da aplicação do milho Opaco-2 como fonte de proteína, contudo, de acordo com os dados obtidos até agora, pode-se ter uma idéia do que poderá acontecer. No entanto é bom lembrar que prosseguem os trabalhos de pesquisas sobre novas fontes de proteína.

Experimentos com alimentação de crianças na Guatemala mostraram que o Opaco-2 é quase igual ao leite desnatado, isto é, apenas 10 por cento inferior. Já testes com adultos nos Estados Unidos mostraram que 300 gramas de Opaco-2, por dia, suprem 93 por cento das necessidades protéicas de um homem normal com 70 quilos de peso. Para suprir 80 por cento dessas necessidades são necessárias 500 a 600 gramas do milho normal.

Estes dados indicam que o Opaco 2 veio trazer uma luz para contornar o problema de subnutrição que preocupa o mundo, e que talvez seja o maior problema enfrentado atualmente pela nossa civilização.

Todo um esforço de desenvolvimento, realizado em colaboração com a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, vem o IBRA desenvolvendo, em termos prioritários, na região de Iguatemi, ao Sul de Mato Grosso, abrangendo uma área de 41 mil hectares, que sobressai entre as mais férteis do País e que, em futuro próximo, poderá tornar-se o centro abastecedor de todo o Centro-Oeste.

Até agora, nessa primeira etapa de atuação, já foram praticamente assentadas na área as mil famílias previstas e o andamento do projeto permite prever, para este ano de 1970, um recorde de produção, consubstanciado em 3.360 toneladas de cereais, no valor estimado de 1 bilhão, 178 mil e 387 cruzeiros novos. Isso permitirá, para cada família, o lucro médio de 819 cruzeiros novos.

LEVANTAMENTO

Antes de iniciar o processo de colonização de Iguatemi — município fronteiriço com o Paraguai e constituído de quatro glebas (Mundo Nôvo, Vituí Cuê, Japorã e Indiana) cuidou o IBRA, em tempo recorde, de todo um levantamento da região, através de pesquisa que abrangeu desde o cadastramento dos habitantes até às condições sócioeconômicas e tendências agrícolas.

Esse trabalho preliminar criou as condições essenciais para a localização estratégica das famílias e o planejamento da produção, embora respeitada a preferência dos lavradores para o aproveitamento do solo. E, em consequência, as culturas já implantadas obedecem às seguintes proporções: milho — 28,12%; arroz — 22,4%; soja — 21,45%; feijão — 9,65%; amendoim — 8,45%; algodão — 7,63%; e, trigo — 4,45%. Além dessas, e apenas com objetivos de subsistência, existem pequenas lavouras de batatinha, mandioca, cana-de-açúcar e outras.

IGUATEMI

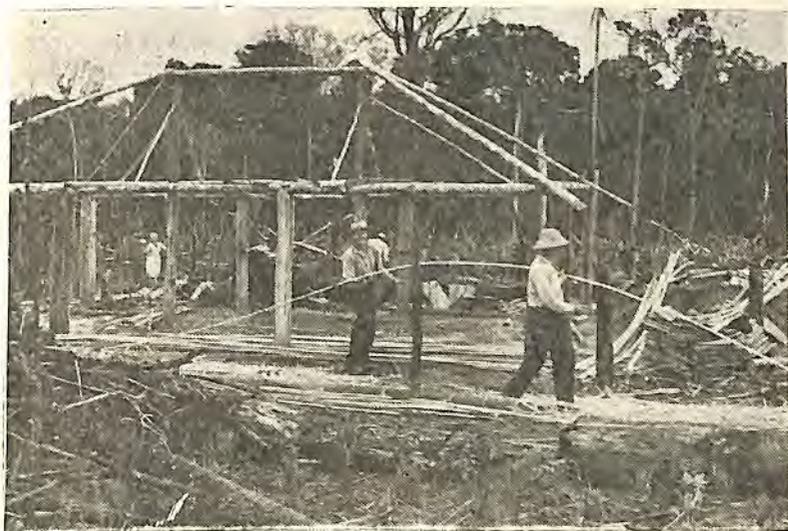
O FUTURO CELEIRO



Matas cedem lugar a centenas de casas e campos cultivados, povoando importante trecho de nossa fronteira com o Paraguai e quebrando recordes de produção de feijão, amendoim e milho.



DO CENTRO-OESTE



O Exército, a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, Governo do Estado de Mato Grosso, INDA e as Prefeituras locais, têm contribuído para o êxito do Projeto, realizando a integração de esforços objetivada pelo Estatuto da terra.



A LAVOURA

Nessa esquematização da produção, previram os técnicos do IBRA, inclusive, cuidados especiais para evitar o plantio do café, face ao programa de erradicação dessa lavoura e, também, por estar a região sujeita a geadas e prolongados períodos de estiagem.

ASSISTÊNCIA

Noventa por cento da região de Iguatemi é coberta por matas cerradas: todo o desmatamento para o assentamento definitivo das mil primeiras famílias ali localizadas foi conduzido em termos técnicos, não predatórios.

Mais de 60 quilômetros de estradas de rodagem já foram construídos na área, sem máquinas apropriadas, constituindo-se numa verdadeira epopéia o esforço conjunto dos técnicos do IBRA e das famílias beneficiadas com o assentamento. Os esforços do momento derivam-se para a construção de casas de madeira, definitivas, já tendo sido construídas, sempre no sistema de mutirão, 104 residências de 3 quartos, sala, cozinha e área com poço.

Além disso, o IBRA mantém serviços médicos e educacionais: na gleba Japorã está em pleno funcionamento a Escola General Jaul, para 150 alunos, existindo ainda mais 7 pequenos núcleos escolares nas demais glebas, desenvolvendo-se nesse conjunto um Projeto de Alfabetização Funcional, promovido em colaboração com a UNESCO.

APLICAÇÃO

Cinquenta por cento dos lavradores que se deslocaram até Iguatemi para se beneficiar do projeto de colonização, chegaram à região levando apenas a roupa do corpo. Cada família possui a média de 9 filhos e as parcelas distribuídas têm, em média, 8,61 hectares.

Para a implantação dessa obra, já foram investidos 748 mil e 349 cruzeiros novos.

NOVOS ALIMENTOS NO COMBATE À FOME

Aaron M. Altschul

(Assistente Especial para a Melhoria da Nutrição Internacional, do Departamento de Agricultura dos EUA).

(Especial para
A LAVOURA)

Grande número de pessoas em todo o mundo não ingere proteínas suficientes, nem em quantidade nem em qualidade, parte da vida ou em toda a vida. Não podem comprar quantidade suficiente de alimentos ricos em proteínas, carne, leite, ovos.

Os elementos vulneráveis das populações — crianças de colo, crianças em idade pré-escolar, mulheres grávidas, os doentes, os idosos — são os que mais sofrem de insuficiência protéica.

Em países em desenvolvimento onde o trabalho eficiente torna-se fator importante, esses problemas de proteínas podem ter consequências desastrosas, prejudicando o crescimento e o desenvolvimento intelectual.

Por outro lado, uma das consequências da insuficiência protéica — o alto índice de mortalidade infantil — é o estímulo aos altos índices de nascimentos. Somente quando os pais estão certos da baixa mortalidade infantil podem ser persuadidos a planejar sua família.

A falta de proteínas é parte do círculo vicioso do desenvolvimento. A deficiência protéica na infância pode levar a danos permanentes — tanto físicos como mentais. Assim, quando a habilidade produtiva de uma pessoa é prejudicada, ela está menos habilitada a alcançar o nível tecnológico

tão necessário a melhorar o nível de emprego e desenvolvimento econômico.

Uma das principais fontes de proteínas nos próximos anos será a produção mais elevada de cereais. Outras novas fontes serão a melhoria da qualidade protéica dos cereais, e novos alimentos protéicos de fontes vegetais e animais.

É óbvio que mais proteínas poderão advir do simples aumento da produção de cereais disponíveis para o consumo humano. Cada 100 milhões de toneladas de cereais adicionais tornados disponíveis para o consumo significa mais uns 10 milhões de toneladas de proteínas.

Outro grande incremento das proteínas poderá advir da melhoria da qualidade e da quantidade de proteínas em cereais. Isso pode ser conseguido de várias maneiras. A descoberta do milho de alto índice de lisina oferece a promessa de aumento da qualidade protéica do milho. Quando esse milho for produzido em escala comercial significativa o equivalente em proteínas aumentará enormemente.

Considerável número de pesquisas em sementes está sendo levado a efeito, com o intuito de melhorar a qualidade e o conteúdo protéico do arroz, do trigo, do sorgo e de outros grãos.

A tecnologia vem desenvolvendo também bebidas e alimentos de proteínas procedentes de sementes oleaginosas, tais como a soja. Já estão sendo usados alguns protótipos desses alimentos. Entre eles, a *Incaparina*, mistura de milho e farinha de caroço de algodão ou o *ProNutro*, mistura de produtos protéicos existentes na África do Sul. Um modelo que tem inspirado vários protótipos é o *Vitasoy*, bebida feita com soja e que está fazendo concorrência a outros refrigerantes em Hong Kong. No Brasil, está sendo testado o *Saci*, bebida com três por cento de soja, e com sabor de chocolate.

Certamente, os hábitos alimentares não podem ser mudados por decreto com total desprezo pelos padrões existentes. Mas dentro de toda a mudança, os hábitos alimentares podem também ser mudados.

O valor nutritivo apenas não vende um produto. O alimento deve ser atraente também na cor, no aroma e na textura.

Os seguintes elementos contribuem para a boa vendagem de um alimento — preço, aceitação e valor nutritivo. A grande conquista do progresso da ciência da nutrição é que os três alimentos já podem ser encontrados dentro de um mesmo produto. (IPS).

URANUS

Este Bezerro Guzerá, foi Campeão jr. nas Exposições de Cordeiro, Barra do Pirai e Rezende. É de propriedade do Sr. Adauto Magalhães Castro



**O QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO PARA
ATENUAR O DEFICIT NA PRODUÇÃO
MUNDIAL DA CARNE?**

**A SUNAB SAIU DA AREA DA INDÚSTRIA
E COMÉRCIO DA CARNE. O MERCADO
EXIGE CARNE. OS PREÇOS ESTÃO CHE-
GANDO A NÍVEIS COMPENSADORES...**

**É hora de produzir carne
E a mais baixo custo:
Isto é, com touros
G U Z E R Á**

**ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GUZERÁ DO BRASIL
Av. Churchill, 94 — S/ 1110 — ZC.39
Rio de Janeiro — GB — Tel. 252-5529
(Peça um folheto sôbre a melhor raça para a faixa intertropical).**

Cooperativismo e Humanismo

— As relações com o Estado

Fábio Luz Filho

A tese de Campbell (ver "El cooperativismo y el Estado", do autor, Intercoop Editôra, 2.^a edição, Buenos Aires) deve ser encarada em termos. E ele mesmo reconhece que, nos países desenvolvidos, o cooperativismo não tem necessidade de muletas, êle n'a pas besoin de l'assistance ou de l'intervention du gouvernement".

Já certa organização internacional fêz sentir, com justeza, que "o indivíduo é, propriamente, o ponto de partida de tôda ação coletiva".

A união dos indivíduos em famílias e raças dá origem ao Estado (ver, do autor, "Evolución de la sociedad humana"), o qual deve ser somente um instrumento para servir aos indivíduos que o compõem e não escravizá-los. Entretanto, com a expansão geográfica e ideológica do Estado, o instrumento chegou a ser dono e a escravizar os seus criadores... Durante séculos se tem tratado de chegar ao equilíbrio entre o indivíduo e o Estado (Paulham). Em nossos tempos temos visto a negação absoluta dos direitos do homem e a supremacia completa do Estado. Por que não voltar ao Homem como ponto de partida, como o cooperativismo o propõe e faz? Que esta idéia tem aceitação, comprovam-no os esforços de muitos grupos, nos últimos anos, no sentido de formular os "direitos do homem". A filosofia cooperativa repousa, precipuamente, no respeito à dignidade da

pessoa humana, e esta concepção doutrinária tem sido a razão de seu poder de expansão no mundo, galgando valores ultrapassados, criando novos e dinamizando-os, em pleno pluralismo.

Continuamos dentro dessa concepção da ação de amparo supletivo do Estado nos países da América Latina, Brasil inclusive, não deixando de reconhecer que, desde que êle existe e quer tirar a sua pele de gendarme, é justo o ponto de vista de Campbell e outros: necessária a sua presença nos casos especialíssimos já indicados, o que foi e é o caso do Brasil.

O Dr. Mauritz Bonow, illustre atual presidente (1969) da Aliança Cooperativa Internacional (A.C.I.) acaba de dizer, no Vol. 1, n.º 3-1968 da Revista de la Cooperación Internacional (editada em espanhol sob os auspícios da Intercoop Editôra de Buenos Aires, a que lançou, como dissemos, em 2.^a edição meu livro "El cooperativismo y el Estado"), que as cooperativas de consumo se desenvolviam, no mundo no qual surgiram, com muita lentidão, mundo caracterizado então pela fraca influência exercida na vida econômica pelo Estado e outros organismos oficiais. A expressão "Estado, policia noturna", forjada nessa época para traduzir a pouca atividade dos poderes públicos era, incontestavelmente, justa. "Atualmente, a estrutura econômica dos países do Ocidente, poderá, em regra geral, ser descrita

como um conjunto de empresas públicas, privadas e cooperativas, embora em proporções mui variáveis em cada um desses três setores. Nesses países o Estado tem um papel crescente por meio de sua política econômica e social, criando o quadro geral no qual as empresas públicas, privadas e as cooperativas desenvolvem suas atividades comerciais e de outro caráter. Por meio de suas funções de controle (mesmo sem o caráter de Estado, — leviatã), baseadas em legislações específicas, e de planificação de ordem geral, os poderes públicos influem, hoje, em grande proporção, sobre o meio econômico e social no qual o movimento cooperativo deve desenvolver-se. (Fauquet chegou, face a essa realidade, a criar três setores).

Sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, diz ainda Bonow, o movimento cooperativo teve de adaptar continuamente seus métodos de trabalho às novas condições criadas. Nos países industrializados, as rápidas reformas de estrutura foram trazidas pelas inovações técnicas em rápida ascensão, com efeitos decisivos sobre os movimentos cooperativos dos diversos países.

Há mesmo quem não veja nenhuma contradição, nos países subdesenvolvidos, entre a livre empresa e a participação do Estado na economia, nem mesmo como empresário (no Brasil temos provas concretas disso). Acha-se que somente representantes de grandes interesses estrangeiros nesses

países podem temer essa concorrência; inclusive no que tange à manipulação do mercado.

"Paz nova, luz nova, vida nova", eis palavras de **Eugen Relgis**, problemas modulares...

Já também houve quem dissesse, cheio de razões, que todas as formas de pensamento político (e, acrescentamos, econômico-social) que representem confiança no Homem como ser histórico, e que traduzam fé em sua capacidade de progresso e perfeição, que se rendam aos valores da inteligência, da cultura e dos sentimentos de harmonia e concórdia, serão válidos, serão bem-vindos.

Não é, acrescentamos, a justiça social, a que o cooperativismo visa, um valor abstrato, ou uma categoria mística. A dinâmica cooperativa a situa num contexto de concretizações realistas, e fecundas, pelo mundo, com o Estado ou sem o Estado.

Uma política cooperativa "não-factária com a inércia, e realista", é **Ballendroux** quem o diz, é combatida pelos cooperativistas ortodoxos, dados os seus métodos de adesão forçada e contróle estatal ilimitado, os quais se chocam com os seus belos princípios de adesão livre e democracia.

Como cooperativista, situamos em ângulos equidistantes de fervências passionárias, ideológicas ou políticas, sobretudo político-partidárias. Como cooperativista, adotamos o princípio neutral (não temos deixado de pregá-lo em nossos livros, folhetos, e em trabalhos numerosos para a imprensa), e vemos na fórmula cooperativa o fecundo caminho medianeiro num mundo convulso sob crescente e inevitável pressão estatal. É ela uma saudável democracia social e econômica.

As cooperativas têm sua própria filosofia, seu próprio **campus**. Não é dizer que a ortodoxia de princípios leva a atitudes escolásticas, rígidas, quiméricas, textólatras; é que essa ortodoxia dimana de uma filosofia realística, sem subjetivismos exclusivistas e líricos, e testada em mais de cem anos de expansão pelo mundo, não se re-

cusando a receber a ajuda sincera e honesta do Estado, se ele existe e nada leva a crer que, tão cedo, seja removível, e um entendimento tem que existir, de vez que a própria entidade jurídica, o Estado, só pode lucrar com essa reciprocidade, procurando sua colaboração nos planos de integração econômica e social e reerguimento do **Homem**, respeitando-o em seus valores fundamentais, como tantas vezes afirmou meu saudoso pai **Fábio Luz** em seus numerosos livros e trabalhos (novelas, romances, contos, crítica literária, centenas de artigos, etc.)

E **Eugen Relgis**, o ilustre publicista que foi grande amigo de meu saudoso pai, foi taxativo: existe um laço

de filiação entre o antigo e o nôvo humanismo, entre os clássicos gregos e os latinos e os enciclopedistas do século XVII, e entre os humanistas como **Erasmus de Rotterdam**, que lutou pela paz e pela tolerância ideológica (ou religiosa, embora dominante, então, a Inquisição) e como **Castello**, que defendeu a liberdade de consciência contra o fanatismo de **Calvino**. E grandes contemporâneos como **Romain Rolland** e **Eistein** ampliaram a defesa do humanismo, dêsse "pan-humanismo" que corresponde a realidade integral da **Humanidade**, e é uma extensão espiritual do humanitarismo moderno, cujos elementos básicos são biológicos e sociais.

I. P. E. C.

Irmãos Peixoto

ENGENHARIA E

CONSTRUÇÕES LTDA.

Reformas em Geral — Construimos prédio ou residência. Contrato direto, por administração ou financiamento. Incorpora e vende. Com financiamento da COPEG.

Informações: Rua Sen. Dantas 45-B-grupo 604-6
Tel. 222-2323 - Rio de Janeiro - GB

Avicultura Holandesa

A avicultura é praticada na Holanda com grande intensidade. Como consequência da forte especialização, dois setores se desenvolveram mais especialmente: o da produção de ovos para o consumo e o da criação de aves para o abate. Em ambos, uma parte importante da produção é exportada.

Cada um desses ramos aludidos, abastece-se em granjas de criação especializadas, o que constitui caso único na Europa Ocidental. Tal se deve sobretudo aos regulamentos postos em vigor em 1933, cuja finalidade é proporcionar a essas atividades a mais sólida base possível.

O material produzido nos estabelecimentos de criação chega aos avicultores através de empresas de multiplicação ou especialistas na criação de pintos. Nos últimos anos, as granjas de criação passam por uma fase de franco progresso. Bem equipadas e sábiamente dirigidas, desenvolveram um extenso programa de investigação, dirigido na maioria dos casos por técnicos em genética de formação universitária.

Segundo uma das principais disposições da regulamentação mencionada, é somente permitido comerciar com aves de raças inscritas, cuja criação deverá manter intacta sua pureza, o que significa maior segurança e garantia para os avicultores.

Os mesmos regulamentos sobre a criação de aves exigem o exame de "pullorum", exame este prescrito tanto para as aves de postura quanto para as de consumo. Graças à tal medida, apenas muito raramente surgem casos de "pullorum" na Holanda, e nenhuma das granjas avícolas se vê atacada por essa praga. O exame é realizado sob a fiscalização direta do Serviço Sanitário Avícola que se ocupa também da luta contra as enfermidades nos diferentes setores de atividade da avicultura.

dade da avicultura.

O Serviço Sanitário dá sólido apoio sobretudo às granjas de criação. Com efeito, encarrega-se de examinar todas as aves que adoecem ou morrem; os resultados são levados ao conhecimento dos interessados, de forma a que sejam tomados em consideração, ao estabelecer-se um programa de criação.

É de grande importância, portanto, a granja experimental de Putten, para onde os avicultores podem enviar regularmente os produtos de cruzamento ou os exemplares das raças que forem surgindo. Dão-se a conhecer posteriormente os resultados no que concerne à produção, perdas durante o crescimento, peso e qualidade dos ovos etc. Desta forma, os avicultores recebem informações objetivas, nas quais podem basear suas preferências.

A existência de aves poedeiras, constituída anteriormente por cruzamento de raças diversas, sofreu radical transformação já que, como ficou dito, só é permitido fornecer aves de raças inscritas. Dentre essas raças, fizeram-se cruzamentos e combinações várias com excelentes resultados. Em 1962 houve mais de 44% de cruzas no setor avícola. Os 56% restantes eram constituídos principalmente pelas raças Leghorn e Rhode Island, da qual porcentagem, 71% referiam-se à Leghorn.

A avicultura é praticada na Holanda, sobretudo nas granjas das regiões arenosas, a maior parte das quais utiliza métodos modernos. Em crescente medida, estão sendo adotadas as inovações, melhorias técnicas e administrativas; introduzem-se todos os aperfeiçoamentos possíveis em matéria de construção, arejamento e ventilação dos galinheiros.

No setor das aves para o abate, as empresas correspondentes criaram raças especialmente indicadas para tal fim.

As galinhas destinadas à produção de ovos para choccadeira, e subsequente criação de frangos demonstram um razoável nível de postura, embora evidentemente inferior ao das raças especificamente poedeiras.

Os galos provêm de raças aperfeiçoadas visando sobretudo a produção de carne.

A obtenção de ovos para o consumo se efetua, cada vez em maior escala, em grandes empreendimentos industriais.

Acrescentemos finalmente que a Holanda conta com empresas bem equipadas para a exportação de ovos, de aves para abate e de material para reprodução.



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

Preços Pagos Pelos Agricultores

1.º SEMESTRE 1969

Cotação para venda de 10 produtos utilizados nas atividades agropecuárias (Valores Médios).

1 — Muda de laranja (unidade)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Ceará	0,72	0,74	0,76	0,72	0,76	0,85
Rio Grande do Norte	0,52	0,61	0,61	0,64	0,74	0,73
Paraíba	0,58	0,58	0,60	0,53	0,53	0,57
Pernambuco	0,41	0,42	0,46	0,48	0,49	0,51
Alagoas	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
Sergipe	0,35	0,36	0,46	0,45	0,49	0,49
Bahia	0,80	0,79	0,83	0,83	0,85	0,80
Minas Gerais	1,62	1,69	1,72	1,62	1,78	1,88
Espírito Santo	0,75	0,78	0,64	0,66	0,64	0,68
Rio de Janeiro	1,11	1,11	1,20	0,96	1,04	1,20
São Paulo
Paraná	3,50	3,50	3,39	3,42	3,32	2,50
Santa Catarina	1,16	1,26	1,26	1,76	1,96	2,29
Rio Grande do Sul ..	0,88	0,90	0,98	1,22	1,35	1,30
Mato Grosso	2,75	2,75	3,25	2,42	2,72	2,89
Goiás	2,18	2,11	2,01	1,91	2,02	2,00

2 — Sal grosso para alimentação animal (quilo)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	0,17	0,16	0,17	0,16	0,15	0,16
Ceará	0,13	0,13	0,13	0,13	0,14	0,14
Rio Grande do Norte	0,12	0,12	0,12	0,13	0,15	0,14
Paraíba	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13
Pernambuco	0,15	0,15	0,16	0,17	0,17	0,16
Alagoas	0,20	0,20	0,20	0,18	0,20	0,22
Sergipe	0,18	0,18	0,18	0,16	0,16	0,16
Bahia	0,19	0,19	0,19	0,20	0,20	0,21
Minas Gerais	0,17	0,18	0,18	0,18	0,18	0,19
Espírito Santo	0,17	0,17	0,17	0,17	0,18	0,19
Rio de Janeiro	0,14	0,15	0,15	0,15	0,15	0,19
São Paulo	0,16	0,19	0,19	0,21	0,21	0,21
Paraná	0,18	0,18	0,19	0,19	0,20	0,22
Santa Catarina	0,19	0,19	0,19	0,19	0,20	0,22
Rio Grande do Sul ..	0,18	0,19	0,20	0,19	0,19	0,20
Mato Grosso	0,21	0,21	0,23	0,25	0,26	0,27
Goiás	0,20	0,21	0,22	0,23	0,23	0,22

3 — Calcário moído (tonelada)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão
Ceará
Rio Grande do Norte
Paraíba
Pernambuco
Alagoas
Sergipe
Bahia	55,94	55,64	55,64	57,30	53,01	52,66
Minas Gerais	30,00	30,00	40,00	30,00	40,00	30,00
Espírito Santo	29,20	29,90	28,83	28,73	30,16	30,98
Rio de Janeiro	60,92	55,69	55,19	60,19	60,15	58,95
São Paulo
Paraná	33,65	33,44	33,39	32,92	33,23	35,66
Santa Catarina	40,76	47,13	41,81	44,09	43,99	43,88
Rio Grande do Sul ..	46,71	46,01	45,82	45,51	48,15	47,60
Mato Grosso
Goiás	30,17	30,17	30,17	29,25	31,13	31,13

4 — Superfosfato de cálcio simples — (quilo)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Ceará	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Rio Grande do Norte
Paraíba	0,20	0,20	0,20	0,30	0,30	0,30
Pernambuco	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
Alagoas	0,15	0,15
Sergipe	0,16	0,16
Bahia	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23
Minas Gerais	0,24	0,24	0,24	0,25	0,26	0,27
Espírito Santo	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24
Rio de Janeiro	0,25	0,24	0,25	0,25	0,26	0,26
São Paulo	0,19	0,19	0,19	0,19	0,20	0,20
Paraná	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Santa Catarina	0,26	0,27	0,25	0,26	0,26	0,26
Rio Grande do Sul ..	0,22	0,22	0,21	0,21	0,21	0,21
Mato Grosso
Goiás	0,26	0,26	0,23	0,23	0,23	0,23

5 — Aldrin em pó — 5% (quilo)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	1,94	1,94	1,94	1,94	1,94	1,89
Ceará	1,68	1,89	1,93	1,94	1,94	1,96
Rio Grande do Norte	1,94	1,96	1,94	1,95	1,89	1,83
Paraíba	1,52	1,38	1,58	1,51	1,50	1,36
Pernambuco	1,80	1,84	1,91	1,91	1,92	1,87
Alagoas	1,65	1,70	1,75	1,80	1,80	1,80
Sergipe	1,69	1,72	1,73	1,78	1,83	1,88
Bahia	1,80	1,78	1,76	1,76	1,76	1,89
Minas Gerais	1,64	1,64	1,66	1,56	1,63	1,67
Espírito Santo	1,61	1,61	1,62	1,54	1,54	1,80
Rio de Janeiro	1,67	1,73	1,81	1,88	1,93	1,90
São Paulo	1,79	1,89	1,60	1,60	1,60	1,60
Paraná	1,74	1,75	1,72	1,76	1,76	1,91
Santa Catarina	1,71	1,72	1,76	1,76	1,78	1,84
Rio Grande do Sul ..	1,84	1,80	1,78	1,79	1,84	1,89
Mato Grosso	1,95	1,99	2,00	2,11	2,14	2,20
Goiás	1,87	1,93	1,91	1,95	1,95	2,01

6 — Terramicina veterinária em ampolas (ampolas v e 2 cc)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	0,89	0,89	0,93	0,93	0,94	0,94
Ceará	0,72	0,87	0,87	0,90	0,93	0,93
Rio Grande do Norte	0,92	0,92	0,89	0,89	0,90	0,90
Paraíba	0,88	0,89	0,90	0,91	0,94	0,92
Pernambuco	0,85	0,84	0,88	0,87	0,87	0,87
Alagoas	0,97	0,97	1,00	0,98	1,03	1,03
Sergipe	0,91	0,93	0,93	0,96	0,96	0,95
Bahia	0,97	0,96	0,97	0,99	1,03	1,03
Minas Gerais
Espírito Santo	0,72	0,72	0,72	0,73	0,73	0,75
Rio de Janeiro	0,80	0,82	0,81	0,86	0,87	0,85
São Paulo
Paraná	0,81	0,82	0,84	0,84	0,85	0,86
Santa Catarina	0,87	0,89	0,92	0,96	0,98	0,96
Rio Grande do Sul ..	0,89	0,89	0,91	0,90	0,91	0,94
Mato Grosso	0,94	0,94	0,94	0,89	0,88	0,94
Goiás	0,89	0,92	0,94	0,94	0,93	0,93

7 — Gasolina automotiva "A" (litro)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	0,41	0,41	0,41	0,42	0,42	0,43
Ceará	0,39	0,39	0,39	0,40	0,41	0,41
Rio Grande do Norte	0,37	0,37	0,38	0,39	0,39	0,39
Paraíba	0,38	0,39	0,39	0,39	0,40	0,40
Pernambuco	0,38	0,38	0,38	0,38	0,39	0,40
Alagoas	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	0,40
Sergipe	0,36	0,37	0,37	0,37	0,37	0,39
Bahia	0,37	0,37	0,37	0,38	0,38	0,39
Minas Gerais
Espírito Santo	0,37	0,38	0,38	0,38	0,39	0,40
Rio de Janeiro	0,36	0,36	0,37	0,37	0,37	0,38
São Paulo	0,36	0,36	0,36	0,36	0,38	0,38
Paraná	0,38	0,38	0,38	0,39	0,39	0,40
Santa Catarina	0,38	0,38	0,39	0,39	0,39	0,40
Rio Grande do Sul ..	0,37	0,38	0,38	0,38	0,39	0,39
Mato Grosso	0,46	0,46	0,48	0,46	0,47	0,48
Goiás	0,42	0,42	0,42	0,42	0,43	0,44

8 — Enxada de 2,5 libras (unidade)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	3,74	3,72	3,72	3,76	3,77	3,77
Ceará	3,28	3,32	3,33	3,32	3,35	3,45
Rio Grande do Norte	3,08	3,30	3,60	3,68	3,68	3,58
Paraíba	2,99	3,17	3,36	3,44	3,45	3,45
Pernambuco	2,99	2,99	3,31	3,28	3,22	3,12
Alagoas	2,93	2,93	3,18	3,39	3,19	3,27
Sergipe	2,86	2,99	3,28	3,29	3,30	3,30
Bahia	3,20	3,24	3,31	3,35	3,33	3,37
Minas Gerais	4,40	4,45	4,30	4,40	4,55	4,55
Espírito Santo	3,82	3,81	3,79	3,83	3,90	3,89
Rio de Janeiro	3,91	3,92	4,00	4,33	4,29	4,31
São Paulo	6,47	6,27	6,22	6,25	6,80	6,10
Paraná	4,13	4,26	4,24	4,29	4,34	4,23
Santa Catarina	2,46	2,61	2,83	2,86	3,03	3,06
Rio Grande do Sul ..	3,12	3,18	3,21	3,30	3,35	3,47
Mato Grosso	5,72	5,76	5,67	5,67	5,59	5,77
Goiás	4,71	4,80	5,02	5,01	4,99	5,11

9 — Arado de 1 aiveca (unidade)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	82,82	81,15	81,15	79,65	79,65	79,65
Ceará	68,10	75,29	75,35	83,60	85,24	82,27
Rio Grande do Norte
Paraíba	50,31	50,31	64,79	64,79	64,79	64,79
Pernambuco	119,00	119,79	134,38	136,25	137,50	140,70
Alagoas	155,00	170,00	167,50	172,50	182,50	182,50
Sergipe	71,58	71,58	71,58	78,63	92,41	95,80
Bahia	138,00	135,67	162,00	162,00	141,33	141,33
Minas Gerais	149,00	142,00	145,00	145,00	157,00	156,00
Espírito Santo	150,95	151,59	148,83	149,96	150,14	165,38
Rio de Janeiro	170,12	183,22	182,22	174,91	175,32	175,32
São Paulo	86,25	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00
Paraná	86,17	85,95	86,62	88,60	89,20	90,55
Santa Catarina	131,88	155,70	159,06	166,42	173,19	174,23
Rio Grande do Sul ..	103,75	108,38	111,61	106,32	106,38	105,06
Mato Grosso	62,25	70,00	73,33	76,67	98,89	98,89
Goiás	163,29	165,29	166,25	168,91	171,43	171,18

10 — Cultivador tipo Planet de 5 enxadas para tração animal (unidade)

Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Maranhão	49,50	45,50	47,00	72,25	74,75	74,75
Ceará	41,19	39,26	47,48	49,42	45,08	48,01
Rio Grande do Norte	28,75	30,00	29,17	33,89	34,58	35,00
Paraíba	34,19	35,81	38,21	37,87	37,22	36,73
Pernambuco	49,88	60,37	61,71	63,94	68,94	68,94
Alagoas	50,00	50,00	50,00	75,00	100,00	100,00
Sergipe	56,00	56,00	55,00	55,00	80,00	87,95
Bahia
Minas Gerais	62,00	58,00	57,00	60,00	61,00	59,00
Espírito Santo	72,75	77,75	85,00	81,23	81,23	79,98
Rio de Janeiro	40,50	45,17	56,90	56,31	54,38	54,49
São Paulo
Paraná	51,17	52,28	52,27	51,01	53,45	55,45
Santa Catarina	66,88	68,38	69,20	72,35	74,10	74,99
Rio Grande do Sul ..	63,75	66,01	68,06	66,34	67,98	67,99
Mato Grosso	40,00	50,00	50,00	60,00	69,19	68,34
Goiás	53,36	53,81	54,33	54,36	57,10	56,59

(Dados divulgados Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

CONTRIBUIÇÕES DOS SÓCIOS

NCr\$

(Anuidades, indivisíveis)

- | | |
|--|--------|
| 1 — Sócios efetivos (individuais) | 20,00 |
| 2 — Sócios efetivos (coletivos) | 100,00 |
| 3 — Sócios efetivos filiados (associações e afins) | 40,00 |
| 4 — Remidos — 10 anuidades de uma só vez. | |

Aprovada em sessão extraordinária de 13-02-1970.

A identificação de raças de ferrugem do colmo do trigo

Causadas por *Puccinia Graminis Pers* Var. *Tritici Erikss.* e *E. Henn.*, e a sua Aplicação no Melhoramento do Trigo.

Eng. Agr. Ady Raul da Silva

A ferrugem do colmo do trigo, uma das três espécies de ferrugem que atacam o trigo, é a que causa maior prejuízo nos climas quentes e constitui a ferrugem mais prejudicial ao trigo no Brasil.

A criação de variedades resistentes tem constituído o método efetivo de controlar a doença e evitar perdas graves.

É também conhecido que esse fungo tem raças fisiológicas capazes de atacar diversas variedades, o que aparentemente complica e dificulta a criação de variedades resistentes porque é necessário criar variedades resistentes às raças individualmente ou em grupo.

Na realidade o estudo das raças fisiológicas facilita a criação de variedades resistentes porque permite decompor o problema e orienta as combinações de diferentes genes de resistência para que a variedade nova seja resistente a todas as raças que ocorrem numa região.

Para exemplificar e facilitar a compreensão do que foi dito acima, vamos apresentar um modelo simples. Suponhamos que existissem duas variedades e que no campo ambas estivessem atacadas pela ferrugem do colmo e que isto fôsse devido à presença de duas raças fisiológicas de ferrugem sendo que cada uma delas tivesse capacidade de atacar uma das variedades mas não tivesse de atacar a outra. Nesse caso identificando-se as raças poderia ser obtida uma variedade resistente se

fôssem cruzadas as duas variedades e selecionada a sua descendência resistente às duas raças simultaneamente.

No quadro 1, o exposto acima fica evidenciado.

Quadro 1. Situação hipotética de duas variedades resistentes (R), cada uma delas à uma raça e, susceptível (S) a outra.

Raças	1	2
Variedades		
A	R	S
B	S	R

A descoberta de que existiam raças fisiológicas de *Puccinia graminis* var. *tritici*, o patógeno causador da ferrugem do colmo por E. C. Stakman e M. N. Levine (15), na Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, deu-se em prosseguimento a pesquisas sobre um fato descoberto anteriormente que o fungo *Puccinia graminis* tinha variedades com a capacidade de infectar e se desenvolver em um cereal mas não em outro. Assim foram descobertas as variedades de *Puccinia graminis*, capazes de parasitar o trigo (variedade *tritici*), o centeio (var. *secalis*), a aveia (var. *avenae*).

O próximo passo foi a descoberta de que havia também isolamentos de *Puccinia graminis* var. *tritici* que tinham capacidade dife-

rente de infectar variedades de *Triticum aestivum*, *T. durum*, *T. monococcum* e *T. dicoccum*.

A descoberta foi feita experimentando-se a reação de variedades escolhidas por serem resistentes ou parcialmente resistentes a campo com diferentes amostras e isolamentos de *Puccinia graminis* var. *tritici*. Assim foram selecionadas variedades que melhor serviam para a identificação de raças porque as suas reações às raças eram diferentes. Estabeleceram os autores um grupo de variedades que foram chamadas de "variedades diferenciais" e na base da reação das 12 variedades em conjunto foram identificadas numerosas raças (15).

As reações das variedades não eram apenas de dois tipos como em esquema apresentado acima, e sim composta de 6 tipos dos quais 3 foram considerados resistentes porque a ferrugem bu não se desenvolve no trigo ou pouco cresce não se propagando com eficiência. Dois tipos foram considerados susceptíveis porque nêles a ferrugem se desenvolve bem, e uma terceira classe heterogênea ou mesotética porque a ferrugem apresenta diversos tipos de desenvolvimento ao mesmo tempo e lado a lado na mesma folha.

O fato de haver raças de ferrugem de colmo, que poderiam ser melhor chamadas de raças de patogenicidade diferente, interessou os geneticistas que cria-

vam variedades resistentes de trigo pois ao mesmo tempo que parecia tornar o problema mais complexo também permitia pela sua decomposição encontrar soluções.

Descobertas posteriores mostraram que raças novas ocorriam quando a ferrugem do colmo do trigo multiplicava-se sexualmente na planta *Berberis vulgaris* (16). Estudos de cruzamentos entre raças do patógeno mostraram que elas tinham genes para patogenicidade que poderiam ser classificados basicamente em duas categorias: virulentos e avirulentos.

A limitação de variedades diferenciais em número de 12 e a sua seleção estabelecida por um método de tentativa logo mostrou-se insuficiente para descrever toda a variação em patogenicidade que ocorria na ferrugem do colmo. Adicionando-se novas variedades poderia se reconhecer novas raças.

Para os geneticistas era importante conhecer a patogenicidade da população do fungo, especialmente naquela parte que afetava as variedades em cultivo, e por isso os fitopatólogos que faziam o estudo da frequência e distribuição das raças acrescentaram algumas variedades além das 12 variedades clássicas.

O autor em 1952 (12), apresentou uma discussão do conceito de raças fisiológicas, principalmente em relação ao melhoramento propondo os critérios para a escolha das variedades mais úteis para serem utilizadas como diferenciais.

Posteriormente o mesmo autor, em 1958, fez uma análise mais minuciosa do assunto e sugeriu entre outros métodos, como o mais adequado, a utilização de linhas isogênicas com cada um dos genes para resistência ou linhas com cromossomas substituídos conduzindo um gene para resistência, obtidas por E. R. Sears. (14).

Um grande progresso a todo o trabalho de criação de variedades resistentes, resultou dos estudos feitos por Flor (4) com a ferrugem do linho (*Melampsora lini* (Ehrenb.) Lev.).

Dêles resultou a teoria da relação de um gene do hospedeiro para 1 gene do patógeno, nas relações dos parasitas obrigatórios. A um gene de virulência no patógeno corresponde um gene de susceptibilidade no hospedeiro e a um gene para avirulência no patógeno a um gene para resistência no hospedeiro.

Do estudo da genética do patógeno, e da genética do hospedeiro, pôde-se chegar a uma grande simplificação na interpretação do que constituía uma raça que passou a ser definida como o conjunto de genes para patogenicidade de que é constituída.

O trabalho de criação de variedades resistentes também simplificou-se, pois deixou-se de procurar obter variedades resistentes a centenas de raças, mas sim aos poucos genes de virulência que ocorrem na população.

Assumindo apenas duas classes: virulência e avirulência se o patógeno tem 10 pares independentes de genes eles poderiam dar origem a 1.024 raças diferentes. É mais fácil criar variedades resistentes a 10 genes para virulência do que para 1.024 raças.

A fim de identificar os genes para virulência há conveniência em se ter linhas isogênicas do hospedeiro com um único gene condicionando a resistência. Knott (5) criou uma série de linhas isogênicas com base na variedade Marquis com os genes Sr 5, Sr 6, Sr 7, Sr 8, Sr 9a, Sr 9b, Sr 10 e Sr 11. Pos-

teriormente o mesmo cientista (7) transferiu para a variedade Marquis mais dois genes: Sr 13 e Sr 14, existindo agora 10 linhas isogênicas com genes diferentes para resistência à ferrugem do colmo, das quais as oito primeiras vêm sendo utilizadas em muitos laboratórios para a identificação de raças.

No Brasil, o autor associando com a engenheiro-agrônomo Elisa Thomaz Coelho, iniciou a utilização dessas linhas para estudar a população de ferrugem do colmo logo que foram criadas, bem como as linhagens criadas por E. R. Sears, da variedade Chinese com cromossomas substituídos de variedades resistentes a ferrugem do colmo (13).

A situação da identificação de raças de ferrugem do colmo, no Brasil, com a utilização das linhas isogênicas do Dr. Knott, está apresentada no quadro n.º 2.

As amostras de ferrugem do colmo colhidas em 1967 foram identificadas em 1968 por Elisa Thomas Coelho (2) no IPEAS, e mostraram a seguinte composição quanto às raças: 11-65, 1,0%; 15, 6,2%; 15-65, 19,6%; 17, ... 8,3%; 17-63, 63,9%; 17-T, ... 1,0%.

A grande prevalência da raça 17-63 pode ser atribuída ao fato da variedade IAS-20 Iassul ser a mais cultivada com uma área de aproximadamente 50%, ser susceptível a essa raça.

Um exame do quadro 2, mostra que uma variedade que combine a resistência

Quadro n.º 2. Características das raças fisiológicas de *Puccinia graminis* var. *tritici*, identificadas no Brasil

Genes	Sr 5	Sr 6	Sr 7	Sr 8	Sr 9a	Sr 9b	Sr 10	Sr 11
Raças								
11	S	R	R	R	R	R	R	R
11-T	S	R	R	S	R	S	S	S
11-65	S	S	S	S	MR	MR	S	R
15	S	R	R	R	S	S	S	S
15-65	S	R	R	S	S	S	S	S
17	R	R	R	S	S	S	S	R
17-61	R	S	S	S	R	R	S	R
17-63	R	S	R	S	S	S	S	R
17-T	R	R	R	S	S	S	S	S

R = resistente, RM = moderadamente resistente, S = susceptível.

dos genes Sr 6 ou Sr 7 com a de Sr 11 é resistente a tôdas as raças.

Também o quadro 2 fornece a informação de que é suficiente verificar a resistência das linhagens de trigo com as raças 11-65 e 15-65 para saber se elas têm resistência a todas as raças.

Como se conhece quais os genes que condicionam a resistência das principais variedades resistentes a ferrugem do colmo em virtude dos estudos da hereditariedade da resistência e de sua interpretação feita especialmente por Knott (5, 6, 7, 8) é fácil ao geneticista criar variedades resistentes à ferrugem do colmo com as informações atuais.

Por essas razões e pela quantidade de variedades hoje existentes com os genes que condicionam resistência à ferrugem do colmo tem sido fácil a criação de variedades resistentes e têm havido afirmações de que a criação de variedades de trigo resistentes à ferrugem do colmo é um problema resolvido.

O autor julga mais correta a afirmação que a criação de variedades de trigo resistentes à ferrugem do colmo é um problema em equação, mas cuja resolução depende de variáveis.

Realmente não se pode considerar a resistência à ferrugem como um problema resolvido porque êle está sempre se modificando com frequência, com o aparecimento de novas raças, resultantes da combinação de novos genes ou com o aparecimento de novos genes para patogenicidade.

As combinações de genes para patogenicidade na ferrugem podem produzir raças mais virulentas do que as existentes.

É suficiente se observar no quadro n.º 2 que a combinação dos genes para patogenicidade das raças 11-65 com os da raça 15 ou da raça 15-65 ou da 17 T resultaria numa raça capaz de inutilizar a resistência de todos os 8 genes apresentados.

As combinações de genes para patogenicidade podem ocorrer pela recombinação sexual, que não ocorre no Brasil e no Sul da América do Sul pela não existência

de *Berberis vulgaris*, pela heterocariose (transferência de núcleos entre hifas vegetativas de raças diferentes), e pela hibridação somática (3, 10, 11).

Novos genes podem ter origem por mutação.

Existe ainda uma outra possibilidade, que é a ocorrência de raças na população de ferrugem do colmo e que ainda não tinham sido identificadas por existirem em baixa frequência.

Quando uma variedade é resistente a tôdas as raças principais, o seu cultivo tem um poder seletivo muito grande pois elimina a possibilidade de tôdas as não virulentas sobre ela de sobreviverem.

Estudos feitos com misturas de raças têm mostrado que não são as que têm capacidade de infectar maior número de variedades que se multiplicam mais depressa e predominam na mistura. Isto explica porque a eliminação de uma raça menos virulenta pode dar oportunidade a que uma raça de maior patogenicidade se desenvolva e se dissemine rapidamente quando em virtude da concorrência era mantida numa taxa muito baixa de frequência e por isso não era identificada nos levantamentos de raças fisiológicas.

Preveno-se o aparecimento de novas raças de ferrugem do colmo, têm sido tomadas algumas precauções afim de que o efeito prejudicial seja mínimo.

Êle será mínimo se a nova raça for determinada quando ainda tem uma frequência muito baixa e se ela se multiplicar lentamente em concorrência com outras porque durante êsse tempo será possível criar variedades resistentes.

Contribuirá para que o prejuízo seja pequeno se o trabalho de melhoramento for rápido criando-se novas variedades e as multiplicando rapidamente.

Outro método consiste em se criar variedades com muitos genes para resistência, na esperança que uma nova raça seja controlada por algum dêles.

Medida preventiva de utilidade é se fazer variedades resistentes a raças de regiões vizinhas das quais podem vir para o País.

Do ponto de vista de distribuição da ferrugem do colmo, por ser ela transportada pelo vento a grandes distâncias a Argentina, Uruguai e Paraguai constituem uma única região, enquanto que o Chile, por estar do outro lado dos Andes constitui uma região vizinha de onde é difícil mas não é impossível a vinda de esporos.

Para ilustrar o valor dessas medidas e sua praticabilidade no País, podem ser citados que pelo autor, no Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul — IPEAS, em Pelotas, foram realizadas 3 gerações por ano com variedades precoces utilizando-se um ripado no verão, uma casa de vegetação com luz artificial no outono, além da geração normal de inverno-primavera. Fêz-se por muitos anos duas gerações; uma a campo em Anápolis, Goiás e outra em Pelotas.

Apesar de se saber que as variedades com os genes Sr 6 e ou Sr 7 tinham resistência a tôdas as raças que ocorriam no País, foram a partir de 1954 utilizadas em cruzamentos variedades que tinham vários genes combinados partindo-se da hipótese que apareceriam raças que poderiam superar a resistência condicionada por aquêles genes, o que de fato ocorreu em 1961. Quando isto aconteceu verificou-se que existiam 70 novas linhagens em avançado estágio de experimentação resistentes às novas raças e foi em virtude dessa precaução que variedades como o IAS-49 Pioneiro, IAS-50 Alvorada e IAS-51 Albatroz puderam ser entregues aos agricultores, com resistência a tôdas as raças atuais.

Preveno-se uma nova raça que resulte da combinação dos genes de patogenicidade, que sejam virulentos e anulem a resistência dos genes Sr 5 a Sr 11, estão sendo feitos cruzamentos no IPEAS, visando incorporar a resistência de Sinvalocho Gama e WRT 238 que até agora têm mostrado resistência a tôdas as raças no País e que a sua resistência não é devida aos genes Sr 5 a Sr 11.

A preocupação de se incorporar novos genes ao material melhorado tem que ser constante.

Tem-se observado em muitas regiões onde se tem feito o melhoramento para resistência à ferrugem do colmo uma verdadeira corrida entre o lançamento de novas variedades resistentes e o aparecimento de raças capazes de atacá-las. Até que ponto seja o aparecimento de mutações, recombinações gênicas ou a ocorrência de baixa frequência de raças com virulência para as novas variedades e que ainda não tinham sido determinadas, é difícil de se determinar.

Outras soluções para fazer face ao aparecimento constante de novas raças, têm sido propostas e entre elas cabe discutir duas: a de variedades compostas e a de variedades com mais de um gene para resistência.

A primeira, proposta por Borlaug (1), consiste em fazer pelo método de retrocruzamento variedades compostas de uma série de linhagens idênticas porém diferindo na resistência a ferrugem do colmo por um gene para resistência. Assim ocorrendo uma nova raça ela atacará apenas uma parte das plantas, terá dificuldade em se propagar e não causará grandes prejuízos porque diminuirá a produção de apenas uma das linhagens componentes da mistura.

O outro método seria o de se lançar variedades que tivessem pelo menos dois genes para resistência a ferrugem do colmo que não ocorressem em nenhuma outra variedade cultivada e para a qual não houvesse raças virulentas capazes de atacar qualquer dos dois. A base do método é que para ocorrer uma raça capaz de atacar a variedade seriam necessárias duas mutações simultâneas. Sabendo-se que uma é rara, a ocorrência de duas diminuiria em muito a probabilidade, principalmente porque se sabe que a virulência é recessiva.

Essa última solução na prática também não é fácil porque em geral já estão em cultivo variedades com pelo menos um de cada um dos genes conhecidos condicionando resistência.

Em conclusão, verifica-se que se sabe como controlar a ferrugem do colmo do tri-

go pela criação de variedades resistentes o que vem sendo feito no Brasil, com sucesso, porém é um problema que se renova e para o qual é necessário estar atento, criando-se novas variedades, rapidamente, multiplicando-as velozmente e aplicando-se os últimos conhecimentos dos estudos de hereditariedade da resistência à ferrugem do colmo se quisermos evitar os prejuízos causados pelo aparecimento de novas raças dessa doença, ou torná-los mínimos quando não for possível evitá-los.

Bibliografia citada

- 1) Borlaug, Norman E. The use of multilineal or composite varieties to control airborne epidemic diseases of self-pollinated crops. First Int. Wheat Genetic Symp. 12-26. 1958.
- 2) Coelho, Elisa T. Levantamento das raças fisiológicas das ferrugens do colmo (*Puccinia graminis tritici*) e da folha (*Puccinia recondita*) do trigo. Reunião Anual do Trigo. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul. Mimeografiado. 1969.
- 3) Coelho, Elisa T. e Ady R. da Silva. Novas raças fisiológicas de ferrugem do colmo do trigo no Rio Grande do Sul. Robigo. 16:3-5. 1964.
- 4) Flor, H.H. The complementary genic systems in flax and flax rust. Advances in Genetics. 8:29-54. 1956.
- 5) Knott, D.R. The inheritance of stem rust resistance in wheat. First Intern. Wheat Genetics Symposium. 32-37. 1958.
- 6) Knott, D.R. Inheritance of rust resistance VIII. Additional studies on Kenya varieties of wheat. Crop Science. 2:130-132. 1962.
- 7) Knott, D.R. The inheritance of stem rust resistance in wheat. Proc. 2nd. Int. Wheat Genetics Symp. Hereditas Suppl. Vol. 2: 156-166. 1966.
- 8) Knott, D.R. and Shen, I. Sun. The inheritance of rust resistance VII. The inheritance to race 15 B and 56 of stem rust in the wheat variety Khapstein. Can. J. Plant. Sci. 42:415-419. 1961.
- 9) Loegering, W.Q. Survival of races of *Puccinia graminis tritici* on susceptible wheats. Phytopathology 40:18. 1950.
- 10) Nelson, R.R. et al. Heterocaryosis as a basis for variation in *Puccinia graminis* var. *tritici*. Phyt. 45 (12):639-643. 1955.
- 11) Nelson, R.R. et al. Transmission of factors for urediospor color in *Puccinia graminis* var. *tritici* by means of nuclear exchange between vegetative hyphae. Phyt. 46 (10): 538-539. 1956.
- 12) Silva, Ady Raul da. El concepto de raza fisiológica en el mejoramiento del trigo relativo a la resistencia a las royas de la hoja y tallo (*Puccinia graminis tritici* y *Puccinia rubigo-vera tritici*). Archivos Fitotecnicos del Uruguay 5:131-136. 1952.
- 13) Silva, Ady Raul da. Variedades diferenciais de ferrugens usadas no Instituto Agronômico do Sul. Robigo. 7:6. 1959.
- 14) Silva, Ady Raul da. Melhoramento das variedades de trigo destinadas às diferentes regiões do Brasil. Ministério da Agricultura. 82 páginas. 1966.
- 15) Stakman, E.C. e M.N. Levine. M.N. The determination of glologic forms of *Puccinia graminis* on *Triticum* spp Techn. Bull. Minnesota Experiment Station. 8. 1922.
- 16) Stakman, E.C., Levine, M.N., Cotter, R.V. e Hines, L. Relation of barberry to the origin and persistence of physiologic forms of *Puccinia graminis*. J. Ag. Res. 48: 953-969. 1934.



GARANTIA

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES

MATRIZ — RIO DE JANEIRO — GB.

Av. Graça Aranha, 416 - 5.º Pav. - Tel.: 242-6040
Caixa Postal N.º 1.259 - Telegramas "GARANTIA"

SUCURSAIS.

BELO HORIZONTE
PÔRTO ALEGRE
SÃO PAULO

CURITIBA
RECIFE
NITERÓI

FUNDADA EM 1866

CLIMAS DE MATO GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Conclusão)

ADALBERTO SERRA

S. RITA DO ARAGUAYA
17°19'S — 53° 12'W — 720 ms
Clima Cwa

A grande altitude confere a este posto um clima Temperado Cwa, como o indica a respectiva temperatura média.

Esta é, com efeito, muito baixa, de 21°3, sob extremos 16°9 em julho (donde a classificação Temperado), e 23°3 (novembro), numa amplitude 6°4. A fase mais quente, em torno a 23°, decorre de outubro a março, e a mais fresca, abaixo de 19° em junho-julho, notando-se que todo o período maio a agosto tem menos que 20°.

As temperaturas máximas são um tanto reduzidas, de média inferior a 30° (29°6). Oscilam 2°8, entre os extremos de 31°1 (setembro) e 28°3 (julho).

A fase mais quente à tarde corresponde à primavera, com agosto a outubro em torno a 31°; já no verão, ou seja, de dezembro a março, os valores se fixando em 29°4.

Há pequenas ondulações, de amplitude 0°5 e 0°3, com mínimos em fevereiro-maio, e máximos abril e junho.

Só na fase de maio a julho as máximas descem abaixo de 29°.

Quanto às mínimas, de média anual bastante baixa, 16°2, registram forte amplitude (10°1) entre os extremos de 19°7 (janeiro) e 9°6

(julho). Há uma fase estável no verão, com valores pouco acima de 19° (dezembro a março). E outra de forte declínio no inverno, sob 11°7 — 9°6 — 11°7 de junho a agosto. Setembro já permite um índice de 15°9.

Dessa forma atinge apenas a 36°6 a máxima absoluta (outubro) valores acima de 35° podendo ocorrer de setembro a dezembro, mas somente abaixo de 32°

quentes quase todos os dias, num total de 347 por ano. Os raros frescos (18) se distribuem sobretudo de maio a setembro (2-3 cada mês).

As noites porém são em geral frescas, as poucas quentes (59) ocorrendo no verão, 12-13 cada mês, ou ainda na primavera e outono (1-6, ou 3-9, respectivamente), mas nunca no inverno, como vemos abaixo:

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	ano
Noites quentes	13	13	9	9	—	—	—	—	1	2	6	12	59
Noites frescas	18	15	22	27	31	30	31	31	29	29	24	19	306

em junho-julho.

Quanto às mínimas, desceram a 0°4 (julho), e em toda a fase — maio a setembro índices abaixo de 5° podem ser verificados, ou de 0° e 1° em junho-julho. Mas só acima dos 10° entre outubro e abril, ou de 12° no período novembro a março.

Da comparação decorreu um valor de 36°2 para a amplitude absoluta.

Contudo, não podemos esquecer a amplitude diária de valor anual 13°3, e que logra atingir 19° em agosto, mas contida sob 9°6 em janeiro.

O verão tem amplitudes abaixo de 10° (dezembro a fevereiro) enquanto de junho a setembro todas superam 15°, ou mesmo 18° em julho e agosto.

Santa Rita apresenta

Há portanto 306 noites frescas na região, praticamente todas o sendo no período abril a outubro e mais da metade nos meses restantes.

Quanto à velocidade dos ventos é fraca e estável, com média 1,4 mps, oscilando entre 1,6 (dezembro) e 1,1 (junho). Mas somente 2 ventanias (em outubro) ocorrem por ano.

A umidade é acentuada declinando apenas no inverno. Com efeito, sob média anual 77,7%, oscila 17% entre o máximo de 84,6 (fevereiro) e o mínimo 67,3 (agosto). De dezembro a abril transcorre o período úmido, entre 80 e 85%, e de julho a outubro o mais seco, abaixo de 75%, os meses de agosto-setembro registrando 67,3 e 69,4%.

Climas de Mato Grosso

Quanto à nebulosidade, é reduzida, com média anual 4,9, e amplitude 4,6, entre o mínimo 2,2 (julho) e máximo 6,8 (janeiro). O período realmente nublado, acima de 6,0, decorre de novembro a março, e o mais limpo, abaixo de 3,0 no inverno, junho a agosto.

Resultam 81 dias encobertos, concentrados de dezembro a março, a taxas mensais de 11-12. Mas excluindo os meses de primavera, sob 6-8, de abril a agosto, teremos apenas 2-3 dias por mês.

Já os dias claros são um pouco mais freqüentes (91) e dominam de maio a agosto, quando freqüências de 11 a 20 ocorrem, a última em julho. No inverno aliás temos a série 16-20 14 (junho a agosto). Ainda a primavera registra alguns dias claros (6-6-3 — setembro a novembro), mas no verão os mesmos se reduzem a 1-2 por mês.

A precipitação é elevada, no total de 1798 mm, com extremos em janeiro (311) e agosto (10).

Os registros superam 100 milímetros em outubro, e 200 mm a partir de novembro até março, com abril ainda acima de 100; os meses do inverno recolhem cada um menos que 25 mm.

A maior precipitação em 24 horas alcançou 130 mm (fevereiro), os valores máximos dos outros meses oscilando de 27 a 78.

Quanto aos dias de chuva são muito freqüentes, 146, dos quais 61 superam 10 mm. Ultrapassam 20 por mês de dezembro a março, os meses de outubro-novembro, e abril tendo mais que 10; mas somente 2-3 os de inverno, como vemos abaixo na série mensal:

23-20-21-11-6-3-2-2-
9-12-16-21-146

Resta examinarmos as trovoadas, bastante comuns: 127 por ano, as taxas de 14-18 nos meses da primavera, e 12-17 nos do verão, mas declinando a 9 em abril. De maio a agosto ocorrem

índices de 2-3, com salto para 18 em setembro.

Os nevoeiros são um pouco mais freqüentes (clima Cn), no total de 67, concentrados em maio-junho-julho (8-10-13); após quase desaparecerem na primavera (1-2 por mês), ressurgem no verão (3-6) e outono (7-8 mensalmente).

O orvalho é ainda dominante, com 139 dias, ocorrendo de abril a julho, sob contagens 16-22-23-18, reduzidas para 5-7 nos vários meses do verão.

O clima de S. Rita é portanto quente de dia e fresco à noite, bastante chuvoso e trovejado, geralmente nublado, salvo no inverno. Extremos de 0°4 e 36°6, ventos fracos, e bastante umidade, com chuvas pesadas, demonstram a filiação amazônica, temperada pela altitude.

TRÊS LAGOAS — 20°47'S
51°42'W — 324 m. Clima Aw

Dada a latitude já próximo ao Trópico, a temperatura é mais reduzida, 23°1, os valores mensais oscilando sob amplitude 6°3, entre o máximo de 25°5 (fevereiro) e o mínimo (julho) 19°2.

Já agora, o período quente fica centrado no verão, com os meses de novembro a março acima de 25°.

A fase mais fria é também a do inverno, Junho e Julho tendo 19°, 5 e 19°2, e o período Maio a Agosto menos que 21°.

Quanto à temperatura máxima, registra média de 30°3, elevada portanto; e oscila 4°9, entre os extremos de 32°1 (Janeiro) e 27°2 (Junho).

Há aliás uma pequena onda secundária, de máximo Novembro (31,8), mínimo Dezembro (31°6) mas as tardes são todas quentes desde Outubro, acima de 31°, e sobretudo entre Janeiro e Março além de 32°. A fase mais fresca corresponde a Maio-Julho, com 28°1 — 27°2 — 27°4.

A temperatura mínima apresenta 17°8, e amplitude 8g8 entre 21°3 (Janeiro) e 12°5 (Julho).

Assim, as madrugadas mais frescas ocorrem no mês de Julho, (as tardes frescas em Junho). As manhãs quentes, acima de 21°, correspondem aos meses de Dezembro a Fevereiro, com Novembro e Março próximo de 20°. A fase mais fria é a do inverno: Junho 13°8 — Julho 12°5. Agosto 13°9, nos meses restantes as mínimas superando 15°.

Temos 12°8 para a amplitude diária, que varia entre 10°8 (Dezembro) e 15°8 (Agosto); mas fraca, entre 10 e 11°, no verão, Dezembro a Fevereiro, e mais acentuada, acima de 14°, de Julho a Setembro.

Quanto à máxima absoluta atingiu 41°0 (Setembro), e podemos acrescentar que todos os meses de Agosto a Abril registram extremos de 39° ou mais. Apenas em Maio e Julho não chegam a ocorrer temperaturas de 36°. Já as mínimas desceram abaixo de 0°, com — 0°8 em Junho. No período Maio a Setembro ocorrem mínimas abaixo de 5°, mas de Dezembro a Fevereiro todas superam 12°.

É assim de 41°8 a amplitude absoluta na região.

Três Lagoas tem quentes praticamente todos os dias, (326), apenas nos meses de Abril a Setembro podendo-se esperar alguns mais frescos, conforme a série que transcrevemos:

2-0-0-2-6-8-7-6-4-2-1-1 = 39

As noites quentes são em média uma em cada três, pois somam 127, dominando praticamente de Dezembro a Março, e em equilíbrio com as mais frescas, nos meses de Abril, Outubro e Novembro. Durante a fase maio a Setembro pode-se dizer que todas as noites são frescas (147).

Sopra algum vento mas com velocidade estável, em torno a 2,0 mps (2,1 Setem-

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	22	22	20	10	2	—	—	1	3	10	14	23	127
Noites frescas	9	6	11	20	29	30	31	30	27	21	16	8	238

Climas de Mato Grosso

bro, 1,8 Julho), as ventanias no entanto se limitando a 3, escalonadas de Outubro a Janeiro.

A umidade relativa é acentuada, sob média 77,1%, e oscila 12%, entre 81,9 (Fevereiro) e 70,1 (Setembro). É mais úmido, acima de 80%, o período de Janeiro a Junho, o mais sêco, abaixo de 72%, transcorrendo de Agosto a Outubro.

Já a nebulosidade se apresenta fraca, com média anual 4,7, oscilando 3,0 entre 6,2 (Dezembro) e 3,2 (Julho). O período realmente nublado corresponde a Outubro-Março, entre 5 e 6, o mais limpo, abaixo de 4, se situando de Maio a Agosto.

Há assim menor número de dias encobertos que claros. Os primeiros somam 85, e mesmo nos meses do verão pouco superam a taxa de 10 (com 12 em Dezembro).

Na primavera temos registros 8-9, e no outono 4-7, o inverno contudo apresentando taxas mensais de 3-5.

Já os dias claros totalizam 115, sendo naturalmente mais freqüentes no inverno, com 13-14-15 em Junho-Julho-Agosto.

Tornam-se mais raros no verão, 5-6 mensalmente de dezembro a fevereiro, os demais meses registando 7-9.

Nesta localidade temos os dados da insolação, acentuada, aliás, com 2.649 horas sob máximo 254 em agosto, e mínimo 189 em fevereiro. Excluindo este último, e setembro ou dezembro, ambos com mais de 190 todos os demais meses superam 200 horas.

Podemos agora examinar a precipitação, aliás reduzida, no total de 1285 mm, com extremos 201 (janeiro) e 20 (julho). No período úmido, de outubro a março, todos os meses superam 100 milímetros, no mais sêco, do inverno registando menos de 50.

É fraca igualmente a precipitação máxima em 24 horas com 86 mm (janeiro), contidos os valores extremos abaixo de 60 mm na fase de junho a outubro.

Analisemos os dias de chuva: alcançam 96 por ano, dos quais 44 ultrapassam 10 milímetros.

De novembro a março todos os meses superam 10 dias, com máximo 15 em janeiro, enquanto os do período maio a agosto têm menos que 5, com mínimo 3 no último, conforme a série abaixo:

15-13-10-6-4-4-3-3-6-
8-10-14-96

Isto nos leva a considerar as trovoadas, 41 por ano, a taxas mensais 5-6 de outubro a março, declinando para 1-2 nos meses do inverno, ou mesmo 0 em julho.

Os nevoeiros continuam escassos, apenas 16, e concentrados de março a outubro, ou melhor, maio a julho (4-3-3), pois os restantes têm 1 apenas, com 0 de novembro a fevereiro.

Por último, não é tão freqüente o orvalho como nas outras estações: 97 dias, com 9 a 12 cada mês de março a agosto, 5-6 na primavera, 5-8 no verão, 9-10 no outono.

Três Lagoas é assim quente durante o dia, e muitas vezes fresca à noite, com nebulosidade escassa, chuva apenas regular, e vento fraco, mas alta umidade.

Muito insolada, tem um verão opressivo, mas inverno agradável.

UBERABA — 19°44'S —
47°55'W — 739 m
Clima Aw

É a única estação de Minas Gerais dominada pelo clima Aw da região Oeste (Triângulo).

Sua temperatura é baixa, quase correspondendo ao Temperado. Com efeito, experimenta média anual 21°6, em amplitude 5°0 entre o máximo de novembro (23°1) e o mínimo julho (18°1).

A segunda ondulação, de amplitude 0°2, tem lugar de dezembro a janeiro. Mas poderemos dar como quente a fase outubro a março, toda em torno de 23°, e mais frescos, abaixo de 19°, os meses de junho e julho.

Já as temperaturas máximas apresentam média reduzida, de 28°4, o elemento oscilando 3°2 entre 26°3 (julho) e 29°5 (outubro).

Há uma segunda onda de mínimo dezembro (28,3) e máximo fevereiro (29,3), com amplitude 1°0.

As tardes são mais quentes, acima de 29° na primavera (setembro a novembro) e novamente no fim do verão (fevereiro-março).

Tornam-se mais frescas, aquém de 28°, de maio a julho, o último com 26°3. É bem reduzida a média das mínimas, 16°3, com amplitude 7°2, pois oscila de 11°7 (julho) a 18°9 (janeiro). Há contudo apenas uma onda, as madrugadas sendo mais quentes, acima de 18°, de novembro a março, e mais frias, aquém de 14°, no inverno, de junho a agosto.

Resulta assim 12°1 para a amplitude diária, oscilando entre 9°5 (dezembro) e 15,1 (agosto). Só em janeiro retorna o elemento inferior a 10°, ou a 11° de novembro a março, superando porém 14° no inverno.

Temos, aliás, 39°4 para a máxima absoluta (março), excepcional contudo, pois de agosto a novembro não ultrapassa o elemento 37°, ou 35° no verão, permanecendo mesmo abaixo de 32° em junho e julho.

A mínima absoluta é negativa (—2°0 junho), outro índice de —0°2 tendo ocorrido em julho; todo o período de maio a agosto regista valores abaixo de 3°, e o de outubro — dezembro ainda aquém de 9°. Mas de janeiro a março temos mínimas entre 10 e 12°.

É dêsse modo 41°4 o valor da amplitude absoluta.

Tem Uberaba quase todos os seus dias quentes (317), os frescos, no total de 48 apenas, ocorrendo sob distribuição mensal como segue: 3-1-2-2-5-6-8-5-4-4-3-5- = 48.

Assim, apenas durante os meses de inverno, maio a agosto, poderemos esperar 5 a 8 dias frescos. As noites o serão sempre, as poucas quentes ocorrendo a taxas

Climas de Mato Grosso

1-4 por mês, de setembro a abril.

Temos a série 4-4-3-1-0-0-0-0-1-1-2-3- = 19 noites quentes, portanto 346 frescas.

A umidade é acentuada em Uberaba, sob média 74,6, e amplitude 18%, entre o máximo de 81,2 (janeiro) e o mínimo 63,1 (agosto). Conserva-se mais elevada, superando 80%, de dezembro a março, com o período julho a setembro registrando menos de 70%.

A umidade torna-se pouco superior à de Três Lagoas, pois atinge 5,7 na média anual, os índices mensais oscilando de 8,0 (dezembro) a 3,1 (agosto), numa amplitude 4,9. Os meses mais encobertos, acima de 7,0, são os de dezembro a março.

Os mais limpos, abaixo de 4,0, correspondem ao inverno, junho-agosto.

Há desse modo 120 dias encobertos, com frequências superiores a 10 nos meses de outubro a março, mas que atingem mesmo 20-18 em dezembro-janeiro. A contagem de clima até 3 nos vários meses de junho a agosto.

Quanto aos dias claros somam 71, no inverno, apresentando taxas de 11-14-15 (junho-julho-agosto), reduzidas durante o verão a 1 por mês.

A insolação é também elevada, totalizando 2.491 horas, com variação de 264 (agosto) a 152 (dezembro).

Os meses mais insolados, de abril a agosto, registam acima de 200 ou 250 em julho-agosto. Nos meses da primavera são ainda os registros pouco inferiores a 200 horas, apenas de dezembro a fevereiro — ocorrendo taxas abaixo de 180.

Quanto aos ventos, são fracos, sob média anual 1,2, com oscilação entre 1,4 (setembro) e 1,0 (maio). Apenas 1 ventania (setembro) ocorre por ano.

Examinemos a precipitação.

É um tanto elevada, atingindo 1623 mm, e se distribui entre um máximo de 291 (dezembro) e o mínimo de 10 (agosto). Todos os meses

de novembro a março registam acima de 200 mm, e outubro-abril mais que 100.

Na fase maio-agosto recolhem menos que 40 mm, com julho-agosto sob 13-10 mm.

Quanto à precipitação máxima em 24 horas foi fraca, 88 mm.

O número dos dias de chuva é pouco acentuado (130), contagens superiores a 10 ocorrendo desde outubro, e acima de 20 em dezembro e janeiro, o primeiro com 21. As frequências acima de 10 persistem até abril, mas na fase do inverno temos somente 2-3 dias por mês, todos, é claro, de chuvas frontais. Transcreveremos a série: 20-17-17-11-4-3-2-2-6-12-15-21 = 130.

Cabe acrescentar que no total do ano, 54 dias superam 10 mm.

Há um número quase equivalente de trovoadas (54), com índices mensais 8-9 no verão (dezembro a fevereiro), 4-9 no outono e 3-6 na primavera. Os meses do inverno registam apenas 0 a 1 cada.

O nevoeiro é um fenômeno raro em Uberaba (8 vezes por ano), ocorrendo 1 cada mês na fase abril a setembro. Quanto ao orvalho, de alta frequência (170) surge em taxas mensais de 11-15 no verão, 15-21 no outono e 10 a 18 no inverno, mas 8-15 na primavera.

Tem Uberaba portanto um clima quente de dia e fresco à noite, com extremos acentuados (-2° e 41°), úmido e bastante chuvoso, mas pouco trovejado, e quase sem nevoeiros. Ventos fracos e nebulosidade regular, indicam condições opressivas em geral, mas com noites agradáveis. A insolação se apresenta acentuada, como vimos.

FRUTAL — $20^{\circ}2'S$ — $48^{\circ}56'W$
512 m — Clima Aw

Trata-se da segunda localidade em Minas Gerais sob clima Aw, a altitude média ainda aí não permitindo evolução para Cw.

Com afeito, é de 22° a temperatura anual, com extremos 18° (julho) e 23°

(Valor de verão), estável de novembro a fevereiro. Daí decorre uma amplitude térmica de 5° . Outubro a março, sempre acima de 23° , constitui a fase quente. A mais fresca, abaixo de 20° , principia em maio, com 18,6 em junho e 18,3 — julho. Existe assim uma onda única (28°) a junho e julho, amáximo.

As mínimas razoavelmente baixas, apresentam média riam 3° entre os extremos 31° (outubro) e 27° (julho). Como remanescente da influência equatorial, são mais acentuadas na primavera, setembro e outubro superando 31° . Já no verão, de dezembro a abril, mantém-se pouco acima de 30° . Notamos então fraca onda secundária (30° dezembro, 30° março, de amplitude 0°). As tardes são decididamente mais frescas de maio (28°) a junho e julho, ambos sob 27° .

As mínimas, razoavelmente baixas, apresentam média anual 16,8 e oscilam 8° entre os extremos de 20° (janeiro) e 11° (julho).

Temos assim como madrugada mais quentes as que decorrem de novembro a março, todas acima de 19° . E mais frescas aquém de 14° , as compreendidas no inverno, de junho a agosto. ($12,4$ — $11,8$ — 13°).

Encontraremos assim 13° para a amplitude diária, cujos valores oscilam de 10° (janeiro) a 16° (agosto). Permanecem estáveis, pouco acima de 10° , de dezembro a fevereiro, com maiores índices de junho a agosto, quando superam 15° .

A máxima absoluta atingiu aliás 40° (outubro) e de agosto a fevereiro valores acima de 38° podem ocorrer, mas sempre aquém de 35° no período abril a julho.

Já a mínima absoluta, de -1° (julho), admite registros abaixo de 3° em todo o período maio a agosto, mas só acima dos 10° na fase outubro a março, ou além de 13° durante o verão, dezembro a fevereiro.

Segue-se uma amplitude absoluta de 41° .

Climas de Mato Grosso

Frutal tem dêsse modo elevada freqüência de dias quentes (334), apenas de maio a julho podendo-se esperar 5 mais frescos por mês, com 3-4 em agosto ou setembro, contra 1-2 nos demais meses.

Mas o número das noites quentes é reduzido (73), dando lugar a 292 mais frescas, que se distribuem como na tabela anexa. Excetuando o verão, quando metade das noites é quente, março e novembro ainda têm 11-10 em tais condições, nos demais meses sendo as noites sempre frescas.

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	15	13	11	3	—	—	—	—	1	5	10	15	73
Noites frescas	16	15	20	27	31	30	31	31	29	26	20	16	292

Os ventos permanecem relativamente fracos, sob 1,4 metros por segundo de velocidade média, oscilando entre 1,8 (setembro) a 1,0 (abril), não tendo havido contudo registo de ventanias. Frutal possui clima bastante úmido, com média 77,3 por cento, oscilando 20%, entre 84,5 (janeiro) e 64,7 (agosto). Na fase chuvosa a umidade excede 80% desde dezembro assim persistindo até maio na seca. Esta se reflete no grau higrométrico sobretudo em agosto e setembro, abaixo dos 70%.

É escassa a nebulosidade, sob 4,3 de média, com amplitude 4,2, entre 6,4 (dezembro) e 22,2 (agosto). Céu geralmente nublado, acima de 5,0 desde novembro até março, dezembro registando 6,4 e janeiro 6,2.

De maio a agosto todos os índices permanecem entre 2,0 — 3,0 o céu sendo em geral claro.

Isto significa reduzido número de dias encobertos (62), e mais elevado de claros (112).

Dos primeiros, 10-11 se verificam em dezembro ou janeiro contra 7-8 nos meses de outubro-novembro ou fevereiro-março. Mas de maio a agosto apenas 1-2 dias encobertos surgem por mês.

Os claros predominam na fase de maio a setembro, quando todos os meses têm

índices acima de 13, chegando a 16-17-20 em junho-julho-agosto. No outono e primavera taxas de 5-8 se produzem, reduzidas a 2-3 nos meses de verão.

Podemos agora analisar a precipitação, com total de 1657 mm, mas extremos 301 (dezembro) e 16 mm (agosto).

Supera a mesma 200 mm todos os meses, de novembro a março, com outubro acima de 100, e abril pouco abaixo. Mas de maio a agosto menos de 50 mm são registrados por mês, e abaixo de 20 em julho ou agosto.

Em contraste, foi fraca a maior precipitação em 24 horas; 84,6 mm (dezembro), valores análogos ocorrendo nos demais meses de verão, mas sempre abaixo de 60 mm no período maio a setembro.

Vejamos assim os dias de chuva, sob contagem 100, dos quais 54 acima de 10 mm. Chove mensalmente de 12 a 16 dias na fase do verão, novembro a março, com rápido declínio para 2 apenas durante o inverno, como o indica a série: 15-14-13-7-4-2-2-2-5-8-12-16 = 100.

Resta comparar tal índice ao das trovoadas — 62 por ano, concentradas no verão sob taxas mensais de 8-10 no período novembro a março, o último correspondendo a dezembro. Mas que rapidamente se reduzem a 1 (junho, julho ou agosto), traíndo a origem frontal. Assim, na fase maio a setembro apenas 9 trovoadas, tanto como em janeiro, vêm a ocorrer sobre Frutal. São raríssimos os nevoeiros, 7 por ano, escalonados de março a agosto, sob taxa de 1 cada mês (2 em junho, porém).

Como sempre, muito comuns os dias de orvalho, que totalizam 147, e concentrados, sob freqüências de 18 a 22 nos meses de abril a julho; aquelas se reduzem a 7-9 nos meses restantes, salvo março, com 12.

O clima de Frutal é assim quente de dia e fresco à noite, muito úmido, sob extremos pronunciados (-1° e 41°), bastante chuvoso, mas não com elevada freqüência (só 100 dias); pouco trovoadado, e de ventos fracos.

O verão torna-se assim opressivo, mas com metade das noites suportável, e o inverno quente apenas durante o dia.

Clima em resumo bastante satisfatório.

IGARAPAVA — $20^{\circ}02'S$ —
 $47^{\circ}45'W$ — 663 m
 Clima Aw

Trata-se de localidade ao norte de São Paulo, mas que apesar da altitude ainda sofre a influência do calor reinante em M. Grosso.

Temos para média anual $22^{\circ}3$, os valores mensais se situando entre $24^{\circ}1$ (fevereiro) e $18^{\circ}9$ (junho), com extremos já peculiares ao interior paulista, e amplitude térmica $5^{\circ}2$.

Há contudo uma segunda onda, de fraca amplitude ($0^{\circ}2$), entre dezembro ($23^{\circ}8$) e fevereiro ($24^{\circ}1$).

Decorre quente, em torno a 24° , a fase de outubro a março, superando aquele índice em novembro e fevereiro. Mas só podemos fixar como mais fresca a de maio a julho, aquém de 20° .

Examinando as máximas, constata-se que são elevadas, sob média $29^{\circ}8$ e amplitude $3^{\circ}6$ entre $31^{\circ}4$ (setembro) e $27^{\circ}8$ (junho). Existe igualmente dupla onda, de mínimo dezembro e máximo fevereiro, com amplitude $0^{\circ}6$.

As máximas, só de maio a julho são mais reduzidas, aquém de 29° , mantendo-se próximo ou acima de 30° , desde agosto ($29^{\circ}9$), e com tardes mais quentes em setembro ($31^{\circ}4$) e outubro ($30^{\circ}9$).

Tal situação, minorada em dezembro-janeiro, abaixo de 30° , se estende até abril, ainda sob $29^{\circ}9$.

Já as mínimas têm média de $16^{\circ}7$, e oscilam $7^{\circ}4$, entre os extremos de $19^{\circ}6$ (janeiro) e $12^{\circ}2$ (julho). Toda a fase de novembro a março registra madrugadas mais

Climas de Mato Grosso

quentes, acima de 19°. O declínio se acentua em maio (14°2), e resulta num inverno frio pela manhã, de médias 12°7 — 12°2 — 13°6 (junho a agosto), setembro já trazendo aquecimento (16°1).

Resulta assim 13°1 para a amplitude diária, que oscila de 10° (janeiro) a 16°3 (julho).

Como sempre, é a mesma reduzida no verão, pouco acima de 10° de dezembro a fevereiro, elevando-se no inverno além de 15° (junho a setembro) ou 16° em julho-agosto.

A máxima absoluta atingiu 40°0 (setembro), valores acima de 37°, podendo se verificar de agosto a fevereiro.

Já no período maio a julho é 35° o limite superior das temperaturas.

As mínimas, por outro lado, descem a -1°0 (junho), valores muito baixos, entre 0° e 1°, ocorrendo de maio a setembro e aquém de 6° em abril e outubro. Na fase do verão entre dezembro e março, nenhum registro foi inferior a 12°.

Igarapava tem assim 41°0 para a amplitude absoluta.

É falha a contagem dos dias e noites quentes, inexistindo também dados de vento. Assim analisaremos desde logo a umidade, sob média 68%, e amplitude 16%, entre os extremos 74% (março) e 58% (setembro).

Clima portanto relativamente seco, nenhum mês ultrapassando 75%, dado que de novembro a maio os índices superam 70%, para só em agosto e setembro descerem aquém de 60%.

A nebulosidade torna-se reduzida, sob média 4,3 e amplitude 4,0, entre os limites de 6,3 (janeiro) e 2,3 (julho).

Temos aliás valores acima de 5,0 no período novembro a março, e uma longa fase de céu geralmente claro, sob cobertura menor que 3,0, de maio a agosto.

Os dias encobertos serão poucos, portanto, num total de 62, somente dezembro e janeiro tendo 10-11. Já ou-

tubro, novembro, fevereiro e março registam 6-9 dias cada, taxa reduzida para 1 por mês no período maio a julho, 2 em agosto e 3 setembro (abril igualmente).

Em contraste, será elevado o número dos dias claros, 116, com maior frequência de abril a setembro, 14 a 17 cada mês, ou ainda 19 em julho.

Predominam nesta fase os dias claros, mas reduzidos ao índice mensal 3 no período novembro a fevereiro.

Resta analisarmos a precipitação, ainda elevada, com 1518 mm, e que oscila entre os extremos de 315 mm (dezembro) e 12 mm (julho). Supera 100 mm nos meses de outubro a novembro, ou igualmente março, enquanto janeiro e fevereiro registam acima de 200 mm. No período maio a agosto, todos os meses têm menos que 50 milímetros (julho 12, agosto 15).

Foi de 114 mm a precipitação mais intensa em 24 horas, notando-se que de maio a agosto nenhuma queda diária ultrapassou 50 milímetros.

Dos 111 dias de precipitação, a fase outubro a março concentra a maior contagem, acima de 10 por mês, ou mesmo superando 15 de dezembro a fevereiro.

Contraste-se a reduzida frequência mensal de 2-3 no inverno, conforme a tabela abaixo:

19-15-13-6-4-2-2-3-5
10-14-18 = 111

É também idêntico o total de trovoadas (111), ocorrendo 15-17 cada mês no período novembro a março, com 12 de outubro. Fenômenos frontais permitem 1,3 trovoadas nos vários meses de maio a agosto.

O nevoeiro é um pouco mais frequente, 24 dias por ano, concentrados a taxas 2-4 nos meses de outono, e 2-3 nos de inverno, mas reduzidas para 1 nos de setembro a janeiro.

Na localidade ocorre 1

geada cada ano, normalmente em agosto.

Igarapava é assim quente de dia, mas fresca à noite, de clima num certo sentido seco, com extremos de 40° e -1°. Céu claro a nublado e chuva regular, com frequência de um dia cada três, idêntica a das trovoadas.

Em resumo, clima bastante tolerável.

CHAPADÃO — 20°15'S —
47°29'W — 1.004 m
Clima Aw

Apesar da elevada altitude, ainda não chega ao Temperado, permanecendo na classe Aw.

A média anual de 20°5 significa uma oscilação de 3,5 entre os extremos 21°6 (fevereiro) e 18°1 (agosto). A fase quente corresponde a setembro-maio, sob valores em torno a 21°; mas a verdadeiramente aquecida se prolonga de dezembro a março, acima de 21°.

Quanto ao período fresco é do inverno, abaixo de 19° (junho contudo 19°2).

São reduzidas as máximas, de média 26°4, entre os extremos de 28°4 (outubro) e 24°1 (julho), numa amplitude 4°3. Notam-se duas fases: 1.º a de tardes mais quentes na primavera, acima de 28° (setembro-outubro), novembro sendo bem mais fresco (25°7).

Nôvo aquecimento, acima de 27°, se processa de dezembro a março, com 27°9 nos dois últimos meses do período, abril já traz declínio, tardes mais frescas, pouco acima de 24°, correspondendo a maio-julho.

Quanto às mínimas não se apresentam por demais baixas, pois sua média anual de 16°4, corresponde a extremos 18°1 (outubro) e 13°6 (agosto), com amplitude 4°5. O citado máximo é aliás excepcional, resultando das chuvas. Com efeito, uma longa fase de madrugadas quentes, em torno

a 18º, tem lugar de dezembro a março, a de manhãs frescas, sob 14º, decorrendo de junho a agosto (14º — 14º1 — 13º6).

Resulta assim 10º para a amplitude diária, com aliás fraca variação entre 11º7 (setembro) e 9º4 (janeiro).

Os índices descem aquém de 10º de novembro a julho, atingindo aliás tal limite em fevereiro, março, junho e julho. Mas superam 11º em agosto-setembro.

Temos apenas 38º para a máxima absoluta (novembro), bastante excepcional, aliás. Com efeito, seus valores geralmente não ultrapassam 33º de dezembro a abril, ou 31º de maio a agosto, mas atingem 35º em setembro.

Apesar da altitude, a mínima absoluta não foi negativa, apenas de 3º em agosto, valores abaixo de 10º ocorrendo de maio a setembro, mas só acima dos 14º de dezembro a abril. Resulta 35º para a amplitude absoluta.

Tratando-se de antigo posto estadual, os dados parecem um pouco duvidosos, sobretudo quanto às mínimas. Assim, o único elemento que ainda resta analisar é a precipitação, bastante elevada, com 2006 mm e valores extremos 340 (novembro) ou 13 mm (julho). As alturas superam 100 mm já em outubro, e 300 nos meses de novembro a janeiro, permanecendo acima de 200 na fase fevereiro a abril. Ocorre então um violento declínio para 38 mm (maio), até agosto, todos os meses tendo menos que 40 mm.

Quanto a maior queda em 24 horas alcançou 114 mm (janeiro), de julho a outubro nenhum total tendo ultrapassado 40 mm. A única frequência registrada diz respeito aos dias de chuva: 122, contagens de 12-19 ocorrendo de outubro a março, e apenas 2-1 em junho e julho, segundo a série abaixo:

18-12-19-9-4-2-1-4-6-
17-14-16 = 122

De maio a setembro chove assim tanto como em outubro. Mas a falta de dados impede melhor exame do clima.

“HOMEM DO CAMPO”

Serzedello Machado

O nôvo Presidente trouxe à minha alma de brasileiro uma imensa alegria. Muitas murmurações fermentaram em nossos meios políticos. Mas só uma cresceu dentro de mim, como uma esperança e como um grito de autêntica libertação: a frase notável, por conter só ela, uma grande lição — “creio no homem — no campo”.

Pela primeira vez em minha desdobrada vida eu vejo que um Chefe da Nação pensa na lavoura e nos que nela mourejam e morrem. E foi claro e objetivo em sua gratíssima revelação: não basta dar terra a quem não tem. É necessário que se leve ao campo a escola, a assistência médica e a Previdência Rural, mecanizando o esforço humano e facilitando o crédito, fornecendo sementes selecionadas, fertilizantes e o corretivo, com o perfeito saber da pesquisa genética. Tudo isso realizado, fácil será a comercialização natural com o aumento da produção e diversificação das culturas. Num dirigente assim, que se define corajosamente, sem nenhuma vinculação eleitoral, é fácil nascer em cada brasileiro o poder da fé, que brota da crença. Essa verdade me faz lembrar o famoso Sermão da Montanha. Mostra que os tempos estão mudando e que as vontades se apresentam mais humanas e mais válidas.

Confio, portanto, já agora, no nosso futuro, que não depende de nenhuma indústria, mas do campo, fonte bendita de tôdas as venturas terrenas. Deus não criou nenhuma máquina nem cortejou os sábios, mas os humildes, os que apresentavam o bondoso espetáculo do trabalho honesto e resplendente. Só conheceu os pescadores e os agricultores, condenando os opulentos e os ambiciosos. Para o Mestre só eram bem-aventurados os doces de coração. E só são bondosos os

que saboreiam o incentivo da terra, perduraria sempre em sua retribuição aos que a amam. O General Médico não pronunciou uma oração tradicional de posse. Fêz uma revelação maravilhosa, rezando para o mundo a sua imensa prece. E confessa publicamente que é feliz por crer no que é limpo como o Céu que nos abençoa. Depois dessa demonstração de confiança eu já posso pensar na salvação dos trabalhadores de Campanha, explorados por muitos, com um ganho semanal de NCr\$ 10,00, como melancolicamente denunciou uma compadecida irmã de caridade, num programa de televisão. Ao tomar conhecimento dessa monstruosidade patronal eu senti uma terrível vergonha brincando em meu ferido coração. Pagar tão pouco por tantas horas de fadiga é crime que merece punição. Isso atesta que ainda existem senhores de escravos por este Brasil que poucos conhecem. Felizmente temos agora um homem que é do campo, que conhece o campo e que deseja socorrer os seus irmãos do campo. Tudo espontaneamente, sem dívidas eleitorais e sem preocupações políticas. Nada quis e nada pediu. Forçaram-no a aceitar o que não pleiteou como uma missão cívica. Está livre de contratos, pois só um firmou: foi o de respeito à sua própria consciência de militar, discípulo das virtudes da disciplina, da ordem e da unidade de comando.

Com Chefe assim, revestido de tanta candura humana e cristã, tão rara neste século agitado e mirrado de bondade, podemos acreditar em nosso futuro e no sagrado milagre da ressurreição do campo, divino sempre, até mesmo na soberba função de perdão pela incompreensão dos seus inimigos.

GAZETA DE NOTÍCIAS
13/11/1969

A doutrina cooperativista como fator de educação

A respeito do artigo sob o título acima, da autoria da Sra. Maria Heloisa P. de Carvalho, recebemos do Sr. Rubens de Paula Eduardo, Diretor da Associação das Cooperativas Agrícolas do Estado de São Paulo, em data de 8 de dezembro, a carta que a seguir transcrevemos:

“Senhor Redator: Encontramos no número de setembro-outubro (ano LXXII) desta valiosa e tradicional revista de assuntos agrícolas, um artigo de Da. Maria Heloisa P. de Carvalho, sob o título “A doutrina Cooperativista como fator de educação”, que nos animou a escrever-lhe para, ao ensejo dessa contribuição divulgatória do cooperativismo, tecer algumas considerações sobre tão grave e importante assunto.

O Brasil precisa fazer um esforço no sentido de harmonizar a expansão de sua Indústria com o desenvolvimento de sua Agropecuária, pois ambas se completam como fornecedora e consumidora dos produtos uma da outra. Não há país economicamente forte sem Indústria e Agricultura desenvolvidas. Isso é conhecido por todos e proclamado pelos estudiosos.

O progresso agropecuário depende de a empresa rural incorporar, com a mesma velocidade em que são concebidos pelos institutos de pesquisa e experimentação e divulgados pelos serviços extensionistas, os novos métodos e processos que lhe aumentam a eficiência e produtividade.

Pesquisas levadas a efeito em São Paulo demonstraram que a grande empresa incorpora, sem quaisquer dificuldades, tais novos métodos e processos, mas a pequena, jungida a sistemas tradicionais de trabalho rural, custa a aceitá-los e quando che-

gam a praticá-los, já outros, mais eficientes, foram estabelecidos.

Dir-se-ia que, em face disso, deveríamos concorrer todos para que se expandisse o número de grandes empresas, pois a elas é que deveria caber o encargo de prover o País dos alimentos e da matéria prima para os nossos mercados e para os internacionais, com os quais transacionamos.

Acontece, todavia, que a produção de muitos alimentos e muitas matérias primas, mercê de fatos que não vêm a pêlo aqui mencionar, é realizada nas pequenas propriedades. Isso quer dizer que, pelo menos enquanto perdurarem tais circunstâncias, o País precisa dar assistência a essas pequenas unidades, para que se tornem eficientes — programa êsse de muito interesse, pois — também delas precisamos para resolver tensões sociais do campo, verificadas em certas áreas onde a existência da grande propriedade cria clima de intranquilidade social.

Temos, então, duas razões muito boas para a coexistência — pelo menos durante um período de tempo cujo término ainda não podemos prever — da grande e da pequena empresa rural.

Mas a sobrevivência da pequena empresa depende de medidas que o Estado tome no sentido de lhe dar condições de operar em termos econômicos, em condições equivalentes à da grande

empresa. Isso significa a necessidade de fazer com que as pequenas empresas usufruam das vantagens do progresso da tecnologia, como o fazem as grandes, e que os benefícios disso não se percam por terem que se sujeitar a alto custo de insumos e a baixo preço de venda da produção.

As grandes empresas, por os adquirirem em grande quantidade, podem, por exemplo, obter adubos, equipamentos, defensivos, etc., a preços unitários bem mais baixos do que os comprados pelo pequeno empresário. Da mesma maneira, por produzirem safras volumosas, os grandes empresários conseguem melhor posição nas negociações de mercado, enquanto as pequenas empresas, por fraco poder de barganha, são obrigadas a entregar aos intermediários suas safras a preços pouco remuneratórios de seu trabalho.

O Cooperativismo está em situação de oferecer, ao pequeno lavrador ou ao pequeno pecurista, condições para reforçarem sua capacidade econômica, pois pode comprar-lhes insumos mais baratos (por comprá-los também em grandes quantidades) e garantir-lhes melhores preços, por aumentar-lhes seu poder de barganha (vendas em grandes volumes).

Ao lado dessas tarefas, a cooperativa está capacitada para levar ao seu associado, num trabalho coadjuvatório ao

das agências extensionistas, ensinamentos que ensejem ao produtor maior produtividade, pois os prepostos da cooperativa mantêm melhores relações com os mesmos do que os elementos ligados ao extensionismo oficial.

Tudo isso, sem falarmos no trabalho que as cooperativas — em razão da doutrina que as informa — podem realizar em prol da melhoria das condições sociais de seus membros, mediante cursos, assistência médico-sanitária, etc.

Se algumas autoridades governamentais estão plenamente conscientes do relevante papel do cooperativismo no meio rural, o Governo, como um todo, ainda não o está, pois numerosos são os obstáculos que encontram as cooperativas nas leis, nos regulamentos, nas determinações administrativas, para levar avante sua missão.

Ora o Governo lhes impõem legislação inadequada para regular sua contribuição e funcionamento; ora o legislador tributário cria uma série de inúteis e desastrosos embaraços para a prática de suas atividades; ora as determinações bancárias dificultam o financiamento de seus programas; ora a Junta Comercial, como é o caso da de São Paulo, exige das cooperativas o pagamento de imposto sindical, fazendo "tábula rasa" da circunstância de que ela é uma pessoa jurídica não sindicalizável. A enumeração seria longa; tão longa e tão exasperante, sr. redator, que após a criação ou o agravamento de tais óbices, num só ano, o de 1968, em nosso Estado, 229 cooperativas encerraram e 540 suspenderam suas atividades continuando a operar apenas 506 cooperativas.

Vê-se, pois, que o assunto deve merecer o mais completo interesse de parte dessa prestigiosa revista, pois examinando-o e sobre ele discutindo, concorrerá para alertar as autoridades a respeito do risco que corre nosso País de se ver privado de tão excelente instrumento para o desenvolvimento rural, que é o Cooperativismo."

Congresso Latino-Americano de Alimentação e Desenvolvimento Sócio-Econômico

Representando a Confederação Nacional da Agricultura, compareceu ao primeiro Congresso Latino-Americano de Alimentação e Desenvolvimento Sócio-Econômico que se realizou em São Paulo, no Parque Ibirapuera, no período de 1.º a 6 de dezembro de 1969, o Diretor Técnico, da Sociedade de Agricultura, Dr. Ennio Luiz Leitão.

Às 11 horas daquele dia foram iniciados os trabalhos sob a presidência do Sr. Juan Missirlan, Presidente Nacional da Organização das Entidades não Governamentais: OENG — do Brasil que convidou para presidir a sessão solene de abertura o Sr. Secretário de Agricultura representando o Governador do Estado, Dr. Abreu Sodré.

Participaram da mesa os representantes das entidades oficiais presentes, das Confederações da Indústria, Comércio e Agricultura.

O Sr. J. F. Yriart — Sub-diretor-Geral da F.A.O. para a América Latina, falou sobre "A Situação Alimentar da América-Latina: Perspectivas de sua evolução nos próximos vinte anos. Possibilidades de solução do problema".

Dentre as diversas Comissões a cujos trabalhos assistiu o nosso representante, e cujos temas eram de interesse para o nosso setor,

destacamos:

- a) Indústria e o Comércio de Fertilizantes e Corretivos;
- b) Armazenamento e a Conservação de Alimentos;
- c) Indústria de Conservas de Frutas e Legumes;
- d) Transporte de Alimentos;
- e) Indústria de Carnes e Derivados;
- f) Indústria de Pescado;
- g) Indústria de Laticínios (que lamentamos a ausência do nosso colega Otto Frensel);
- h) Comércio de Sementes;
- i) Formação e Treinamento de Técnico e pessoal auxiliar;
- j) Indústria do Açúcar;
- l) Indústria de Bebidas e Refrigerantes.

Teve também o nosso representante a oportunidade de assistir à Conferência do nosso sócio titular, Dr. Oswaldó Ballarini, que dissertou sobre a importância e o papel da livre empresa Latino-Americana na solução do problema alimentar regional.

As diversas recomendações e debates, todos de real interesse para a Agricultura, farão parte de publicação a ser distribuída em futuro próximo. Aguardemos.

SOJA

O Brasil é o terceiro produtor mundial de soja-oleaginosa, uma das principais fontes naturais de proteínas de origem vegetal. A elevação da produção que já atinge 700 mil toneladas anuais, significando um aumento de cerca de 500 por cento em 10 anos, se deve, em parte ao aproveitamento, para cultivo da soja de terrenos anteriormente usados para plantio de café e liberados pela política de erradicação dos cafeeiros.

Feijão: Usineiros desejam ampliar a cultura do feijão junto aos canaviais

No sentido de ampliar sua decidida colaboração já anteriormente assegurada à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em apoio à campanha encetada pelo Secretário Dr. Antônio Rodrigues Filho, para o incremento da produção do feijão mediante o seu plantio no meio dos canaviais, a Associação de Usineiros de São Paulo, em ofício assinado pelo seu diretor, Dr. Jorge Wolney Atalla, alvitra um desdobramento da idéia, face aos problemas de ordem técnica surgidos entre as usinas que se utilizam da mecanização na carpa dos canaviais e de herbicidas que são incompatíveis com a cultura do feijão.

Assim, depois de afirmar que são auspiciosas as notícias de que haverá recursos do Funfertil para a aquisição de fertilizantes destinados à cultura intercalada do feijão, aquele memorial submete à apreciação da Secretaria da Agricultura — a fim de que encaminhe o assunto às autoridades federais, a alternativa de ser assegurado o financiamento do Funfertil às compras de fertilizantes destinados à cultura da cana para as usinas que, mediante compromisso formal, plantem lavouras isoladas (solteiras) de feijão. As bases desse financiamento, que seriam fixadas em 160 cruzeiros novos por hectare, em se tratando de feijão intercalado a canaviais em formação, seriam naturalmente ajustados ao seu plantio isolado. Com essa modalidade, seriam ainda maiores as áreas de plantio, com reflexos significativos na produção e no abastecimento desse gênero de primeira necessidade.

Para o assunto, torna-se extremamente necessária uma solução rápida, para não se perder a oportunidade do plantio do feijão na ocasião própria.



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Peruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para março e abril

OLERÍCOLAS

MARÇO — Nos canteiros de sementeiras são semeados: acelga, alface, beterraba, couve, chicória, jiló, mostarda, repolho, salsa e tomate. Semeia-se diretamente no campo em canteiros: espinafre, rabanete, abóbora, milho verde, plantando-se ainda batata doce.

ABRIL — Repicagem e transplantes generalizado de foliáceas, continuando-se o semeio das mesmas espécies, e mais do brócolo. Planta-se chuchu, para a formação de novas latadas.

Inicia-se o semeio da cenoura e do nabo em local definitivo, bem como do agrião sem água, que irá até setembro.

FRUTÍCOLAS

MARÇO — Prosseguem os tratos culturais do pomar, primeira capina, planta-se abacaxi das mudas obtidas da última colheita. Inicia-se a colheita das laranjas precoces, tais como lima, baianinha e hamli. Semeia-se mamão e colhem-se ainda: goiaba, abiu, banana, carambola, fruta de conde, jaca, mamão, maracujá. Termina a colheita do caju e do sapoti.

ABRIL — Inicia-se a colheita de tangerina e pitanga, prosseguem as colheitas de abacate, banana, goiaba, mamão e jaca. Termina a colheita da fruta de conde, abiu e jaboticaba.

Observação: Os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

Notícias e Informações

BANCO DO BRASIL FINANCIAR ENTRESSAFRA DO CACAU

O Banco do Brasil vai financiar a entressafra cacaueira, do próximo ano, em bases sensivelmente melhoradas.

PROGRAMA DE INCENTIVO À CAFEICULTURA

O Governo do Paraná aprovou um programa de incentivo à cafeicultura cuja meta é o replantio de 120 milhões de cafeeiros, dentro dos melhores métodos e a curto prazo.

BIRD

O chefe da missão do Banco Mundial que se encontra há dois meses no Brasil, sr. Shigehara Takhasaki, disse ao ministro do Planejamento, João Paulo Veloso, que o BIRD pretende transformar o Brasil no maior tomador de financiamentos daquela instituição para investimentos na área da agricultura e abastecimento.

NOVOS FINANCIAMENTOS

O Banco Mundial enviará relatório ao Brasil, em março de 1970, indicando as possibilidades de novos financiamentos para a agricultura e pecuária nacionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo,

BD FINANCIAR PECUÁRIA DE CORTE

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais vai aplicar, no setor da pecuária de corte, no corrente ano, NCr\$ 13 milhões, dentro do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, com recursos próprios e provenientes de convênio do Banco Interamericano de Desenvolvimento com o Banco Central do Brasil, do qual o BDMG é um dos agentes financeiros em Minas Gerais.

A LAVOURA

MAIS INVESTIMENTOS NO NORDESTE

Quinhentos e cinquenta e oito empresários querem aplicar NCr\$ 3 bilhões no Nordeste, com base nos incentivos fiscais assegurados pelo Governo, tendo para isso consultado a SUDENE. O aumento do número de investimentos foi de 40%, em 1969.

SUDENE

O superintendente da SUDENE liberou NCr\$ 4,7 milhões dos incentivos fiscais (arts. 34-18) para 25 empresas nordestinas dos setores industrial e agropecuário. A maior liberação foi para a Alumínio do Brasil S.A., da Bahia que recebeu 4,9 milhões.

O setor agropecuário foi beneficiado com NCr\$ 2,3 milhões e a indústria recebeu NCr\$ 12.487 mil dos incentivos liberados.

FINANCIAMENTO À COOPERATIVA MARANHENSE

A Cooperativa Mista Alto Turi — Maranhão, conseguiu financiamento do Banco do Nordeste Brasileiro, no montante de 400 milhões de cruzelros novos, que irá beneficiar setecentos produtores agrícolas maranhenses.

SUDENE

Mais NCr\$ 11 milhões dos recursos deduzidos do Imposto de Renda para aplicação no Nordeste, beneficiando 56 empresas industriais e agropecuárias da região foram liberados pela SUDENE.

INVESTIMENTO JAPONÊS

As grandes fábricas japonesas de papel pretendem plantar árvores no Brasil para produção de polpa, em colaboração com investidores brasileiros.

PECUÁRIA

De acôrdo com dados oficiais, os emprestimos feitos pela rede bancária brasileira à pecuária nacional corresponderam em 1969, a pouco mais de 2% do valor do rebanho bovino. Daí a razão da crise no setor da carne.

AGROPECUÁRIA LATINO-AMERICANA TEM BRASIL NA FRENTE

A América Latina sobressaiu ainda mais no ano passado como principal fornecedor agropecuario dos Estados Unidos e, dentro do grupo, as vendas do Brasil a este país foram as maiores.

CAFÉ

Conforme a declaração do Secretário de Agricultura de São Paulo, o deficit da produção de café, previsto para os próximos anos, não provocará um racionamento interno, nem porá em risco a cobertura da cota de exportação comprometida com a Organização Internacional do Café, ao nível de 18 milhões de sacas.

SEGURO PARA LAVOURA

O Governo paulista iniciará o ano de 1970 com a adoção de uma medida bastante significativa para a agricultura: obrigará os agricultores e criadores beneficiados com financiamento do Estado a fazerem o seguro de suas plantações e criações.

NOVOS MILHÕES PARA O NORDESTE

O Governo vai aplicar, em 1970, para o desenvolvimento do Nordeste, recursos da ordem de 135 milhões de cruzeiros novos, segundo a previsão orçamentária encaminhada ao ministro Costa Cavalcanti, pelo superintendente da SUDENE, General Tácito de Oliveira.

CAMPINAS REAGE FAVORAVELMENTE AO PRCP

A região agrícola de Campinas está reagindo favoravelmente ao Plano de Renovação Cafeeira Paulista, apresentado em fins do ano passado pela Secretaria de Agricultura. Estando reservada para aquela área a cota de 2,8 milhões de covas, DIRA local já recebeu pedidos de financiamento para o plantio de 3,2 milhões de covas, o que mostra um deficit de quase meio milhão. Esta falta deverá aumentar ainda mais, tendo em vista que o Plano deverá prosseguir e espera-se que novos pedidos sejam apresentados.

FINANCIAMENTO À PECUÁRIA

O Banco do Nordeste do Brasil está programando a ampliação, no âmbito do planejamento de assistência creditícia da faixa de créditos destinados às atividades do campo, já estando certo que pelo menos 40% de seu orçamento serão voltados à agropecuária.

CONVENIO ENTRE PARAÍBA E SUDENE

O Governo da Paraíba assinou com a SUDENE convênio através do qual será incrementada a comercialização de sementes selecionadas de feijão, milho e algodão para execução de programa do Departamento de Agricultura e Abastecimento daquele órgão desenvolvimentista.

CRÉDITOS AGRÍCOLAS PARA AGRÔNOMO E VETERINÁRIO

Setores do Governo estão propondo a concessão de créditos agrícolas para aquisição de terras por agrônomos e veterinários, pelo prazo de 20 anos, com juros subsidiados e correção monetária considerada quase insignificante.

SAFRAS PARA 1970

Está sendo anunciada, pelo Ministro da Agricultura, uma safra extraordinária para 1970, especialmente quanto ao milho, feijão e trigo. A notícia deve ser recebida com satisfação, mas há uma ressalva na comunicação oficial. É a possível dificuldade para o transporte das colheitas, porque elas virão especialmente do Sul.

GOIÁS — QUINTO LUGAR EM PECUÁRIA

Goiás ocupa o quinto lugar entre os Estados da Federação, pelo efetivo de seu rebanho, segundo estatísticas apresentadas pelo Ministério da Agricultura, através do Setor de Informação Agrícola em Goiânia, acrescentando mais adiante que a pecuária figura entre as atividades econômicas de destaque no Estado.

FINANCIAMENTO DO BB

O Banco do Brasil aplicou cerca de 25 bilhões de cruzeiros antigos em financiamentos agrícolas e industrial em 1969 contra 18 bilhões aplicados no ano passado.

MUTIRÃO FLORESTAL

Cerca de 600 pessoas da comunidade e 400 trabalhadores rurais de Tombos participaram do primeiro mutirão florestal do País, plantando, em dois dias, 20 mil mudas de eucaliptos em oito hectares, no morro Cruzeiro.

SAFRA DE CEBOLA

A safra de cebola do Rio Grande do Sul a maior dos últimos anos, esta ameaçada de perda parcial, por falta de transporte.

ALGODÃO

Embora sem atingir o volume previsto pelos produtores, a safra de algodão na região sertaneja da Paraíba no ano de 1969 foi superior a do ano passado.

FINANCIAMENTO PARA PECUÁRIA

Totalizam NCr\$ 40 milhões as propostas já aprovadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — Condepe — para financiamento de projetos de melhoria da produtividade da pecuária de corte, com recursos do Banco Mundial.

TRIGO

A produção de trigo bageense vê-se gravemente ameaçada, em decorrência do problema de estocagem. Os triticultores da "Rainha da Fronteira" não escondem sua preocupação diante do fato, já que o silo daquele município está com as suas atividades paralisadas sem condição de estocar qualquer quantidade do cereal, por estar completamente abarrotado.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Dez cooperativas de eletrificação rural, quatro instaladas em 1968 e seis em 1969, já estão funcionando no Estado do Rio, índice que a Secretaria de Minas e Energia considera bom, mas longe ainda de ser satisfatório.

GIRASSOL

A produção nacional de girassol aumentará em 1970. As perspectivas são as melhores para o produto, influenciando, decisivamente, na produção nacional de óleo comestível.

AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Ganha importância cada vez maior, no Rio Grande do Sul, a ação estimuladora do Ministério da Agricultura desenvolvida no sentido de que aviões sejam utilizados em benefício das lavouras.

Na América do Sul, a aviação é liderada pela Argentina que conta com 450 aparelhos, seguida do Uruguai, onde 50 estão em atividade. Dos 43 aviões que operam no Brasil, 15 estão prestando serviços à lavoura gaúcha.

RECURSOS PARA A AGRICULTURA DO NORDESTE

Totalizam 32 milhões e 600 mil cruzeiros novos os recursos a serem empregados pelo Ministério da Agricultura, durante o corrente ano, na Região Nordeste, em diversos programas, entre os quais, projetos de pesquisas e experimentação agropecuárias, defesa sanitária animal e vegetal, produção de sementes melhoradas, utilização racional de solo e da água para a agricultura e melhoramento da produção leiteira.

PRODUÇÃO ORIZÍCOLA DE GOIÁS

Goiás deverá bater todos os recordes de produção de arroz na safra que se inicia, tendo em vista o aumento da ordem de 20 por

cento das áreas plantadas e das boas condições climáticas até agora ocorridas no Estado, segundo os técnicos, que apontam também como fator de aumento da produção a adoção de novas técnicas, emprego de sementes selecionadas ou melhoradas, adubação e correção do solo. A safra é estimada em 25 milhões de sacos de 60 quilos.

PRODUÇÃO ORIZÍCOLA

A safra de arroz de 1970 do norte fluminense, segundo previsão da Secretaria de Agricultura, deverá ser melhor que a do ano passado, não só devido à regularidade das chuvas como também pelo estímulo aos orizicultores oferecido pelo Governo, e o reajuste de preços na fonte, o primeiro em três anos.

PRODUÇÃO DE UVA

A produção de uvas na atual safra é excelente em quantidade e qualidade e a previsão é de 350 mil toneladas no Estado. Somente em Bento Gonçalves, o maior produtor de vinho do Estado, a colheita será da ordem de 74 milhões de quilos, volume considerado recorde.

COMBATE À AFTOSA

Para combate à febre aftosa, que tanto prejudica a pecuária do País, acaba de ser acertada mais uma iniciativa visando a coordenar a ação oficial na erradicação do mal: a Reunião Inter-Regional de Combate à Febre Aftosa, compreendendo as regiões Sul, Leste e Centro-Oeste.

AGROPECUÁRIA DO NORDESTE

Mas de NCr\$ 17,1 milhões dos recursos dos artigos 34-18 foram liberados pelo superintendente da SUDENE, beneficiando 64 empresas industriais e agropecuárias de todos os Estados do Norte.

CONSUMO IDEAL DE CARNE

O brasileiro consome, em média 26,5 quilos de carne por ano, quando se considera que o consumo mínimo necessário é de 50 quilos. Para atingir esse mínimo o Brasil precisa produzir anualmente 2 milhões de toneladas de carne a mais.

Em termos de produção bovina, isso significar abater 10 milhões de reses a mais, por ano. Acontece que, para tanto, o rebanho bovino atual, estimado em 90 milhões de cabeças, precisaria ser pelo menos duplicado.

MINAS USA VOLKS NO CAMPO

A Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais — FAEMG — fará a entrega de mais nove Volkswagen, zero quilometro, aos sindicatos rurais mineiros, dentro do programa de assistência técnica ao homem do campo, segundo convênio firmado entre aquela entidade e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

BANCO DO NORDESTE

O Banco do Nordeste do Brasil, que está comemorando o seu 16.º aniversário de fundação, aplicou nesse período NCr\$ 148 milhões em toda a região nordestina, tendo seus empréstimos crescido em 5,879%.

PARANÁ — MAIOR PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO PAÍS

O Estado do Paraná tem, hoje, a maior produção *per capita* do País. O dinamismo dessa agricultura é o fator preponderante para uma intensa industrialização, cujo processo se iniciou — de forma orientada — somente na última década.

SAFRA AGRÍCOLA

Avaliam os técnicos em cerca de 8 bilhões de dólares NCr\$ 35 bilhões) a safra agrícola do Brasil para este ano, a maior dos últimos tempos, já registrada no País.

ARMAZENAMENTO

O armazenamento é o problema mais sério que as autoridades brasileiras enfrentam no ramo do abastecimento de gêneros alimentícios. Ainda agora, a safra de trigo no Sul do País obrigou a uma série de Ministérios a conjugarem esforços para que a produção daquele cereal pudesse ser transportada para outras áreas, já que o Rio Grande do Sul não tem capacidade de armazenamento para o trigo produzido em 1969/1970.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CENTRO—SUL

Os dados disponíveis quanto à produção agrícola do Centro—Sul indicam que área plantada é 12% superior à do ano passado, permitindo uma previsão de crescimento do produto entre 8 e 9% sobre a do ano de 1969, que apesar de ter sido considerada excepcional deverá ser superada no decorrer de 1970.

ELETRIFICAÇÃO RURAL DO NORDESTE

O futuro da agricultura no Nordeste está muito na dependência da eletrificação rural. E em tal medida que, para citar um exemplo, para um quilo de milho a terra entra apenas em 5%, e o restante é energia e água. O esclarecimento é para ressaltar a importância do trabalho realizado pelo INDA no Nordeste, onde acaba de eletrificar todo o Vale do Apodi, no Rio Grande do Norte, uma área de 300 mil hectares, abrangendo vários municípios.

SAFRA DE ARROZ

O norte do Estado do Rio deverá ter em 1970 uma safra de arroz bem melhor do que a do ano passado, graças à maior regularidade de incidência pluviométrica e ao plantio de novas áreas, estimulado pelo reajuste obtido pelo produto na fonte o primeiro em mais de três anos.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Uma população de cerca de 750 mil pessoas será beneficiada com o Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Baiano — Prodimor — que atuará numa área de 46

mil quilômetros quadrados onde a renda *per capita* é de 40 dólares anuais.

PRODUÇÃO DE TRATORES

A deficiência na produção nacional de tratores e demais equipamentos pesados para a agricultura continua, na opinião dos técnicos, sendo o grande problema da área rural brasileira. De janeiro a novembro de 1969 foram produzidos 8 721 unidades contra 9 220 em igual período do ano anterior.

INDA EM MG

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) aplicou em Minas Gerais, durante o ano de 1969, recursos financeiros no valor de três milhões de cruzeiros novos que foram distribuídos através de vários convênios com órgãos da administração estadual, visando o auxílio a associações e sindicatos rurais bem como o plano de eletrificação rural do Estado.

PRODUÇÃO DE ARROZ

A nova safra de arroz irá apresentar um crescimento de 125 mil toneladas em relação a anterior. Apesar desta sensível elevação na produção deste ano, o fato mais significativo é que se em 67/68 a produção atingiu a 209 mil toneladas numa área de 472 mil hectares, a deste ano é de 334 mil toneladas em 375 mil hectares.

CACAU

Segundo previsões dos técnicos da Divisão de Genética do Centro de Pesquisas de Cacau (da CEPLAC), em 1976 serão produzidas entre 60 a 70 milhões de sementes híbridas, devendo esse número aumentar de ano a ano. Essas sementes a exemplo do que já vem sendo feito desde 1966, serão postas à disposição dos agricultores de cacau brasileiros.

ESTOQUE DE ARROZ

A existência de 4 milhões de sacas de arroz sem comprador e que precisam ser escoadas imediatamente, sob pena de faltar lugar para armazenar a próxima safra, levou o Instituto Riograndense de Arroz (IRGA) a reivindicar subsídio para exportação a preços competitivos no mercado internacional.

SUDENE E PESQUISA AGRO-PECUÁRIA

O Fundo de Pesquisas de Recursos Naturais do Nordeste — FURENE — elaborado pela SUDENE, através de seu IV Plano Diretor já tem seu orçamento pormenorizado, que lhe permitirá, em 1970, dar início às pesquisas que nortearão as bases tecnológicas, produção agrícola e pecuária do Nordeste.

SOJA

O Brasil é o terceiro produtor mundial de soja-oleaginosa, uma das principais fontes naturais de proteínas de origem vegetal. A elevação da produção que, já atinge 700 mil toneladas anuais, significando um aumento de cerca de 500 por cento em 10 anos, se deve, em parte ao aproveitamento, para cultivo da soja de terrenos anteriormente usados para plantio de café e liberados pela política de erradicação dos cafeeiros.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de Novembro/Dezembro de 1969.

GOVERNO FEDERAL

ABASTECIMENTO — Sistema — Grupo Executivo de Modernização

Instituído o Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento, presidido pelo Ministro da Agricultura, terá a finalidade de estudar, propor e adotar as providências necessárias à implantação do programa de construção de Centrais de Abastecimento e Mercados Terminais, além de outras providências indispensáveis à modernização do sistema de abastecimento (Decreto n.º 65.750, de 26-11-69 — DO de 27-11-69, p. 10.191).

AÇUCAR — Acórdo Internacional — Execução

O Presidente da República determinou a execução e o cumprimento do Acórdo Internacional do Açúcar firmado pelo Brasil a 18 de dezembro de 1968. O acórdo objetiva a elevar o nível do comércio internacional do produto, manter preços estáveis, aumentar o consumo, equilibrar a produção e o consumo mundiais e assegurar, para o açúcar proveniente dos países em desenvolvimento, adequada participação nos mercados dos países industrializados (Decreto n.º 65.809, de 8-12-69 — DO de 10-12-69, p. 10.527).

AÇUCAR — Comercialização — Rio Grande do Norte Cotas Básicas — Dispensa

As usinas de açúcar do Rio Grande do Norte poderão, na safra de 1969-70, dar saída, mensalmente, à quantidade de açúcar cristal produzida, ficando dispensadas das cotas básicas de comercialização fixadas no Ato n.º 37, de 1969 (BLA/69, p. 645). A decisão é do presidente do IAA (MA-IAA — Ato n.º 45, de 20-11-69 — DO — II de 11-12-69, p. 3.258).

AÇUCAR — Mel Residual — Exportação Região Norte-Nordeste — Safra 1969/70.

O Conselho Deliberativo do IAA fixou as seguintes cotas de mel residual destinado à exportação para a Região Norte-Nordeste, na safra de 1969/70: Alagoas 85 mil toneladas métricas; Pernambuco, 80 mil; Paraíba e Rio Grande do Norte, 10 mil. Esses contingentes poderão ser aumentados ou reduzidos, de acordo com a existência de maiores ou menores disponibilidades.

As usinas não poderão transferir suas cotas, a não ser por autorização prévia do IAA, ou acórdo entre as usinas com interveniência da cooperativa.

As exportações devem ser programadas para embarques mensais, a partir de novembro de 1969, e parcelas máximas de 15 mil toneladas (MIC-IAA — Resolução n.º 2.033, de 16-10-69 — DO II de 5-11-69, p. 2.921).

AÇUCAR — Safra 1969/70 — Comercialização — Cotas das Usinas e Cooperativas.

Reajustadas pelo IAA as cotas básicas de comercialização da safra 1969/70 atribuídas às Usinas não-cooperadas e à Cooperativa dos Produtores de Açúcar de Minas Gerais. O reajuste não se aplica às usinas de Minas Gerais filiadas à Cooperativa Central dos Produtores do Açúcar e do Alcool de São Paulo (MIC-IAA — Ato n.º 44, de 27-10-69 — DO — II de 19-11-69, p. 3.108).

AÇUCAR — Safra 1969/70 — Plano de Defesa — Alteração

O Conselho Deliberativo do IAA alterou o Plano de Defesa da Safra de Açúcar de 1969/70, divulgado através da Resolução n.º 2.025, de 1969 (BLA/69, p. 311). As letras c e d do § 1.º do art. 17 passam a vigorar com a seguinte redação: c) nos Estados da Paraíba e Sergipe as cotas mensais serão calculadas na base de 1/9 da produção global autorizada para cada Estado; d) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia as usinas respectivas poderão dar saída mensal à quantidade produzida (MA-IAA — Resolução n.º 2.036, de 20-11-69 — DO — II de 11-12-69, p. 3.258).

AÇUCAR — Usinas Fluminenses — Cotas Compulsórias de Suprimento — Entrega às Refinarias da Guanabara

O Presidente do IAA atribuiu às usinas não-cooperadas do Estado do Rio de Janeiro e à Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda. a entrega das cotas compulsórias de suprimento de responsabilidade das usinas paulistas e correspondentes ao mês de outubro de 1969, às refinarias autônomas do Estado da Guanabara, desobrigando, dessa entrega, as usinas paulistas e a Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

Para efeitos fiscais, as cotas compulsórias, ora atribuídas às usinas fluminenses, para entrega em outubro de 1969, são consideradas antecipação de saída, por conta das cotas de comercialização, em mercado livre, dos meses seguintes.

As usinas não cooperadas do Estado do Rio de Janeiro e à Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda. aplicam-se as exigências dos arts. 29 e 30 da Resolução n.º 2.025 de 1969. (Ver BLA/69, p. 311), no que se refere às cotas compulsórias entregues às refinarias autônomas do Estado da Guanabara (MIC-IAA — Ato n.º 41 de 10-10-69 — DO — II de 3-11-69, p. 2.894).

AÇUCAR — Usinas Fluminenses — Suprimento à Guanabara

As usinas não cooperadas do Estado do Rio de Janeiro e a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e do Alcool em novembro e dezembro de 1969 — ficarão incumbidas de entregar, às refinarias da Guanabara, as cotas compulsórias de suprimento de responsabilidade das usinas paulistas, correspondentes ao volume mensal de 118 mil sacos. Essas cotas representarão uma antecipação da entrega a ser efetuada em janeiro e fevereiro de 1970. A decisão é do presidente do IAA (MA-IAA — Ato n.º 46, de 25-11-69 — DO — II de 11-12-69, p. 3.258).

AGRICULTURA — Grupo Executivo de Modernização e Expansão dos Serviços de Armazenagem — Criação

Instituído, no Ministério da Agricultura, o Grupo Executivo de Modernização e Expansão dos Serviços de Armazenagem (GESA), que irá coordenar as providências do Governo Federal relacionadas com o aperfeiçoamento

legislação agrícola

mento e ampliação do sistema nacional de armazenamento de produtos agrícolas de origem vegetal.

O GESA será presidido pelo representante do Ministério da Agricultura e contará com os membros dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Transporte e Indústria e do Comércio, Banco Central, Banco do Brasil, CIBRAZEM, Comissão de Financiamento da Produção, BNDE e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (Decreto n.º 65.478, de 21-10-69 — DO de 22-10-69, p. 9.036).

ALGODÃO, AMENDOIM, ARROZ, FEIJÃO, MAMONA e MILHO — Preços Mínimos — Safra de 1970

Fixados os preços mínimos para financiamento ou aquisição de algodão, amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, mamona e milho, da safra de 1970 produzidos nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Territórios do Amapá e Roraima.

Esses preços são aqueles efetivamente pagos aos produtores ou suas cooperativas, isentos de quaisquer despesas adicionais, inclusive impostos e taxas (Decreto n.º 65.746, de 25-11-69 — DO de 26-11-69, p. 10.144).

AMENDOIM — Preços Mínimos (V. Algodão)

ARROZ — Preços Mínimos (V. Algodão)

CACAU — Exportação — Industrialização — Cota de Contribuição de 5%

O Presidente do Banco Central estabeleceu que a cota de contribuição de 5% sobre as exportações de derivados de cacau o que se refere a Instrução n.º 241, de 1963 da extinta SUMOC, não incidirá sobre o resultado da industrialização de 250.000 sacos de cacau em amêndoas.

O ato fixa os percentuais de perdas no cacau bem como os utilizados para manteiga e para torta, para a apuração dos totais.

A CACEX caberá fixar as normas para o controle e execução (MF-BCB — Resolução n.º 126 de 17-10-69, DO — II de 29-10-69, p. 2.841).

CAFÉ — Aquisição pelo IBC — Safra 1969/70

A Diretoria do IBC fixou para vigorar a partir de 1-1-70 os preços de aquisição, pela autarquia, à opção do vendedor, da saca de 60,5 quilos dos cafés das Cotas Despolpado e Comum, da safra de 1969/70, acondicionados em sacaria nova, entregues nos armazéns do interior indicados pelo IBC e com impostos pagos.

O preço será de NCr\$ 116,20, por saca, dos cafés despolpados, do tipo 4, com características definidas na Resolução n.º 464, de 1969. (Ver BLA/69, p. 329), produzido em qualquer parte do território nacional; de NCr\$ 105,00, por saca, para o café tipo 6, bebida isenta do gosto "Rio-Zona", produzido nas regiões componentes do Grupo I, e de NCr\$ 78,70 por saca, para cafés do tipo 7/8, sem discriminação de bebida, produzidos nas regiões integrantes do Grupo II.

O IBC fará as aquisições através do Banco do Brasil aos vendedores que estejam registrados na Autarquia.

Ficam mantidas as demais disposições que disciplinam o encaminhamento, a venda e o faturamento ao IBC dos cafés da safra 1969/70 (MIC-IBC — Resolução n.º 477, de 16-10-69 — DO — II de 27-10-69, p. 2.833).

Nota da Redação: Ver Resoluções n.º 467 de 1969 (BLA/69, p. 447) e (BLA/69, p. 646).

CAFÉ — Exportação — Fevereiro de 1970 — Declarações de Venda — Registro

Estão abertos, a partir de 18-11-69, os registros de declarações de venda de café para embarques em fe-

vereiro de 1970, sujeitos aos critérios de cotas individuais de exportação, conforme o estabelecido na Resolução n.º 479, de 1969 (MIC — IBC — Aviso s/n.º, de 13-11-69 — DO — II de 18-11-69, p. 3.104).

CAFÉ — Exportação — Preços Mínimos de Registro no IBC

A Diretoria do IBC estabeleceu, para vigorar a partir de 17-10-69, os preços mínimos de registro na Autarquia, inclusive de "declarações de venda" relativas à exportação de café das safras 1969/70 e anteriores segundo os períodos e os portos de embarque.

Os preços se referem às exportações do café verde em grão, ou correspondente em café torrado, e foram fixados em dólar americano ou em valor equivalente em outra moeda, por libra-pêso, e atingem aos cafés "despolpados", tipo 6, para melhor, isento do gosto "Rio-Zona" e tipo 7/8 para melhor.

Foram fixados, outrossim, os preços das cambiais representativas de exportação desses cafés, que serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados, referentes à saca de 60,5 quilos, segundo os portos de embarque.

O ato da Diretoria do IBC dispôs sobre a conceituação da cota de contribuições sobre a exportação do café, sobre a remessa pelos exportadores em regime de "Conta Gráfica", reduções sobre os preços mínimos estabelecidos e demais providências ligadas ao registro e exportação do café (MIC-IBC — Resolução n.º 478, de 16-10-69 — DO — II de 27-10-69, p. 2.838).

CAFÉ — Exportação — Regime de Cotas

A Diretoria do IBC prorrogou até 31-3-70 o sistema para a exportação do café, sob qualquer forma, a ser aplicado às operações que se registrarem naquela autarquia a partir de 17-10-69, inclusive, referentes às exportações destinadas aos países classificados como "mercados tradicionais" pela Organização Internacional do Café.

As cotas outorgadas aos exportadores ficarão à disposição destes, nas Agências do IBC, nos portos de embarque, as quais, comunicarão às entidades de classe de exportadores os critérios de utilização.

As declarações de vendas registradas no IBC a partir de 17-10-69 terão validade desde que os contratos de câmbio pertinentes sejam fechados até o dia útil imediatamente seguinte ao do registro.

O IBC poderá exigir comprovação hábil para a concessão de novo registro nos casos de reapresentação de declarações de venda invalidadas pela falta de fechamento de câmbio no prazo previsto (MIC — IBC — Resolução n.º 479, de 16-10-69 — DO — II de 27-10-69, p. 2.839).

CAFÉ — Importação — Sistema de Garantia de Preços — Prorrogação

A Diretoria do IBC prorrogou até 31-3-70 o sistema de garantia de preços concedido aos importadores, no exterior, sobre as suas compras diretas de café, no Brasil, atingindo as operações já registradas ou as que vierem a ser registradas naquela autarquia e cujos cafés forem embarcados até 31-3-70.

A data do embarque será considerada como aquela que estiver consignada na Relação Diária do Embarque, modelo 04/3, preenchida pela Agência do IBC no respectivo porto.

No decorrer do mês imediatamente seguinte ao do vencimento dos preços de garantia, o IBC procederá aos cálculos das eventuais indenizações por diferenças de preços e expedirá os respectivos avisos de crédito aos importadores (MIC — IBC — Resolução n.º 480, de 16-10-69 — DO — II de 27-10-69, p. 2.839).

legislação agrícola

Nota da Redação: Permanecem em vigor as demais instruções baixadas a respeito que não colidam com a Resolução acima.

CAFÉ — Produção — Interdição de Municípios Paranaenses

O Ministro da Agricultura proibiu a entrada no Estado do Paraná, de mudas de cafeeiros provenientes de São Paulo quando desacompanhadas de Permissão de Tránsito.

Também declarou interditados, para a produção de café, os seguintes Municípios paranaenses onde serão destruídas, sem indenização, todas as mudas de cafeeiros: Jacarésinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Londrina, Nova Esperança, Alto Paraná, Paranavai, São Tomé, Terra Boa, Jussara, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Cianorte e Presidente Castelo Branco. Ficam proibidos o trânsito e o comércio de mudas de café dentro e para fora dos Municípios considerados como interditados e suspeitos (MA — GB — Portaria s/n.º de 14-10-69 — DO de 22-10-69, p. 9.072).

CAFÉ TORRADO E MOÍDO — Acondicionamento a Vácuo — Venda — Autorização

A Diretoria do IBC expediu comunicado, subordinando à prévia autorização do departamento competente da autarquia, a venda de café torrado e moído, acondicionado a vácuo, elaborado com matéria-prima fornecida pelo IBC.

Para obter a autorização, os interessados deverão apresentar ao Departamento de Consumo Interno amostras do café embalado à baixa pressão atmosférica, a fim de ser examinada a eficiência do processo de validade do produto para consumo (MIC — IBC — Comunicado n.º 40, de 22-10-60 — DO — II de 5-11-69, p. 2.927).

CARNE — Abastecimento — Margens de Comercialização no Amazonas

O Superintendente da SUNAB autorizou o Delegado Regional do Amazonas a fixar as margens de comercialização para os diversos tipos de carne.

A autorização constitui medida prevista na Portaria n.º 76, de 1969 (Ver BLA/69, p. 517), que no que se refere à disciplina de comercialização, também será aplicada ao Amazonas, uma vez que, nessa parte, é de âmbito nacional (MA-SUNAB — Portaria n.º 103 de 16-10-69 — DO — II de 27-10-69, p. 2.836).

CARNE — Abastecimento — Margens de Comercialização — Maranhão

O Superintendente da SUNAB autorizou seu Delegado no Maranhão a fixar as margens de comercialização para o quilo dos diversos tipos de carne (MA-SUNAB — Portaria n.º 105, de 23-10-69 — DO — II de 29-10-69, p. 2.843).

Nota da Redação: A autorização foi concedida tendo em vista a Portaria n.º 76, de 1969 (Ver BLA/69, p. 517), que também disciplina a comercialização da carne.

CARNE — Abastecimento — Margens de Comercialização — Sta. Catarina

O Superintendente da SUNAB autorizou seu Delegado em Santa Catarina a fixar as margens de comercialização para o quilo dos diversos tipos de carne (MA-SUNAB — Portaria n.º 104, de 23-10-69 — DO — II de 29-10-69, p. 2.843).

Nota da Redação: A autorização foi concedida tendo em vista a Portaria n.º 76 de 1969 (Ver BLA/69, p. 517), que também disciplina a comercialização da carne.

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços Máximos — Minas Gerais

O Superintendente da SUNAB ratificou a Portaria n.º 108 de 1969, do Delegado Regional de Minas Gerais, que fixou o preço máximo de venda da carne bovina, verde ou resfriada, ao consumidor (MA-SUNAB — Portaria n.º 113, de 17-11-69 — DO — II de 25-11-69, p. 3.131).

ERVA-MATE — Exportação — Preços Mínimos

O Presidente do IBDF fixou os seguintes preços mínimos, por tonelada FOB, de erva-mate beneficiada com destino ao Chile, portos de embarque dos Estados de Paraná e Santa Catarina:

Tipo PC-1:

Acondicionada em pacotes de 1 e 2 quilos US\$ 215,50; em pacotes de 1/2 quilo US\$ 214,50; em bolsas ou sacos de 5 a 25 quilos — US\$ 180,00.

Tipo PC-5:

Acondicionada em pacotes de 1 e 2 quilos — US\$ 145,00; em pacotes de 1/2 quilos — US\$ 214,50; em bolsas ou sacos de 5 a 25 US\$ 130,00.

As vendas fechadas antes da vigência desta portaria serão reconhecidas e válidas na forma em que foram estipuladas, uma vez comprovada a existência de carta de crédito bancário irrevogável (MA-IBDF — Portaria n.º 1.167, de 30-10-69 — DO — II de 17-11-69, p. 3.085).

ERVA-MATE — Exportação — Produto Beneficiado

Os exportadores de erva-mate cancheada para o Uruguai poderão, a partir de 24-10-69 e até anterior deliberação, utilizar os saldos das respectivas cotas que lhes forem atribuídas para a exportação do produto beneficiado (MA-IBDF — Portaria n.º 1.155 de 24-10-69 — DO — II de 6-11-69, p. 2.931).

FEIJÃO — Preços Mínimos (V. Algodão)

FLORESTAMENTO — Exploração de Criadouros Artificiais — Planejamento — Apresentação

O Presidente do IBDF tornou obrigatória a apresentação de planejamento globais, em duas vias, para as empresas que exploram ou venham a explorar criadouros artificiais com espécie da fauna silvestre protegidas pela Lei n.º 5.197, de 1967, (MA-IBDF — Portaria n.º 1.136, de 7-10-69 — DO — II de 22-10-69, p. 2.797).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Margens de Comercialização

O Delegado Regional da SUNAB classificou o leite destinado às cooperativas e empresas que abastecem o Distrito Federal em leite de cota e leite de excesso. O primeiro definiu como o que corresponde à média de recepção obtida nos três meses de menor produção de entressafra e o segundo, como aquele cuja quantidade diária, durante todo o ano, exceder à média calculada nos três meses de menor produção, compreendidos entre maio e setembro.

Valendo-se das margens percentuais de preço mínimo do leite de excesso fixadas pela Portaria n.º 109, de 1969, da SUNAB (Ver BLA/69, p. 809) o Delegado Regional calculou os seguintes valores:

legislação agrícola

Janeiro	64% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,202
Fevereiro	70% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,221
Março	76% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,240
Abril	76% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,240
Outubro	76% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,240
Novembro	70% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,221
Dezembro	64% de NCR\$ 0,316 = NCR\$ 0,202

O leite de excesso correspondente aos meses de entressafra não computados para o cálculo de leite de cota terá sua retribuição para o produtor igual a 76% sobre o valor de NCR\$ 0,316, ou seja, NCR\$ 0,240.

O preço final do litro do leite, tipo C, com 3,1% de gordura para o consumidor, engarrafado ou acondicionado em invólucro especial, obedecerá às seguintes taxas:

Da Usina	0,045
De Entrepósito	0,077
Do Varejista	0,022
Do Produtor	0,316
Preço do litro no varejo	0,460

O leite que contenha mais de 3,1% de matéria gordurosa terá um preço mínimo de retribuição igual a 0,5% por decimal de excesso de gordura em relação ao preço pago pelo leite de cota.

Os distribuidores de leite poderão cobrar pelo leite com 2% de matéria gordurosa o preço de NCR\$ 0,440 o litro.

No varejista, para venda a granel, terá a seguinte composição de preço por litro:

Taxa da usina	0,045
Taxa do entreposto	0,038
Taxa do varejista	0,018
Taxa do produtor	0,316
Taxa por litro no varejo (arredondado) ..	0,420

Os distribuidores de leite deverão enviar à Delegacia da SUNAB, em cada segunda-feira, boletim de recebimento e distribuição de leite, com discriminação diária, e contendo o índice de gordura do produto.

A entrega do leite a domicílio fica liberada (MA-SUNAB DF — Portaria n.º 41, de 17-11-69 — DO — II de 20-11-69, p. p. 3.117).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Preço Mínimo

O Superintendente da SUNAB fixou para vigorar nas relações comerciais entre particulares o preço mínimo do leite in natura — leite constante da cota do produtor (leite cota) — e o considerado como excesso a essa cota (leite excesso).

O leite cota corresponderá à média da recepção obtida no mínimo de três meses de menor produção no período compreendido entre maio e setembro, inclu-

sive. A quantidade mensal recebida que exceder à do leite-cota será considerada como leite excesso.

O preço mínimo de aquisição no nível do produtor é de NCR\$ 0,316 por litro de leite cota entregue na plataforma da usina regional.

Quanto ao preço mínimo de aquisição ao produtor do leite excesso entregue na plataforma da usina regional, será fixado, segundo os percentuais em NCR\$ 0,316, de janeiro a dezembro:

Meses	Percentuais em NCR\$ 0,316
Janeiro	64%
Fevereiro	70%
Março	76%
Abril	76%
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agosto	—
Setembro	—
Outubro	76%
Novembro	70%
Dezembro	64%

Quer se trate do leite cota ou do leite excesso, o preço mínimo de aquisição ao nível do produtor do leite destinado à industrialização será fixado de acordo com o critério estabelecido para o leite excesso entregue na plataforma da usina regional.

O preço mínimo para o litro do leite cota e para o leite excesso será acrescido quando o produto adquirido do produtor contiver índice de gordura superior a 3,1%. A retribuição mínima corresponderá a 0,5 por decimal de excesso de gordura em relação ao preço pago pelo leite cota. Nas bacias leiteiras que abrangem os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara e Goiás, os limites máximos de margem de participação na comercialização do leite in natura, tipo C, padronizado em 3,1% de gordura, são os seguintes:

a) Leite engarrafado ou acondicionado em invólucros especiais, mecânicamente e com fecho inviolável;

I — Da usina regional pôsto na plataforma do entreposto: NCR\$ 0,045;

II — Do entreposto pela distribuição ao varejista: NCR\$ 0,077;

III — Do varejista ao consumidor — NCR\$ 0,022;

IV — Fica liberada a entrega a domicílio.

b) Leite a granel:

I — Da usina regional na plataforma do entreposto: NCR\$ 0,045;

II — Do entreposto, na sua plataforma ao varejista — NCR\$ 0,038;

III — Do varejista ao consumidor — NCR\$ 0,018.

Art. 9.º — A comercialização do leite a granel em Belo Horizonte será feita segundo o critério abaixo:

I — Da usina regional pôsto na plataforma do entreposto — NCR\$ 0,045;

II — Do entreposto, na plataforma, ao varejista — NCR\$ 0,038;

III — Do varejista, ao consumidor — NCR\$ 0,028.

Estas margens de participação não incluem o ICM, cuja incidência se houver e desde que seu reconhecimento seja devidamente comprovado — poderá ser computada na formação dos preços. Entretanto, incluem tôdas as taxas ou serviços que possam incidir na comercialização, sendo proibido qualquer acréscimo ao preço resultante de sua aplicação. O ICM cobrado no Estado de origem será deduzido do preço pago ao produtor.

legislação agrícola

O entreposto deverá arrendondar seu preço de venda ao varejista de modo a que, somado à margem atribuída a este e acrescido do ICM, o preço final seja determinado dentro do padrão monetário vigente. Estas normas se aplicam ao leite produzido ou comercializado nas bacias leiteiras formadas pelos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas, São Paulo, Goiás e pelo Distrito Federal. Os delegados da SUNAB nos demais Estados e no Distrito Federal estão autorizados a baixar atos disciplinadores da comercialização do leite, levando em conta as peculiaridades locais e as usinas gerais acima transcritas (MA-SUNAB — Portaria n.º 109, de 4-11-69 — DO-II de 7-11-69, p. 2.941).

MAMONA — Preços Mínimos — (V. Algodão)
MANDIOCA — (Raspa de) — Abastecimento — Preços

O preço do saco de 50 kg de farinha de raspa de mandioca, a ser misturada à de trigo, foi fixado em NCr\$ 15,00 para venda dos moinhos às indústrias e panificações.

No preço acima inclui-se o do frete do produto, do moinho à capital do Estado onde ele se localizar (MA-SUNAB — Portaria n.º 116, de 18-11-69 — DO-II de 26-11-69, p. 3.140).

MILHO — Preços Mínimos — (V. Algodão)
PECUÁRIA — Lã e Gado Bovino — Preços Médios

O Conselho Nacional do Desenvolvimento da Pecuária aprovou os preços médios por quilo e por arroba de 15 kg de lã ou de peso morto estimado para as diversas áreas do Programa de Investimentos. Estes preços relativos ao primeiro semestre de 1969 servirão de base para a elaboração futura dos índices:

Projeto	NCr\$	NCr\$
1) Projeto I — Estado do Rio Grande do Sul:		
Preço combinado (boi + lã).	p/kg	p/arroba
	1,387	20,81
2) Projeto II — Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso:		
São Paulo	1,301	19,52
Paraná	1,237	18,55
Mato Grosso	1,200	18,00
Preço médio para o Projeto II	1,260	18,90
3) Projeto III — Estados de Goiás e Minas Gerais		
Preço médios estaduais de gado gordo:		
Minas Gerais	1,262	18,93
Goiás	1,145	17,13
Preço médio para o Projeto III	1,234	18,51

Em consequência, os índices aplicáveis serão os seguintes:

a) para os recursos liberados de 1-8-68 a 31-7-69: Projeto I — 120,9; Projeto II — 114,1; Projeto III — 111,0.

b) aos preços constantes do item I, corresponderá o índice 100, em cada caso, para os recursos a serem liberados de 1-8-69 a 31-7-70 (MA-CNDP — Resolução n.º 19, de 4-10-69 — DO de 5-11-69, p. 9.591).

PESCA — Armador de Pesca — Caracterização

O parágrafo único do art. 11, da Portaria n.º 122, de 1969, da SUDEPE, foi revogado, sendo introduzido, em seu lugar, um novo parágrafo único, com a seguinte redação: "Considera-se armador de pesca a pessoa física ou jurídica que em seu nome e sob sua responsabilidade apreste para sua utilização uma ou mais embarcações pesqueiras de mais de duas toneladas brutas inclusive" (MA-SUDEPE — Portaria n.º 389, de 31-10-69 — DO-II de 6-11-69, p. 2.931).

Nota da Redação: A Portaria n.º 122 de 1969, foi publicada no DO-II de 6-5-69, p. 1.022, como s/n.º (BLA/69, p. 301)

PESCA — Embarcações — Mapa de Bordo — Preenchimento pelo Comandante — Obrigatoriedade

Os comandantes das embarcações de pesca sujeitas à autorização e inscrição no Registro Geral da Pesca serão obrigados a preencher mapa de bordo distribuído pelas diretorias estaduais da SUDEPE, por determinação do superintendente deste órgão (MA-SUDEPE — Portaria n.º 395, de 4-11-69 — DO-II de 12-11-69, p. 2.991)

PESCA — No médio São Francisco — Período de 1.º de outubro a 28 de fevereiro — Proibição

Foi proibida a pesca no médio São Francisco com redes de qualquer tipo, durante o período de 1.º de outubro a 28 de fevereiro de cada ano (MA-SUDEPE — Portaria n.º 417, de 12-11-69 — DO-II de 20-11-69, p. 3.116).

PESCA — Tainha e Corvina — Praias de São José do Norte e Rio Grande — Normas

O Superintendente da SUDEPE estabeleceu normas para a pesca de tainha e corvina em praias dos Municípios de São José do Norte e Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

A pesca somente será permitida por meio de um lance para cada parelha, obedecida a ordem de colocação (MA-SUDEPE — Portaria n.º 406, de 5-11-69 — DO-II de 20-11-69, p. 3.116).

PESCA — Zona entre Lagoa dos Patos e Barra do Rio Grande — Pescadores Licenciados — Autorização

Será permitido aos pescadores licenciados pelo Pôrto de Fiscalização da Pesca, da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, pescar na zona que se estende da Lagoa dos Patos à Barra do Rio Grande, naquele Estado.

A licença para a pesca será concedida, anualmente, de 1.º de junho a 15 de julho, mediante requerimento do interessado, acompanhado da sua matrícula, a de seus parceiros e de relação das embarcações e avarinhos de pesca, sendo que cada interessado só poderá obter, no máximo, licença para 20 andainas, sendo 2 por embarcação.

O ato do Superintendente da SUDEPE, que assim dispõe, estabelece normas para esse tipo de pesca (MA-SUDEPE — Portaria n.º 408, de 5-11-69 — DO-II de 20-11-69, p. 3.116).

PESCADO DE ÁGUA DOCE — Abastecimento — Comercialização — Margens de Lucro — Minas Gerais

O Superintendente da SUNAB incumbiu o Delegado Regional de Minas Gerais de fixar margens de lucro para a comercialização do pescado de água doce pelos entrepostos de pesca (MA-SUNAB — Portaria n.º 114, de 17-11-69 — DO-II de 25-11-69, p. 3.131).

PINHO — Exportação — Preços Mínimos — Normas

O Presidente do IBDF estabeleceu para a madeira de pinho, em peças serradas nas larguras de até 8", a Fórmula C, para venda de lotes de qualidades mistas, na proporção de 50% de III e 50% de IV, a seguinte especificação:

Espessuras: 1" a 3", com o mínimo de 60% de 1";
 Larguras: até 8";
 Comprimentos: 10" e acima.

Para as vendas de partidas na proporção de qualidades e especificações previstas prevalecem os preços mínimos adiante indicados, por 1.000 p2, FOB, calculados com base nos níveis consignados na Portaria n.º 808 de 1969.

Setores	US\$
Atlântico	150,00
Oeste	145,00
Fronteiras do Rio Grande do Sul e Vale do Rio Urugual	159,00

Os lotes compreendidos pelas Fórmulas A, B e C deverão ser cobertos, em cada caso, por uma só Carta de Crédito, devendo o seu carregamento ser processado em um único embarque, com a identificação obrigatória das respectivas peças de madeira, mediante marca e contramarca, para cada qualidade, como segue:

I e II — Marca e/ou numeração preta;
 III — Marca e/ou numeração verde;
 IV — Marca e/ou numeração vermelha.

Caso a Carta de Crédito Irrevogável tiver sido aberta para amparar a quantidade de madeira de pinho, objeto da venda nas condições daquelas fórmulas, e o

exportador necessitar de parcelar o embarque, fica facultada a realização de carregamentos parciais, desde que, na formação dos lotes de cada um dos embarques, sejam rigorosamente observadas a proporção de 50% de I a II e 50% de III, estipulada para a Fórmula A; a de 40% de I e II, 40% de III e 20%, estabelecida para a Fórmula B; e a de 50% de III e 50% de IV, fixada para a Fórmula C (MA-IBDF — Portaria n.º 1.195, de 26-11-69 — DO-II de 26-11-69, p. 3.139).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Margens de Comercialização — Delegação de Podêres — Bahia

O Superintendente da SUNAB delegou podêres ao seu Delegado Regional na Bahia para fixar margens de comercialização para os produtos hortigranjeiros naquele Estado (MA-SUNAB — Portaria n.º 111, de 10-11-69 — DO-II de 18-11-69, p. 3.094).

REFLORESTAMENTO — Exploração de Florestas — Palmito — Normas

A exploração de florestas depende de autorização prévia do IBDF e obriga ao reflorestamento com espécies florestais adequadas.

Na exploração da espécie "Euterpe Edulis Mart" pertencente à família "Palmaceae", vulgarmente chamada palmito ou simplesmente palmito, a reposição florestal deverá ser feita mediante plantio dessa espécie.

O plantio obrigatório deve ser cumprido pelas pessoas jurídicas que utilizem ou vierem a utilizar essa matéria-prima — florestal.

O agricultor ou fazendeiro que fornecer o palmito às indústrias está desobrigado de apresentar projeto de reflorestamento, cabendo ao adquirente, na qualidade de pessoa jurídica que industrializa o produto, realizar o plantio exigido.

As pessoas jurídicas que comercializem e/ou industrializem o palmito proveniente de formações naturais ou plantios, como condição essencial para continuarem operando nessa atividade, ficam desobrigadas a realizar o plantio das espécies exploradas na forma acima prevista, devendo, para isso, apresentar até 28-2-70 os projetos de reflorestamento a serem executados.

As pessoas jurídicas que já tenham realizado plantio com espécies adequadas, em área de sua propriedade, poderão incluir estas em seus projetos, para o que deverão apresentar levantamento circunstanciado das glebas plantadas, indicando local, número de árvores, data do plantio, grau de desenvolvimento, estimativa de produção anual e todos os demais dados técnicos necessários, a juízo do IBDF.

Os projetos atinentes ao plantio deverão ser elaborados sob a responsabilidade de empresas ou de profissionais habilitados. Os projetos deverão prever plantio a partir do exercício de 1970, em quantidade suficiente para cobrir o consumo, em cada ano, de atividade de pessoas jurídicas que adquirem e/ou industrializem o palmito.

Os projetos de plantio que visem aos estímulos fiscais de que trata a legislação específica, serão considerados hábeis, e a pessoa jurídica que já o houver apresentado deverá requerer, no IBDF, a sua adoção.

Não farão jus aos benefícios fiscais as pessoas jurídicas que apresentarem projetos destinados, exclusivamente, ao cumprimento das obrigações definidas nesta portaria.

Nos projetos a executar ou em execução, deverão constar os seguintes elementos: dados gerais sobre a propriedade; objeto do produto; programa e processos de plantio; estimativa de custo do plantio por hectare, por ano, e custo total; e estimativa de produção.

A regularidade da exploração e o transporte do produto serão obrigatoriamente comprovados por Guia Florestal (Portaria n.º 1.026, de 1969 — BLA/69, p. 501); e quando dela desacompanhado será apreendido e encaminhado imediatamente e gratuitamente, às instituições assistenciais mais próximas do local de apreensão, que darão quitação por escrito do recebimento, devido a rápida deterioração do palmito.

A partir de 1-3-70 ficam automaticamente canceladas quaisquer autorizações, concessões, consentimentos ou outra qualquer forma de permissão para o corte, transporte, armazenamento ou industrialização, ou comercialização do palmito, que não se enquadrem, rigorosamente, no estabelecido nesta portaria.

Os estoques existentes nas fábricas em 28-2-70 deverão ser comunicados ao IBDF, para o fim de rece-

berem a Guia Florestal correspondente, mediante comprovação fiscal.

Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vezes o salário-mínimo mensal do lugar e da data da infração, ou ambas as penas, cumulativamente, as infrações às normas estabelecidas para exploração da espécie. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles diretos, mandatários, parceliros, posseiros, gerentes administrativos, diretores, promitentes, compradores ou proprietários das áreas florestais, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes, ou dos superiores hierárquicos, autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento ilegal, na prática do ato.

Os registros e o cadastro respectivo serão concentrados nas Delegacias Estaduais do IBDF, e as Guias Florestais poderão ser expedidas pelas dependências ou órgãos autorizados pelo IBDF.

Para o registro das pessoas jurídicas, com o objetivo de operações de extração, transporte, comercialização e industrialização do palmito e a emissão de guias, deverá ser observado o limite mensal de 1/12 do plantio anual do plano aprovado e/ou da quantidade constante da reserva apresentada.

O registro é obrigatório para os estabelecimentos que extraiam, industrializem o produto.

As pessoas físicas ou jurídicas que se beneficiam e que se dedicam ao comércio do plantio (comerciantes) ficam desobrigadas da apresentação do projeto de reflorestamento, caso os produtos elaborados ou semi-elaborados, empregados na indústria, ou objeto de comercialização na hipótese de comerciantes, tiverem sido adquiridos de quem já tenha dado cumprimento à obrigação de reflorestar, prevalecendo, para esse fim, como prova, as guias florestais emitidas nos nomes dos respectivos fornecedores.

As pessoas jurídicas assinarão no IBDF Termo de Compromisso, referente à execução do projeto técnico de reflorestamento aprovado, para averbação à margem da transcrição ou inscrição das taxas respectivas.

Ficam sujeitas ao cancelamento do registro as empresas que não apresentarem, até 28-2-70, os seus projetos de plantio ou levantamento de trabalhos realizados.

Terão suspenso o registro as empresas cujos projetos de reflorestamento ou levantamento de trabalhos não sejam aprovados; que fizerem declarações inexatas e apresentarem projetos com deficiência de elementos essenciais ou deixarem de atender, no prazo que lhes for fixado, as exigências necessárias a sua correção; que, por qualquer modo, se opuserem ou dificultarem a ação das autoridades encarregadas de fiscalizar a execução de trabalhos efetuados. Na reincidência específica, será cancelado o registro da empresa.

A fiscalização de extração, produção, transporte e do plantio será exercida pelos Postos de Controle e Fiscalização e pelos Guardas Florestais dos Parques Nacionais e das Florestas Nacionais; pelos inspetores e funcionários responsáveis; pelas Secretarias de Agricultura dos Estados mediante entendimento com as Delegacias Estaduais do IBDF (MA-IBDF — Portaria n.º 1.208, de 26-11-69 — DO-II de 16-12-69, p. 3.280).

Nota da Redação: Tabela a que se refere o art. 6.º da portaria:

I — Para fins de controle do consumo na industrialização, o IBDF adotará como base o comprimento de 0,5m e o peso de 1,5 kg por unidade de palmito bruto e 550 gramas o peso do produto útil, para cada lata (ou outro vasilhame) de 1 kg bruto do produto industrializado.

II — A área para o plantio mínimo, em grupos descontínuos, exigido pelos §§ 2.º e 8.º do art. 2.º, é de 30 hectares, necessária para comportar plano de plantios plurianuais, guardada essa proporção nos plantios maiores.

REFORMA AGRÁRIA — IBRA — Regulamento — Alteração

Alterado o regulamento do IBRA, aprovado pelo Decreto n.º 65.130, de 1969 (BLA/69, p. 632). A modificação incide na alínea t do art. 12, no sentido de possibilitar aos servidores do IBRA a prática de atos administrativos de rotina por delegação de competência conferida de acordo com o espírito da Reforma Administrativa (Decreto n.º 65.823, de 8-12-69 — DO de 9-12-69, p. 10.502)

SEMENTES — Comércio — Identificação

O Ministro da Agricultura determinou que os elementos de identificação estabelecidos pela Portaria n.º 197, de 1969 (ver BLA/69, p. 486), serão apenas exigidos para as sementes das grandes culturas. A identificação, para as sementes olerícolas, cuja percentagem de germinação esteja dentro do padrão estabelecido, deverá conter as seguintes informações:

a) Nome do vendedor; b) endereço do vendedor; c) sementes de; d) variedade; e) número do lote ou outra identificação do mesmo.

Para as mesmas sementes, cuja percentagem de identificação esteja abaixo do padrão estabelecido, a identificação deverá informar:

a) percentagem de germinação, exclusive sementes duras; b) percentagem de sementes duras, se presentes; c) mês e ano em que o teste de germinação foi completado; d) as palavras "Abaixo do Padrão" em tipo de letras não menores de 8 pontos (gráficos).

A identificação, para as mesmas sementes em pacotinhos ou envelopes, com peso líquido máximo de 1 grama, deverá conter as informações abaixo relacionadas;

a) nome do vendedor condicionado na embalagem; b) endereço do vendedor mencionado na embalagem; c) sementes de ...; d) variedade (MA-GB — Portaria n.º 333, de 15-10-69 — DO de 3-11-69, p. 9.502).

SEMENTES E MUDAS — Empresas de Comercialização, Armazenamento e Transporte — Fiscalização

Todos os estabelecimentos comerciais, cooperativas, associações de classe ou entidades congêneras que operam no ramo de comercialização, manipulação, preparo, acondicionamento, armazenagem e transporte de sementes e mudas estão sujeitos à fiscalização, que será exercida, permanentemente, em todo o território nacional, pelo Ministério da Agricultura, através dos seus órgãos competentes, e, supletivamente, pelas secretarias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, por delegação de atribuição.

As embalagens que contenham sementes destinadas à comercialização ou transporte terão uma etiqueta, rótulo ou carimbo escritos em português. Nos casos de sementes oferecidas ou expostas à venda a granel, os responsáveis colocarão um aviso em lugar visível do depósito com todos os requisitos previstos na lei. O respectivo documento de remessa ou transação deverá consignar a espécie agrícola, a variedade, o número e a origem do certificado de análise.

De acordo com estas instruções, que complementam o regulamento sobre a matéria, estão proibidas a comercialização, a oferta, distribuição, exposição, propaganda e transporte de sementes e mudas quando já prescritos os prazos de validade da análise de germinação e nos casos de identificação em desacordo com os requisitos legais, propaganda em termos ilusórios, sementes de plantas silvestres, além dos limites fixados.

Os infratores destas normas estão sujeitos a penalidades de advertência, multa, embargo e cassação de registro (MA-GB-Portaria n.º 351, de 20-10-69, DO de 5-11-69, p. 9.584).

TRABALHADOR RURAL — Estatuto — Conselho Arbitral

O art. 152, da Lei n.º 4.214, de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), teve acrescido o seguinte § 3.º: "§ 3.º — Enquanto não funcionar o Conselho Arbitral, os dissídios individuais referentes à categoria de trabalhador rural poderão ser formulados diretamente perante a Justiça do Trabalho e sob o regime de audiência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho" (Lei n.º 5.568, de 25-11-69 — DO de 26-11-69, p. 10.143).

ESTADO DA GUANABARA

CARNE VERDE — ICM Redução — Região Centro-Sul — Convênio — Prorrogação de Prazo

O Governador prorrogou até 31-3-70 o prazo a que se refere a cláusula 2.ª do VI Convênio do Rio de Janeiro, aprovado pelo Ato n.º 17, de 1969 (BLA/69, p. 470). Em consequência fica mantida, até aquela data, a faculdade concedida aos Estados da Região Centro-Sul para: 1) reduzir em 15% a base de cálculo do ICM nas saídas, promovidas pelo estabelecimento abatedor, de carne verde de bovinos, suínos,

caprinos, ovinos e coelhos, bem como de outros produtos comestíveis (miúdos da respectiva matança); 2) isentar do ICM as saídas efetuadas por estabelecimentos varejistas, para a área do Estado, de carne verde de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e coelhos, bem como de outros produtos da respectiva matança. Como estabelecimento varejista entende-se aquele que se dedique à venda, a retalho, das mercadorias mencionadas, diretamente ao consumidor. Não perde essa condição o estabelecimento que efetuar saídas com destino a hotéis, pensões, restaurantes, hospitais, e colégios (Ato n.º 18 de 3-12-69 — DO — GB de 5-12-69, p. 19.841).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ CRU — ICM — Base de Cálculo — Alteração

O Coordenador da Administração Tributária fixou as seguintes bases para o cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias nas saídas de café cru:

1 — Para o exterior — NCR\$ 135,50 por saca. A base será a mesma quando o produto sair do território paulista com o mesmo destino através de porto de outro Estado.

2 — Para outros Estados — NCR\$ 115,17 por saca. Estes valores serão líquidos, vedado qualquer acréscimo ou dedução.

3 — Saídas para industrialização — diretamente para as fábricas de solúvel localizadas em São Paulo ou em outro Estado: a base de cálculo será o valor da operação, na forma estabelecida no Regulamento do ICM. Os documentos fiscais e a guia de recolhimento do imposto deverão conter, em destaque, a observação café destinado à industrialização.

4 — Saídas com destino ao IBC — terão como base de cálculo o equivalente aos preços de garantia fixados pela autarquia.

Quando o café cru for oriundo de outros Estados, somente serão admitidos créditos do ICM até o valor correspondente às seguintes bases de cálculo.

a) NCR\$ 110,50 para cafés crus oriundos do Estado do Paraná;

b) NCR\$ 115,17 para cafés oriundos de Minas Gerais e Espírito Santo.

Tratando-se de transferência, o valor da operação para café cru dos demais Estados não poderá exceder ao preço corrente do café no praça do remetente.

Os créditos eventuais decorrentes do pagamento do imposto, uma vez comprovados, serão deduzidos na própria guia de recolhimento do tributo devido. A repartição fiscal que os reconhecer reterá os documentos comprobatórios dos mesmos para posterior verificação. Essa fórmula, conforme dispõe o § 4.º, art. 2.º, do Decreto n.º 48.161, valerá para os créditos eventuais, que continuarão sendo admitidos.

Os contribuintes que hajam recolhido o ICM sobre NCR\$ 115,00 por saca — nas saídas para outros Estados — poderão recolher a diferença sem qualquer acréscimo, desde que o façam até 19-12-69. Os efeitos destas normas retroagem a 13-11-69.

Quanto às operações já registradas no IBC sob os critérios em vigor anteriormente a 13-11-69, ficam submetidos a estas novas disciplinas, caso os resradas (SF-CAT — Portaria n.º 10 de 3-12-69 — DO — SP de 5-12-69, p. 9).

FEBRE AFTOSA — Comissão Estadual de Combate — Regimento

O Secretário da Agricultura aprovou o Regime Interno da Comissão Estadual de Combate à Febre Aftosa, no qual estão definidas as finalidades do órgão, sua composição e fixadas as normas para o seu funcionamento (SA-GB — Resolução s/n.º, de 2-12-69 — DO — SP de 3-12-69, p. 17).

SEMENTES — Certificado — Registro de Produtores — Vigência

A vigência do Decreto n.º 51.148, de 1969 (BLA/68, p. 579), que dispõe sobre a certificação de sementes, fica suspensa por 2 anos (Decreto s/n.º, de 24-11-69 — DO — SP de 25-11-69 p. 7).

Nota da Redação: Este decreto foi revogado pelo s/n.º de 1-12-69, publicado no DO — SP de 2-12-69, p. 7. Estabelecida, assim, a vigência do Decreto n.º 51.148.

O Engenheiro-Agrônomo no Planejamento de Campinas

A Sociedade Paulista de Agronomia, entidade representativa dos engenheiros-agrônomo do Estado de São Paulo, reconhecida de utilidade pública, enviou ao Dr. Orestes Quércia, Prefeito de Campinas, uma representação, em face do papel secundário que tem sido atribuído àquele técnico nos trabalhos preparatórios para elaboração do Plano-Diretor de Desenvolvimento Integrado entregues, pela Prefeitura, a um consórcio de empresas da Capital.

Salientando que "tendo em conta que o papel da atividade agrícola na economia nacional, com os inevitáveis reflexos na vida social e política do País" é fundamental para a Nação, a entidade de classe dos engenheiros-agrônomo faz sentir através daquele documento enviado ao Chefe do Executivo campineiro, que "considera de suma importância que, ao serem feitos os planejamentos municipais, haja efetiva participação do engenheiro-agrônomo nos trabalhos".

Menciona na representação o fato de ter a SPA realizado em julho último, através de seu "Centro Paulista de Debates Agronômicos" uma série de estudos constante do "Ciclo de Palestras sobre Planejamento Municipal", esperando com isso oferecer ao engenheiro-agrônomo uma visão geral do assunto.

Faz sentir que "Campinas, pelo seu passado agropecuário e pela sua agricultura atual de avançado estágio tecnológico, não pode olvidar sua zona rural" não obstante a sua industrialização. Assim, pensa a SPA que os estudos referentes a essa zona só serão viáveis com a colaboração do engenheiro-agrônomo. A entidade declara, no documento, estranhar o critério adotado ao serem feitos os convites para a reunião de 9 do corrente no Palácio dos Jequitibás, pois embora a imprensa noticiasse que dela participaria um engenheiro-agrônomo indi-

cado pela entidade de classe, a SPA não fôra consultada para indicar o seu representante. Declara ainda estranhar que o Conselho Agrícola Municipal, de Campinas, não tenha sido convocado para participar em tão importante trabalho.

Após a série de considerações desenvolvidas no citado

documento enviado ao Dr. Orestes Quércia, a SPA sugere que, além do ilustre engenheiro-agrônomo já convidado, "possa a entidade estadual da classe agrônômica indicar o seu representante como demonstração da importância da agricultura de Campinas no âmbito do Estado de São Paulo".



Durante a realização da II Feira da Técnica Agrícola FETAG, realizada em São Paulo, o Governador Abreu Sodré visitou o stand dos Clubes 4-S, sendo recepcionado pelo secretário-executivo do CNC 4-S, sr. Athanael Fonseca. Atualmente existem 3.500 clubes 4-S em todo o Brasil reunindo mais de 70 mil jovens ruralistas.

O Ministro da Agricultura, Sr. Cirne Lima, esteve em visita ao stand do Comitê Nacional de Clubes 4-S na II Feira da Técnica Agrícola-FETAG, realizada em S. Paulo em setembro último. Na oportunidade, o titular da pasta da Agricultura transmitiu a simpatia com que encara o movimento quatroessista em todo o Brasil, hoje agrupando 70 mil jovens nos 3.500 clubes localizados em tôdas as regiões do País. O Sr. J. V. Ruy Barbosa, presidente da entidade, revelou na ocasião que, para 1970, o Comitê vai intensificar ainda mais a integração cidade-campo, que tem sido a meta dos Clubes 4-S desde a sua fundação, há 17 anos, aceitando o desafio proposto pelo Presidente Médici quando de sua posse na presidência da República.

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Libero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS

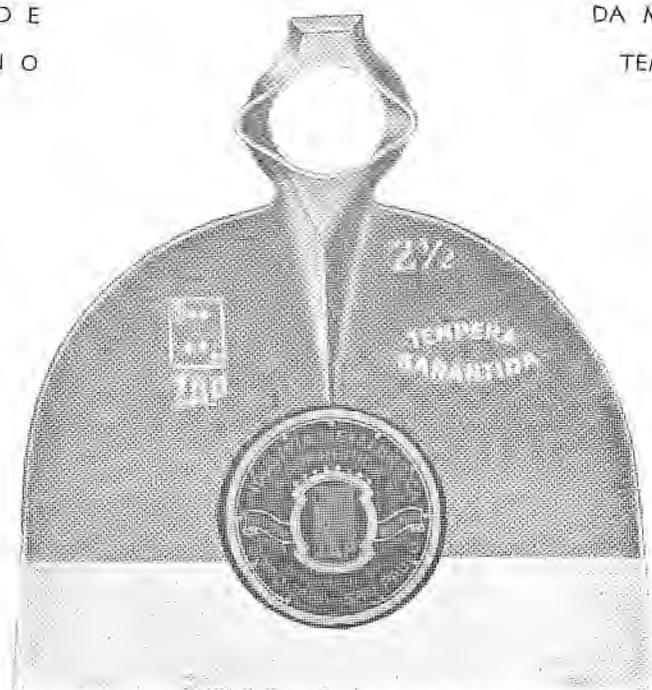
“ZAP”

LEGITIMAS

Marca Registrada

INTEIRIÇA DE
AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



REFERÊNCIA
N.º 2527

— TIPO: —
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPIRITO SANTO
PARANÁ
S. CATARINA

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 18.º andar, sala 1801 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Otoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063